

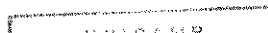
CESAR APARECIDDO NUNES

A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE PARA A FILOSOFIA  
NO SEGUNDO GRAU : CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS - SP

1990



CÉSAR APARECIDDO NUNES

Este exemplar corresponde a redação  
final da dissertação para Mestrado defendida  
por.....*Cesar Aparecido Nunes*.....  
.....e Aprovada pela  
Comissão Julgadora em.....*04/06/90*.....

Data:.....  
Assinatura:.....*[Handwritten Signature]*.....

A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE PARA A FILOSOFIA  
NO SEGUNDO GRAU : CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS - SP

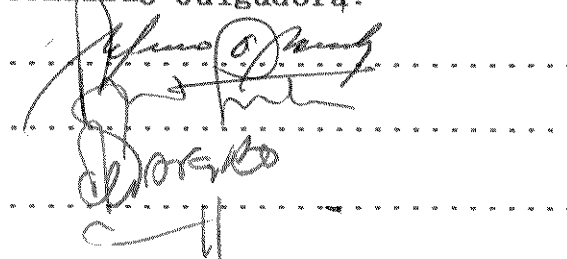
1990.

CESAR APARECIDDO NUNES

*A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE PARA A FILOSOFIA  
NO SEGUNDO GRAU : CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS.*

Dissertação apresentada  
como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre  
em Educação, na área de Filosofia e História da  
Educação, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação  
da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação  
do Prof. Dr. Pedro L. Goergen.

Comissão Julgadora:



## RESUMO

O presente trabalho procura analisar o ensino da Filosofia nas escolas de segundo grau. Toma como referência a prática de ensino de Filosofia, de um modo geral, na chamada "volta" da Filosofia ao currículo de segundo grau, nas escolas públicas e particulares do Estado de São Paulo, marcadamente a partir de 1984. Na trama das contradições que marcaram esta volta e a luta para reconstruir-se como discurso e método a Filosofia procura reconstituir a atitude mais original e genuína desse campo do conhecimento humano, que é a perplexidade diante da realidade e o esforço racional de compreendê-la.

Dai a necessidade preliminar deste estudo de refletir sobre as dimensões estruturais da Filosofia, sobretudo a questão de sua própria definição e ensinabilidade. Não se pode tratar da Filosofia sem colocá-la, de antemão, dentro dela própria. Ao discutir a questão da ensinabilidade da Filosofia, eliminando muitas posturas herméticas e idealistas, procuramos explicitar as grandes linhas teóricas da construção histórica da Filosofia, suas principais contradições e presença histórica na cultura humana.

Num terceiro recorte procuramos elencar as principais questões que envolvem o ato pedagógico de ensinar



Filosofia, procurando definir sua identidade histórica na tradição escolar brasileira e a necessidade e oportunidade, também histórica, de reconstruir-se como saber e conhecimento. Neste ponto tentamos imbricar uma reflexão sobre a relação entre a Filosofia e as Ciências atuais.

Ao por-se em busca do perfil da clientela básica da escola de segundo grau, tentando uma compreensão científica e política deste público, procuramos afirmar que a Filosofia no segundo grau tem uma dimensão potencialmente fecunda, tanto na renovação de seus pressupostos mais radicais como na geração de uma qualidade nova para a escola secundária.

Ao apresentar-se como um saber de qualidade, no sentido de propor uma crítica estruturada e coerente ao senso comum e seus desdobramentos, ao resgatar o sentido da totalidade, perdida pela trajetória histórica das Ciências, a Filosofia pode refazer seus mais fundamentais questionamentos, tanto na direção de uma visão de mundo mais racional, abrangente e equilibrada, como na orientação para o resgate da dimensão ética do conhecimento, na formação de um núcleo de valores que permita ao homem inserir-se no mundo como sujeito de sua própria existência. Esta reflexão antropológica acaba por ser fundante da atitude filosófica mais original, no sentido de recolocar a cada homem a questão da unicidade de cada ser, da singularidade de cada existir e da radicalidade do pensamento.

O presente trabalho procura refletir sobre estas questões, de maneira gradual e ordenada, condenando os obstáculos reais a um saber de nível filosófico e contornando as questões peculiares da construção pedagógica da Filosofia na escola secundária atual. Precisamente em sua marginalidade histórica encontra a Filosofia sua fecundidade crítica, política, ética e utópica, frente ao adolescente e jovem secundarista, constituindo-se como base de uma renovadora concepção de mundo que permita ao homem encaminhar as principais contradições da realidade em que vivemos.

## I N D I C E

APRESENTAÇÃO .....	01
I. AS ORIGENS DESTE ESTUDO .....	04
II. A PRÁTICA DO ENSINO DA FILOSOFIA NO SEGUNDO GRAU .....	06
1. A natureza do ensino da filosofia no segundo grau .....	10
2. A compreensão básica da filosofia .....	13
3. Os passos do presente estudo .....	20
4. O "lugar" do discurso filosófico .....	24
5. Aspectos históricos do retorno da filosofia ao currículo de segundo grau .....	29
6. As contradições das últimas reformas educacionais e a filosofia .....	37
7. A construção de uma nova identidade da filosofia na escola de segundo grau .....	46
III. A QUESTÃO DA ENSINABILIDADE DA FILOSOFIA.....	55
1. A Ensinabilidade da filosofia.....	63
2. O Ensino da filosofia e sua relação com as ciências....	72
IV. FILOSOFIA E ESCOLA.....	109
1. Elementos para uma nova forma de ensinar filosofia na escola de segundo grau.....	123

2. Perspectivas e contradições estruturais no ensino da Filosofia.....	132
3. A identidade histórica da Filosofia na escola secundária.....	144
4. A Filosofia dos Jesuítas.....	149
5. Reflexões sobre o ensino da filosofia no segundo grau...	154
6. A questão dos livros didáticos.....	164
V. CONCLUSOES.....	173
BIBLIOGRAFIA .....	183

*"Quem se dedica à Filosofia  
está à procura do homem,  
observa o que ele faz, escuta  
o que ele diz, desejoso de  
participar, com seus  
concidadãos, do destino comum  
da humanidade."*

Karl Jaspers

## APRESENTAÇÃO

Há muito tempo sentimo-nos questionados pela Filosofia. Tanto que fizemos dela, ou de sua busca, além de componente fundamental de nossa própria visão de mundo, nosso trabalho e profissão. Daí a nossa permanente atitude de perplexidade frente aos exigentes questionamentos da riqueza teórica da Filosofia.

Mas essa questão permanecerá dentro de nossa trajetória pessoal de vida. Não há como dela alienarmo-nos. Nem haveria possibilidade de uma reflexão sistemática neste sentido. O que trataremos no presente estudo é da questão pedagógica da Filosofia, as contradições do seu ensinar e aprender, principalmente na complexa estrutura escolar secundária brasileira atual.

Para construir nossa reflexão principiamos por analisar os diversos elementos que circunscreveram a ausência e a "volta" da Filosofia ao currículo de segundo grau nas últimas décadas, determinada pelas reformas e políticas educacionais recentes. Estivemos presentes em muitos destes movimentos que vamos aqui relatar, lutando para construir uma identidade nova da Filosofia dentro do currículo secundário, sem cair num maniqueísmo simplista que colocaria a culpa da falência do ensino técnico e profissionalizante na mera "ausência" da Filosofia, ou ainda, a sua salvação pelo simples ato de recolocá-la na estrutura

curricular. É certo que a Filosofia sempre esteve ligada à trajetória histórica da escola média no Brasil. Mas isso merece ser bem analisado, pois muitas vezes, contrariamente ao otimismo simplista e corporativista, foi este espaço, o do ensino da filosofia, o lugar do maior exercício do dogmatismo e do conservadorismo, em pensamento, idéias e atitudes.

Estudaremos, na parte II deste trabalho, estas contradições e condicionamentos, buscando diferenciá-las, pela sua peculiaridade, a forma de ensinar Filosofia na escola média com relação aos estudos em outros níveis.

Na parte III tentaremos identificar algumas linhas teóricas para a reflexão sobre a ensinabilidade da Filosofia e as consequências deste questionamento. A Filosofia torna-se muito mais uma atitude constante de propor sempre alguns questionamentos estruturais do que a apresentação cristalizada de algumas escolas e teorias. Nesta direção procuramos ainda refletir sobre a especificidade do conteúdo e discurso da Filosofia para uma nova relação com as Ciências. Buscando superar a dicotomia histórica entre uma determinada visão do que se entende por Ciência e uma certa definição de filosofia, refugiamos-nos num referencial teórico dialético para captar os diferentes polos e fissuras desta contradição.

Na parte IV tentamos apresentar, em linhas gerais, a identidade tradicional da Filosofia na história e evolução da cultura brasileira. Buscaremos refletir ali os determinantes da sua presença e função histórica, repetindo que a simples volta ao

ensino secundário, sem uma discussão anterior, acabaria por reduzir-se a um mero ato de restauração, com a mais clara conotação de conservadorismo político e pedagógico. Nesta parte pudemos estender a reflexão sobre os diversos elementos que compõem o ato de ensinar filosofia, tentamos explorar reflexivamente os elementos pedagógicos e didáticos do magistério da Filosofia, apresentando algumas análises conjunturais e propostas que, muito precariamente, tentam tomar forma para elucidar nossas próprias indagações e carências. Debatemo-nos ali com a questão dos livros didáticos e com a identidade do professor de Filosofia.

Por último, procuraremos lançar algumas considerações oriundas de nossa própria experiência no magistério da Filosofia, que buscam viabilizar-se numa proposta. A questão que nos parece central é que, se conjunturalmente se fazia necessária uma árdua luta pelo retorno da Filosofia ao módulo secundário, hoje é muito mais exigente e rigorosa a necessidade de uma discussão estrutural do perfil da Filosofia, tanto no seio da cultura brasileira em geral quanto na escola secundária ou na universidade.

A crença de que esta tarefa deve ser solidária e coletiva, construída com precariedade, mas sempre com firmeza, é que nos faz sistematizar estas nossas próprias contradições e socializá-las.



## I. AS ORIGENS DESTES ESTUDO

*Não se ensina filosofia, ensina-se a filosofar. KANT*

O presente estudo surgiu dos questionamentos próprios de nossa prática no ensino da Filosofia. As dificuldades de encontrar uma identidade para o ensino da Filosofia numa escola eminentemente tecnicista foram as nossas primeiras indagações, seguidas de outras, referentes à própria tradição hermética da Filosofia no Brasil, seu cunho elitista: a ausência de subsídios acessíveis e de fácil compreensão pelos alunos, os estereótipos próprios do senso comum sobre a compreensão do que seja "filosofar", a precariedade estrutural da própria escola secundária. Estas e muitas outras questões envolveram nossa reflexão. A complexidade destas dificuldades foram ao mesmo tempo o nosso maior estímulo, pois a definição destes elementos acabava por re-direcionar nossa própria prática, a ponto de, das indagações e questionamentos, surgirem algumas propostas que julgamos poder contribuir para a discussão mais ampla da Filosofia, tanto ao nível de segundo grau quanto na sua dimensão mais ampla, da tradição cultural e escolar brasileira.

Pois a questão da Filosofia no segundo grau está imbricada em questões mais amplas, sobretudo pela questão da

identidade e função da própria escola secundária. Na tradição escolar brasileira esta sempre foi vista como transitória e preparatória aos estudos superiores, salvo em breves períodos onde revestiu-se de um caráter técnico, substituto aos ensinos superiores.

Aliada a esta questão está a discussão sobre as políticas educacionais que nortearam as últimas reformas de ensino e que acabaram por determinar uma nova identidade à escola de segundo grau bem como da própria instituição escolar. Nesta perspectiva não poderemos deixar de analisar a própria função da escola na sociedade de classes, principalmente frente às mudanças da clientela que tem chegado à escola pública nestes últimos anos.

## II. A PRÁTICA DO ENSINO DA FILOSOFIA NO SEGUNDO GRAU.

A necessidade de um estudo avaliativo do ensino da filosofia no segundo grau tornava-se clara à medida que analisávamos nossa própria prática. Após longa e intensa luta pelo retorno da filosofia à estrutura curricular de segundo grau, percebíamos a dificuldade de torná-la acessível, historicamente eficaz e engajada na realidade brasileira atual. Esta questão parecia bem mais ampla que a própria luta para resgatar a filosofia no ensino secundário.

Qual deveria ser a identidade e o papel da filosofia, sua especificidade e alcance numa estrutura escolar e social tão complexa e contraditória como a nossa - esta era a preocupação comum dos professores de filosofia. Muitos encontros e debates marcaram estes últimos anos de buscas. Associações de professores de filosofia foram organizadas e reestruturadas, encontros nacionais e estaduais, debates na rede pública e universidades, publicações e discussões acompanharam o retorno da filosofia ao segundo grau sobretudo a partir de sua reintrodução, como disciplina optativa, nas principais escolas de São Paulo em 1983. Pensamos então que poderia ser de alguma valia este estudo, já que encontra-se imbricado essencialmente neste período histórico e nessa questão.

O ano de 1983 tornou-se portanto, a base de referência, já que coincidia com a reestruturação dos governos estaduais e

da autonomia dos estados, que em 1982, puderam eleger seus governadores, depois de quase duas décadas de imposição pelos casuismos do Governo militar. Neste ano também iniciamos nossa prática como professor de filosofia na rede pública e particular, tendo acompanhado de perto todas as transformações e vicissitudes que envolveram a questão posteriormente.

Estas experiências próprias, consideradas como ponto de partida, foram enriquecidas com o estudo sistemático da questão da identidade da escola e da Filosofia na tradição brasileira, principalmente pelas contribuições do programa de Pós-Graduação. Estes subsídios histórico-analíticos e pedagógicos deram-nos substrato para realizar tanto a presente análise de nossa prática como para entender os rumos da própria filosofia, agora presente no currículo de grande número de escolas da rede pública e particular do estado de São Paulo.

Nossa pesquisa sobre a realidade do ensino da filosofia no segundo grau levou-nos também a questão da formação de professores. Uma das grandes lutas, que acompanhou a questão do retorno da filosofia, era a de conseguir a realização de um concurso público de ingresso na carreira oficial de magistério público. Após muitas pressões e lutas tal concurso foi realizado em 1986, após quase 30 anos de espera. A expectativa era de que já neste concurso houvesse um redirecionamento da questão da Filosofia, ou seja, que fosse dada abertura a uma abordagem e a conteúdos mais próximos à questão política e à

sua construção social e histórica. Contudo o Concurso, em suas linhas gerais, privilegiou uma compreensão tradicional-histórica da Filosofia, tornando-se outra vez um reforço ou variante da concepção tomista clássica, ou, quando muito, supondo um conhecimento enciclopédico e livresco. Procuramos discutir também esta questão, ou melhor, não pudemos nos furtar à ela.

Junto a estes dados históricos referentes à Filosofia e sua trajetória no segundo grau veio somar outro importante interlocutor histórico: a criação de um curso de graduação em Filosofia na Unicamp a partir de 1988. Este curso, aguardado com muita esperança por todos os que trabalham com a filosofia no magistério de segundo grau, acabava por tornar-se a cristalização das expectativas de uma nova formação de professores, além de tentar atualizar a própria especificidade da Filosofia na realidade atual brasileira, bem como resgatar seu papel entre as Ciências e na própria universidade. O curso de Filosofia da Unicamp saudava esta preocupação, ao definir-se, em seus prospectos de alcance público, como um curso voltado para a formação de professores.

Estas e outras questões estão presentes neste trabalho. Não se pode deixar de considerá-las todas imbricadas no mesmo eixo, que é a pertinência e contribuição da Filosofia à formação específica do aluno de 2o. Grau. Por isso, a questão básica inicial passa a ser a definição da natureza do ensino da Filosofia no segundo grau, a diferença específica deste

ensinar com relação à universidade. Esta questão requer uma definição fundamentada da abrangência e peculiaridades da indagação filosófica a ser apresentada na escola secundária, sua distinção, em alcance e profundidade, da pesquisa e reflexão que se deveria fazer nos cursos de graduação em Filosofia, ou ainda nos campos da pesquisa filosófica mais avançada.

## 1. A NATUREZA DO ENSINO DA FILOSOFIA NO SEGUNDO GRAU

A filosofia no segundo grau reveste-se de uma identidade diferente da indagação filosófica mais geral. Primeiro porque, ao situar-se na escola secundária, está ligada à sua identidade e função, não sendo uma escolha terminal e específica do educando. E depois por relacionar-se a questões profundamente importantes para o adolescente e jovem secundarista, particularmente vivenciando uma transformação estrutural de papéis e função social. Para a compreensão desta passagem é necessário embasarmo-nos numa correta e científica análise do desenvolvimento afetivo, social e mental do educando, presente nos estudos de Psicologia do desenvolvimento e da educação. Segundo Piaget, por exemplo, o adolescente tem capacidade e necessidade de superar o egocentrismo primitivo, tanto no pensamento como no comportamento, durante a adolescência, quando procura assumir um comportamento autônomo frente à sociedade, buscando ainda uma vivência afetiva própria e pessoal, além de ter capacidade de um pensamento abstrato, hipotético e conceitual, fundamental para a aquisição de uma visão científica da sociedade. Com estes elementos o adolescente seria capaz de construir um projeto de vida que lhe desse condições de superar a perda da identidade infantil para encontrar-se, de maneira adulta e responsável, frente à sociedade e ao mundo.

Tal consideração é muito importante pois fundamenta nossa tentativa de resgatar a profunda identidade da filosofia

enquanto indagação sobre as questões básicas da existência. Assim a filosofia pode, em princípio, embasar-se nas experiências existenciais estruturais dos alunos, sem contudo reduzir-se à uma terapia, para canalizar estas experiências e direcioná-las à aquisição de uma visão crítica, científica e dinâmica da realidade. O aluno do segundo grau, considerando as diferenças sociais, encontra-se na superação da síntese infantil, fragmentária e geralmente totalmente condicionada pelo senso comum, para a aquisição, ainda que provisória, de uma nova síntese de valores, envolvendo elementos culturais, afetivos e sociais. Desta maneira, o ensino secundário coincide com as primeiras indagações sobre o sentido da existência e o assumir de uma função social adulta. É claro que consideramos a questão do trabalho e do papel produtivo que, para as classes trabalhadoras, é muito mais exigida, mas mesmo assim, ainda que ingênua ou fragmentariamente, o adolescente encontra-se em um período de extrema sensibilidade e potencialidade reflexiva. A escola secundária deveria ser o laboratório crítico destas experiências. A compreensão desta realidade, das diferenças e das contradições pessoais e sociais, a questão do conhecimento e a análise da cultura e da sociedade, a leitura crítica dos diversos veículos sociais de informação e de padronização comportamental e ideológica, a crítica das instituições e estruturas convencionais, o trabalho e a cobrança social, o futuro e o amor são questões que definem seu universo e seu papel frente ao mundo e à própria existência. Podemos perceber a potencialidade desta



realidade para o ensino da filosofia. Partindo da realidade existencial do aluno, sem perder seu rigor e identidade original, a filosofia pode tornar-se uma reflexão que transcende à mera tradição de um conhecimento curricular para constituir-se na aquisição de uma consciência muito mais global e exigente.

Assim, a filosofia no segundo grau tem uma grande capacidade de penetração e de acessibilidade. Contudo, não deve confundir-se com o espontaneísmo ou o ativismo de uma pseudo-crítica, formada de opiniões e de "achismos" sem sentido e base, quase sempre um conjunto de associações mirabolantes do senso comum ou das experiências cotidianas desconexas. A filosofia exige rigor e cientificidade. Em termos de Filosofia a cientificidade se dá na investigação rigorosa da realidade, através de proposições e métodos logicamente encadeados, de modo a formar um sistema coerente de interpretação desta mesma realidade. A Filosofia deve ser apresentada neste procedimento. Mas não se pode dizer que seja a indagação filosófica na escola de segundo grau a mesma que se produz nos cursos de formação universitária. A diferença está, não no rigor, mas na profundidade, alcance e especificidade.

## 2. A COMPREENSAO BASICA DA FILOSOFIA

Temos observado que, para uma correta análise do processo pedagógico da filosofia é fundamental uma definição primeira do que se entende por filosofar, nas tantas e tão variadas definições que a Filosofia propriamente recebeu ao longo de sua história e construção teórica e contraditória. A variedade da compreensão da Filosofia implica numa questão própria, que acaba definindo outras dimensões da prática pedagógica. Em diferentes programas de ensino percebemos diversas tendências e visões da Filosofia.

A grande maioria dos professores orienta-se por uma visão tradicional, pautando-se por uma "história da filosofia". Se, em alguns casos este ensino se faz de modo competente, todavia, outras vezes, acaba num reducionismo historicista e enciclopédico que, ao final, vem comprometer a visão do que seja a Filosofia, reforçando o senso comum, que tem a idéia de se tratar de discussões estêreis e descabidas. As extensas biografias e definições, obras e citações fora de contexto e profundidade retomam a tradição livresca e hermética de um ensino alienado e despropositado. Isso não significa que não se deva considerar a questão histórica, muito pelo contrário. O prof. Franklin assim trata a questão, diferenciando um estudo da história da filosofia como centro e referencial.

"Sendo assim, não havendo uma situação atual da Filosofia, o recurso à história ganha uma dimensão muito mais significativa: a filosofia é, de alguma maneira, a sua história, na medida em que os conceitos forjados, numa determinada época, herdados e transmitidos pela posteridade, não podem ser entendidos como aquisições no curso de um desenvolvimento científico, mas sucessivas retomadas, que somente podem ser compreendidas se devidamente contextualizadas em cada sistema ou em cada autor."(1)

Creemos também que o referencial histórico é fundamental, pois nessa perspectiva crítico-dialética fundamentalmente parte-se da questão histórica, da consideração de que a filosofia, como todas as demais ciências e conhecimentos, nada mais é do que aquilo que se constituiu historicamente, isto é, a sua própria história.

Outra abordagem que nos parece ser reducionista e ainda mais perniciososa e viciada é a confusão do espontaneísmo. Muitas denúncias foram feitas a respeito da redução da filosofia a uma associação superficial de assuntos, desconexos e fragmentários, quase sempre sugeridos pelo senso comum cotidiano, sobretudo pelos Meios de Comunicação, onde se destaca a influência da televisão. Esta confusão temática se alia à confusão pedagógica onde o professor passa a fazer dos

---

1 NETO, H. N. e outros O ENSINO DA FILOSOFIA NO 2o. GRAU Sofia Editora, São Paulo, 1988, pg 154.

"seminários" e "debates" o lugar próprio do ensino. Assim, muitas vezes, substitui-se o ensino pelo ativismo crítico espontaneista que, na maioria das vezes, são meras elocubrações sugeridas pelo cotidiano superficial, experiências pessoais e opiniões pouco fundadas sobre as mais variadas questões. O prof. Gianotti, ao criticar o papel do professor nesta questão o define como um "pacto de mediocridade". As informações e referências dos alunos, nesta fase da existência, quase sempre encontram-se extremamente condicionadas, presas ideologicamente à classe social de origem e à família, ao meio social próximo e outros interlocutores próprios.

Menos comuns são os cursos que referem a Filosofia a uma teoria do conhecimento ou Lógica. Alguns, de maneira descritiva e formal, procuram apresentar os passos fundamentais e as fases e graus da Lógica, também com grandes dificuldades pelo isolamento referencial que se encontram na atual estrutura curricular. Estas abordagens orientam-se por uma interpretação positivista da Filosofia, já que esta é apresentada como uma "supra-ciência" ou ainda uma sistematização geral sobre as demais ciências, instrumento capaz de alinhar as demais disciplinas num rigor meramente metódico. Desta maneira estas abordagens acabam confundindo ainda mais a identidade da filosofia ao partir dos pressupostos técnicos positivistas.

Ao desconsiderar outros aspectos da realidade do aluno estas abordagens encontram dificuldades para firmar-se na estrutura de segundo grau. Percebemos, então, a necessidade de considerar o universo existencial do aluno como ponto de partida, num período de vida extremamente sensível, muitas vezes aberto a estas questões do existir que encontram espaços privilegiados na questão filosófica. A passagem e relação da questão existencial para o caráter social de toda ação humana torna-se um vértice fundamental da nossa atuação pedagógica.

Por outro lado, ao nível do próprio conhecimento, a Filosofia tem sido por demais solicitada, tanto na questão dos seus próprios referenciais como na superação de uma fragmentação positivista tradicional do conhecer, que divide as disciplinas e ciências segundo critérios de importância e "valor" de acordo com os caracteres ideológicos mais cabais. Ao resgatar a identidade da teoria e prática, das ciências humanas e físicas, ao apresentar a relação que existe entre toda busca de saber e seus desdobramentos sociais e históricos a Filosofia contribui para a realização da própria finalidade da escola secundária que deveria ser a de dar uma competente visão geral dos diversos universos e formas históricas do conhecimento humano. Estas questões tem sido muito claras para nós. Ao elaborar uma junção das diversas formas de ciências e a importância delas a Filosofia, partindo da condensação das questões de sentido para as dimensões sociais, alcança uma tal empatia com os alunos capaz de um reforço extremamente positivo de sua atuação na escola .

Mas é claro que a Filosofia, muitas vezes, reveste-se de uma dimensão por demais pretensiosa; o que acaba por comprometer acentuadamente esta sua propalada "volta" ao segundo grau, enquanto se acreditar que a sua simples reintrodução curricular seria capaz de uma redenção da escola tecnicista e profissionalizante, como ainda um efetivo exercício messiânico de uma consciência crítica. Sobre isto escreveu o prof. Henrique Nielsen um intrigante comentário:

"É essencial que o aluno percorra a história do pensamento para perceber que a filosofia não é um estado de espírito nem muito menos uma conduta de vida. É imprescindível que o educando saiba disso e distinga o pensamento filosófico das vulgaridades que são divulgadas em seu nome."(2)

Já o prof Milton Meira denunciava esta interpretação simplista ao afirmar :

"Não se trata de exigir a volta da filosofia para recuperar o ensino em geral, para dar um verniz de humanidades num ensino profissionalizante fracassado."(3)

É preciso abandonar esta interpretação simplista de que a filosofia, como qualquer outra ciência ou conhecimento, possa construir ou oferecer "verdades" prontas, caminhos ou receitas infalíveis para qualquer época. A relativização

---

2 Idem, pg 47.

3 Ibidem, pg 116.

correta, nos limites da época e método, acompanha uma coerente consciência científica. Muitas vezes não são apenas os alunos que possuem esta compreensão simplista, mas sim os próprios professores. Ao apresentar a Filosofia perdem-se num elogio narcisista e desgastante que logo redonda num vigoroso fracasso.

Em muitos lugares a Filosofia tem se aproximado da Sociologia, que também busca sua identidade na escola de segundo grau. Neste sentido, embora não se reduza a isto, a Filosofia tem procurado apresentar uma leitura científica da sociedade, suas estruturas, seus determinantes econômicos e seus desdobramentos sociais e políticos. Ao aproximar-se das ciências sociais, discutindo os aspectos estruturais da sociedade a filosofia contribui para uma conscientização para a leitura da realidade brasileira atual, onde, realisticamente, encontra-se o educando e o próprio educador. Este caráter de "instrumentação" para a ação política e social não se restringe à filosofia, mas à educação em geral. Na mesma linha de análise do professor Saviani, que afirma em suas obras a função política do educador e da escola, o Prof. Sanfelice aplica esta dimensão ao ensino da filosofia ao afirmar:

"Neste momento histórico, marcado pela presença acentuada de uma clientela de origem social subalterna no ensino de 1o. e 2o. Graus da rede de ensino público (...) temos que saber se o espaço

pedagógico de ensino da filosofia será de mascaramento ou desmascaramento, de sonegação do saber sistematizado ou passos para este saber, de solidificação do senso comum ou de um caminhar para uma visão estruturada de mundo, veículo da ideologia dominante ou sua desmistificação."(4)

Junto com a instrumentação para a aquisição do pensamento científico global, a Filosofia pode contribuir para a estruturação de um pensamento político real e comprometido.

O estudo da filosofia, em seus aspectos históricos e na explicitação de sua função ideológica nas diversas épocas históricas é capaz de viabilizar isso. O resgate das contradições das diversas formas de ver o mundo pode levar a uma compreensão estrutural dos bastidores da realidade em que vive o aluno.

Estas questões foram surgindo em nossa prática e sistematizaram-se no presente estudo. Importa-nos agora embasa-las em referenciais teóricos analíticos para uma melhor estruturação que se viabilize numa contribuição e proposta.

---

4 SANFELICE, J.L. O ATO PEDAGÓGICO E O ENSINO DA FILOSOFIA, in O ENSINO DA FILOSOFIA NO SEGUNDO GRAU, op. cit, pg 108.



### 3. OS PASSOS DO PRESENTE ESTUDO

Foi importante estudarmos as linhas históricas hegemônicas da Filosofia no Brasil e suas relações com a escola secundária. O estudo da prof. Maria Tereza P. Cartolano (5) foi nossa orientação básica, já que o próprio é rico em pesquisas e dados sobre a questão reportando-se a estudos anteriores de igual competência e importância. O seu trabalho histórico crítico resgata não só a questão das reformas educacionais e o ensino da filosofia, como também o perfil que a mesma teve na tradição educacional mais global. Neste sentido, explicitando ainda mais estes referenciais estruturais buscamos apoio na obra da prof. Maria Luisa Ribeiro, "História da Educação Brasileira" (6) que parte de uma análise dos movimentos econômico-políticos para avaliar as identidades dos modelos educacionais hegemônicos em nossa história. A questão da educação na estrutura tecnocrática do capitalismo monopolista que se implantou no Brasil nos últimos anos foi competentemente discutida pela profa. Maria de Lourdes Covre em sua obra "A Fala Dos Homens - Análise do Pensamento Tecnocrático" (7). Deste referencial analítico procuramos estudar os desdobramentos que acabaram por excluir a filosofia do segundo grau durante o governo militar 64-84, concernente com a nova orientação dada ao ensino e ao país em

5 CARTOLANO, M. T. P. FILOSOFIA NO ENSINO DE 2o. GRAU. Ed Cortez e Autores Associados, São Paulo, 1985.

6 RIBEIRO, M. L. HISTORIA DA EDUCACAO BRASILEIRA, Ed.Cortez e Autores Associados, 8ª Ed., São Paulo, 1988.

7 COVRE, M. L. M. A FALA DOS HOMENS -ANALISE DO PENSAMENTO TECNOCRATICO 64-81, Ed Brasiliense, São Paulo, 1983.

geral pela "nova" classe hegemônica presente no Estado e definidora das políticas educacionais.

Procuramos ainda analisar as diversas obras e documentos que marcam a intensa luta dos professores pelo retorno da filosofia ao segundo grau nos últimos anos. Estes documentos e registros encontram-se de maneira muito própria catalogados nos diversos números da revista "Reflexão" editada pelo Instituto de Filosofia da Puccamp. Este instituto, a começar pela estruturação pedagógica que deu ao ensino de filosofia, foi um dos principais organismos de luta e reivindicação da volta da Filosofia ao segundo grau. Muitos documentos resultantes de encontros e debates de professores da área estão ali registrados. Algumas indagações surgem destas atitudes, que mereceriam um estudo mais aprofundado, como a questão da eventual ligação entre o interesse da "volta" do ensino da filosofia ao segundo grau como um espaço privilegiado da Igreja, na sua linha histórica de atuação educacional, na transmissão de certos valores e posturas. Não há como negar ainda um certo interesse corporativista e eclesial, aos que querem o espaço do magistério da filosofia no segundo grau como garantia de emprego, sobretudo os egressos de seminários e da vida religiosa.

Referenda-nos ainda os próprios debates na Rede Oficial de Ensino, sobretudo nestes últimos 5 anos de maneira mais intensa, fundamentando e exigindo uma ampla reforma dos conteúdos de ensino. É lamentável observar que, a despeito das

tantas contribuições de inúmeros profissionais e estudiosos da questão, os círculos burocráticos mantêm uma visão estritamente fechada e tradicional da filosofia no segundo grau. Isto nos parece claro ao analisarmos a bibliografia, o processo e as provas seletivas que promoveram o primeiro concurso público para o ensino de filosofia no segundo grau realizado em 1986. As definições clássicas deste processo ainda se orientam por uma abordagem tradicional e historicista, privilegiando um conteudismo enciclopédico a uma real reflexão e transformação da identidade tradicional. E os pareceres burocráticos que sustentaram o "retorno" da filosofia não são diferentes dos anteriores.

Muito próxima a esta questão da política burocrática está a questão didática da filosofia. Procuramos, ainda que de maneira pouco aprofundada, com embasamento em outras conclusões e estudos, mais do que nossas próprias e específicas considerações, analisar os recursos didáticos - pedagógicos atuais: os "manuais" de ensino de filosofia, textos clássicos, subsídios e publicações voltadas para a questão do ensino. Percebemos que aqui, a despeito das intenções, pouca coisa se transformou. A questão dos subsídios didáticos e em particular do livro-texto é fundamental, tanto para o ensino de filosofia quanto na tradição da escola secundária. Os textos elaborados ultimamente padecem do mesmo hermetismo, elitismo e academicismo dos manuais clássicos. Mesmo a definição metodológica destes textos implica numa visão própria da filosofia e de seu ensinar.

Todos estes caminhos procuram referendar a questão básica que é a possibilidade de uma efetiva mudança estrutural no ensino da filosofia somente por uma transformação estrutural da própria escola e de seu papel na sociedade de classes. Neste debate quer o professor de filosofia participar e contribuir. Isto requer, muito aquém, uma efetiva organização dos professores, como aconteceu nestes anos de luta, para alcançar os níveis necessários à viabilização de um ensino competente e de condições profissionais dignas e respeitadas. Tal questão nos lança à necessidade de organismos e associações de classe, bem como a de contínua formação e pesquisa dos professores, num contato permanente com a produção do conhecimento e socialização das experiências de ensino. Esta atitude está ligada à questão da identidade da filosofia no segundo grau e em toda a sua extensão na tradição acadêmica brasileira .

#### 4. O "LUGAR" DO DISCURSO FILOSOFICO

Não é fácil trabalhar com a questão do discurso e do conhecimento. A epistemologia clássica classifica os diversos campos das ciências e refaz um discurso do método. Mas é preciso que o suporte teórico da Filosofia, historicamente condicionado, encontre sua forma real de explicitação na dimensão pedagógica. Isto requer não só a deconstrução de uma determinada prática mas sobretudo a construção criativa de novas identidades, processuais e dinâmicas, no processo do filosofar. Não se pode partir do equívoco positivista dualista de separar o sujeito e o objeto do conhecimento.

"Chamo amador em filosofia àquele que aceita sem mais os termos usuais de um problema. O verdadeiro filosofar consiste em criar a forma de por o problema e criar a solução... Não há uma pergunta que resida em nós e uma resposta que esteja nas coisas, um ser exterior a descobrir e uma consciência observadora: a solução está também em nós, e o próprio ser é problemático. Há algo da natureza da interrogação que se transfere para a resposta". (8)

Não há possibilidade da Filosofia retornar ao módulo escolar formal sem produzir uma auto-crítica histórica e de

---

8 MERLEAU-PONTY, O ELOGIO DA FILOSOFIA, in OS PENSADORES, Ed. Abril, SP, 1979, pg 22

seus pressupostos, dentro das transformações que embasam as ciências contemporâneas. É preciso fazer a crítica do Cientificismo e do Positivismo, correntes que são tanto embasadoras da superada escolástica quanto estão presentes no tecnicismo das últimas reformas educacionais. Esta auto-crítica passa por rejeitar uma compreensão ingênua da filosofia, a de estar alheia à ideologia ou a de constituir-se lugar-tenente da suposta crítica da ideologia que subjaz "as demais ciências". Não compreender o papel ideológico da própria filosofia significa, mais do que qualquer juízo de valor, negar as próprias contribuições da leitura materialista da história e da construção metodológica do materialismo dialético como mediação sócio-analítica. Reservar à Filosofia um caráter soteriológico é fetichizar o próprio conhecimento, e mais que isso, negar a própria concepção dialética, ao prendê-la a um momento da idéia, numa vulgarização própria justamente da mistificação ideológica mais genuína. E nisto precisamente reside a afirmação do Cientificismo, que muitas vezes se pretende superar.

"A priori, o Cientificismo surge como uma concepção conservadora, pois nos leva a tomar aquilo que é momentâneo como se fôra eterno. De fato, na história do marxismo, o fetichismo da ciência apareceu sempre do lado em que a consciência revolucionária estava prostrada" (9).

---

9 MERLEAU PONTY, MARXISMO E FILOSOFIA, in OS PENSADORES, op cit, pg.71.

Por outro lado impõe-se buscar novas categorias de leitura da realidade e de formação do conhecimento. A uma recusa do cientificismo, da lógica formal cristalizada e estéril ou dos postulados de uma ciência "pura" sempre se oferece, numa vertente maniqueísta, o "materialismo" ou "filosofia da práxis". Não se pode continuar falando nestes termos como era entendido pelos hegelianos do século passado, quer como um objeto extrínseco ao próprio homem, uma "dialética da natureza" separada do homem, ou ainda a própria transfiguração da Física positivista escamoteada numa "lógica" autónoma da matéria e dos fatos sociais. A proporção da matéria e do materialismo parte da práxis humana que engendra a própria constituição do que seja a natureza e portanto, refere-se fundamentalmente a uma construção social do conhecimento, que se dá na dialética da produção da vida material que é o trabalho social.

A organização dos sistemas e currículos de ensino reveste-se de um carácter positivista e estritamente técnico. Pressupõe-se um conhecimento pronto, armazenado e eterno, construído através de métodos e pesquisas puras e sempre "infallíveis". Observamos que este "espírito" cientificista permeia tanto a burocracia da escola como os tantos professores, de diferentes áreas. É o equívoco ou mistificação ideológica tanto cumpre sua função que a própria fragmentação do conhecimento em áreas de interesse como Humanas, Exatas e Biológicas, produz disputas por uma hegemonia da crítica ou

"rigor" que opõe estes campos sem considerar a produção material básica que os constitui.

A este caráter plenipotenciário do conhecimento opõe-se ainda o exorcismo do humanismo existencial. O jovem aluno, e também o professor e demais agentes da escola tecnicista apresentam-se como estereótipos racionais, numa assepsia do discurso afetivo, existencial e humano. O templo da Ciência prende o corpo, as contradições, o quotidiano no culto à **uma suposta razão técnica**. Principalmente, num momento que o aluno se vê em crise com a identidade infantil, na superação da normatividade e heteronomia paterna, para uma autonomia ética, afetiva e psicológica. O discurso científico soa-lhe longe e desumanizado. O exemplo clássico é a aula de Ciências Biológicas onde se estuda o "corpo humano". Este aparece não como um sujeito denso de sentido, contradições, desejo e paixão. Aparece sim como um emaranhado de aparelhos (reprodutor, digestivo, motor, etc...) - impessoal, objetual e frio.

A filosofia quer, portanto, justamente com outras especificidades, resgatar o humano, a afetividade e a experiência de sentido existencial. Daí o caráter profundamente pessoal dos depoimentos sobre a validade da Filosofia como "descoberta do eu", "consciência do mundo", "afirmação de afeto e do desejo", "recuperação da afetividade". Embora se perceba a complexidade da afirmação, o Existencialismo torna-se a mediação mais apaixonada e forte



## 5. ASPECTOS HISTÓRICOS DO RETORNO DA FILOSOFIA AO CURRÍCULO DE 2o. GRAU

Por ocasião da volta da Filosofia ao currículo do 2o. Grau anunciada pela S.E. nos inícios do Governo Montoro em São Paulo, amplamente comentada e debatida durante os anos de 83 e 84 esperava-se uma nova identidade deste ensino que incorporasse todos estes pressupostos, anteriormente discutidos ou aventados. No ano de 85 a Filosofia foi implantada em caráter experimental em muitas escolas do Estado. Já dissemos que pouco se analisou sistematicamente destas experiências. Mas, de maneira geral podemos paralelar duas atitudes fundamentais referentes ao tema em questão: há primeiramente os que acham a Filosofia uma disciplina necessária para a devida formação humana e crítica do educando, e responsável primeira por um caráter ético e político da educação sistemática; e estes acreditam, muitas vezes, que a simples inclusão da matéria no currículo de 2o. Grau seja capaz de gerar uma maior "conscientização" nos jovens secundaristas, por muito tempo vítimas de uma formação estritamente técnica e alienante. Se não creem explicitamente nisto agem como se assim acreditassem. A crítica deste ingenuismo já foi muito bem feita em outros trabalhos de reflexão. De outro lado, anunciava-se a inclusão da Filosofia como uma disciplina a mais que devia ser "encaixada" dentro do Quadro Disciplinar, sem nenhuma transformação estrutural da

escola ou dos demais conteúdos e objetivos da mesma. A inclusão da Filosofia tornava-se questão de preferências pessoais dos diretores e ou quando muito de processos burocráticos legais e normativos. No fundo concebia-se uma idéia de Filosofia como disciplina acabada, pronta, departamentizada, restrita, como um substrato ético e humano que não se encontra em outras disciplinas eminentemente viciadas por uma compreensão tecnicista. A Filosofia era tida como uma disciplina "mais conceituada" e, sem se indagar e planejar seus conteúdos, metodologia, planejamento didático etc... acreditava-se que a simples "decretação" de sua inclusão no 2o. Grau viesse a operar, ou constituir-se como tal, numa melhoria no ensino e numa humanização da educação e da escola. Esta opinião pode ter sido transmitida das lutas dos professores para os administradores e burocratas da educação sistemática do Estado. Não se preocupou, naquele momento, em analisar a mão-de-obra disponível para o ensino da Filosofia, nem perguntar sobre o que seja a própria Filosofia no amaranhado de definições de sua própria história.

Nestes "otimistas" se pode encontrar a concepção pedagógica, com relação à Filosofia, de que lecionar esta matéria seja descrever quase que formalmente a história da Filosofia e, quando muito, promover amplos debates sobre as mais intrincadas questões. Em muitas experiências decorrentes desta implantação da Filosofia no 2o. Grau encontramos conteúdos e práticas que limitam-se a elencar biografias e doutrinas dos filósofos, a iniciar-se com Platão, Sócrates,

para uma recusa da religião, o que frequentemente acompanha a crítica da síntese infantil, passando por uma recusa da ciência racionalista para uma terapêutica leitura lúdica do mundo, pessoal e revigorada, necessária até para a reconstrução das utopias sociais.

Aristóteles e outros num quase infinito rol de nomes gregos difíceis e totalmente sem interesse para os alunos, agravando-se a questão por uma tamanha superficialidade que causa nestes alunos a impressão mais negativa da Filosofia, quando não indiferente, como um conhecimento totalmente dispensável e hermético, quando não tarefa de "loucos e desocupados", que é a imagem estereotipada da filosofia do senso comum. Não vêem, neste tipo de disciplinas ou forma de apresentar a Filosofia, nenhuma validade para o mundo prático e técnico de hoje. Outras vezes os alunos não vêem diferença entre a Filosofia e a História da Grécia Antiga, com seus nomes, lugares e datas, e é claro que isso implica uma determinada visão da História. Dentro desta concepção otimista e superficial da inclusão da Filosofia no 2o. Grau os resultados, ainda que mereçam uma mais profunda consideração, são de quase completa frustração do projeto. Muitas escolas que nos anos passados incluíram a Filosofia em seus currículos muito logo voltaram a eliminá-la por "ter sido uma experiência frustrante, pois os alunos não estão preparados". Os alunos se tornam o bode expiatório da experiência frustrada, sem o devido planejamento, sem se perguntar sobre a maneira, a metodologia e o pessoal docente; muito menos os objetivos e o planejamento para o ensino da Filosofia, tal qual foi levado a cabo.

Em segundo lugar há os que consideram a Filosofia tarefa de gênios, dão-lhe tamanha importância que não querem vê-la "vulgarizada" no 2o. Grau. Afirmam que o ensino da Filosofia é tarefa de especialistas e deve ser deixado à responsabilidade

da Universidade. Frequentemente afirmam que o secundário é "problemático demais" e acrescentar mais um "problema" seria agravar a crise nivelando por baixo. Deixam a Filosofia para outras responsabilidades e não conseguem perceber que já no modelo educacional vigente, embora não esteja sistematicamente definida, há uma patente Filosofia, inclusive nesta prática.

Estas duas concepções, aqui resumidas, provocam nossa inquietação para sair a campo e pesquisar seu real alcance e limites. Estamos convencidos que as duas formas redundam numa compreensão reduzida da Filosofia, e conseqüentemente, induzem a experiências parciais de ensino. Há outras opiniões que poderiam merecer destaque; há os que se opõem radicalmente ao ensino da Filosofia, para estes matéria desnecessária e anacrônica. Este cientificismo superficial deixa claro não só uma negação da Filosofia no 2o. Grau, mas uma condenação da própria Filosofia, pretensão demagógica deferente de uma mentalidade pragmática e tecnicista que tomou conta da educação depois da década de 50 no Brasil. Tal mentalidade traz consigo igual concepção da sociedade e do homem, a esta mentalidade mister se faz acrescentar uma séria crítica, incrustrada que está no planejamento educacional brasileiro nas últimas décadas.

De certa maneira todas estas concepções são passíveis de análises que desvendam suas contradições. Aos otimistas, defensores da Filosofia para o 2o. Grau como "salvação" da Escola e como medida por si só eficaz de pronta

"conscientização", instrumento hábil de rápida politização da juventude. É preciso estender a amplitude de suas premissas. Perguntar-lhes sobre todo o processo sócio-histórico da produção da Filosofia, qual concepção de Filosofia possuem e conseqüentemente quais os objetivos que se pode aventar com a mesma na Escola Pública. Pensar claramente os meios de formar professores e especialistas e ao mesmo tempo elaborar uma maneira acessível de transmissão destes conteúdos. Será preciso lembrar-lhes que uma verdadeira mudança na educação é já meio e fim de uma nova Filosofia em curso, só possível dentro de uma definição política e social da escola e da própria educação sistemática. Ensinar Filosofia está intrinsecamente relacionado com o "fazer" filosofia, e este viés está anteposto na própria interpretação histórica da Filosofia bem como naquilo que se entende por tal na história do pensamento e das sociedades do Ocidente.

Aos que suspendem a Filosofia sob o pretexto de elogiá-la - "promoveatur ut removeatur" - conforme princípio da tradição escolástica, é preciso, além de definir sua identidade como produção humana histórica e sua extrema pertinência ao momento histórico presente, lembrar que se pode criar uma pedagogia para o ensino da Filosofia. A Filosofia é, tanto quanto outras esferas da condição humana, uma disciplina passível de estudo e de construção social. A Filosofia não é uma "revelação" a místicos nem vocação de escolhidos. É uma tarefa pessoal e social sobre a qual se deve trabalhar criativamente. Talvez

seja pertinente entender a consideração da Filosofia enquanto produto histórico de homens situados.

Nas duas coordenadas, como tentativas de diálogo e crítica, se deverá alinhar o conteúdo da pesquisa e a novidade da dissertação. Será preciso definir que a Filosofia tem um começo e uma origem. Este começo diz respeito à sua história e não se pode fugir dela pois a Filosofia tem sido frequentemente a sua própria história. Nesse caso não se deve perguntar o que é a Filosofia, mas o que tem sido, privilegiando a noção de processo. Já o aspecto de "origem" permitirá indagar sobre a atitude filosófica, o que leva o homem a perguntar sobre si mesmo, sobre o mundo, sobre tantas outras questões. Esta atitude que se iniciou na Grécia Antiga e que perpassa toda a história do ocidente. Estas duas paralelas permitirão amplos horizontes para pesquisa sobre o sentido da Filosofia. Poder-se-á fazer aqui uma crítica do cientificismo, do tecnicismo e da massificação que o modelo educacional atual apresenta.

O segundo momento será de propor uma metodologia para o ensino da Filosofia, não específico demais, de modo que fique restrito ao deleite dos iniciados, nem vulgar demais a ponto de descaracterizar o conteúdo. Uma metodologia que surja a partir das experiências positivas no ensino da Filosofia no 2o. Grau. Será preciso primeiramente libertar-se de uma metodologia mais ou menos comum no ensino da Filosofia, que tem origem na tradição da "escolástica", que compreendia a

Filosofia como propedêutica à Teologia, própria dos Seminários e das Escolas Católicas, mentalidade presente nas elites intelectuais formadas pela Igreja desde os primórdios da Educação no Brasil, através dos Jesuítas. Assim compreendida, a Filosofia era ministrada como tratados, como disputas, em tom doutrinário, e no seu aspecto histórico como mera descrição de correntes e sistemas, restritos e classificados. Benedito Nunes assim define esta questão:

"Talvez fossem os programas então vigentes demasiados ambiciosos pela extensão e pelo caráter enciclopédico que lhes restringiam o teor reflexivo-crítico (...) por circunstâncias oriundas de nossa formação histórica, a filosofia era identificada com a síntese escolástico-tomista e transmitida em forma de manuais, em geral representando uma súmula de tratados componentes do ensino filosófico nos seminários ou estabelecimentos destinados à preparação de sacerdotes católicos." (10)

Não havia nenhuma imbricação crítica ou hermenêutica e, muito menos política. Esta concepção e prática são encontradas na maioria dos docentes de Filosofia no segundo Grau, geralmente egressos de seminários e da vida religiosa, ou então formados na tradicional pedagogia católica. De forma genérica podemos afirmar que esta expectativa está nos planos dos diretores, supervisores e administradores do ensino

10 NUNES, B. PROPOSTA PARA O ENSINO DA FILOSOFIA NO SEGUNDO GRAU, in O ENSINO DA FILOSOFIA NO SEGUNDO GRAU, pg 120.



público. Explicitar a vigência e os limites históricos dessa mentalidade, bem como os mecanismos e objetivos de sua reprodução e sustentação exigirá séria pesquisa e um pertinente referencial interpretativo. Ao mesmo tempo torna-se urgente superar esta tradição e concepção histórica da filosofia.

Por último descreveremos de maneira crítica nossa própria experiência no ensino da Filosofia no segundo Grau, ao lado de outras experiências em escolas de segundo grau da região de Campinas, entre os anos de 83-88. A codificação destes dados, uma leitura da realidade, confrontados com os pressupostos já descritos nos permitirá afirmar que, muito mais do que uma séria compreensão da validade da Filosofia e sua necessidade na educação, como memória e prática reflexa da condição privilegiada do homem; o pensar e dar sentido ao mundo, o ensino da Filosofia no segundo grau, tal qual se tem estruturado nos programas burocráticos, tem sido no sentido de pretensamente dar à educação, e aos próprios órgãos de Governo, uma imagem de mudança, de "algo novo", de "restauração" da crítica e humanização da escola, bem como a de realização e exercício do que se chama "educação democrática". Pretensão que a realidade tem largamente desmentido.

## 6. AS CONTRADIÇÕES DAS ÚLTIMAS REFORMAS EDUCACIONAIS E A FILOSOFIA

Retomando a história recente da educação sistemática percebemos que à partir da implantação da Lei 5.692/71, resultante do processo de transformação estrutural da educação brasileira, as disciplinas ligadas às Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia e Psicologia, deram lugar, pela imposição da Lei, às disciplinas OSPB e Educação Moral e Cívica, nos currículos de 2o. Grau. Já no 3º grau aparece a disciplina EPB, que passa a ter um papel doutrinário e civista. No antigo primário tudo foi agrupado sob a sigla "Estudos Sociais", que passa a ser a denominação das disciplinas história e geografia no primeiro grau. Denunciando este processo e seus propósitos assim expressa-se o prof Nielsen Neto:

"A fragmentação do conhecimento científico, a descaracterização das ciências humanas-filosofia, sociologia e psicologia - a substituição de história e geografia por "estudos sociais", a criação de licenciatura curta, o aparecimento da figura do professor polivalente, foram as principais consequências desta equivocada lei 5.692-71, além de garantir a consolidação da EMC e OSPB. Estas duas "disciplinas" de caráter ideológico são obrigatórias e servem de sustentáculo do regime militar

instaurado em 1964, pois que, entre outras finalidades, fazem propaganda do regime de excessão." (11)

Raízes analíticas mais profundas destas mudanças podem ser encontradas nas obras de Dermeval Saviani, que refaz num quadro teórico-histórico, as principais tendências e correntes da educação brasileira, na obra "Filosofia da Educação Brasileira" (12). Dentro desta compreensão Saviani enuncia que, a partir da década de 60, toma corpo uma tendência tecnicista impregnando substancialmente a política educacional vigente. A Lei acima citada é a expressão máxima do triunfo deste tecnicismo. Surge da crise da tendência humanista moderna.

Tomando como ponto de partida esta história das tendências e os mecanismos de sustentação e superação das mesmas, é que deveremos alinhar nosso trabalho. A crítica do tecnicismo é um dos pressupostos de nossa pesquisa, entendendo como pressupostos as tantas reflexões que analisam o espírito tecnicista das últimas reformas educacionais. Entendemos que a maioria destas tendências está presente na prática pedagógica de boa parte dos professores da rede estadual, confusos entre um discurso escolanovista e uma realidade tradicional e conservadora. Como nos interessa o estudo da Filosofia, privilegiaremos os quadros docentes da referida disciplina.

---

11 NETO, H. N. op. cit, pg 26.

12 SAVIANI, D. in FILSOFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, Ed Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983.

A partir destas considerações será preciso explicitar bem os mecanismos de implantação, reprodução e sustentação do modelo tecnicista, tanto pela implantação das diversas fases históricas do capitalismo no Brasil bem como através das diretrizes educacionais que acompanharam estes processos. Tomamos como ponto de base para o estudo deste processo a obra de M. L. M. Covre, já citada anteriormente, em sua crítica e recuperação da ideologia tecnocrática que impregnou a educação no Brasil. Este estudo nos possibilita entender o descaço e obscurantismo para com as Ciências Humanas e a Filosofia, de modo especial, nos últimos planejamentos educacionais.

Como nos propomos a estudar a realidade do 2o. Grau tomando como modelo o Estado de São Paulo teremos que recuperar as tentativas de reimplantação da Filosofia pelos meios formais e burocráticos, que foram pioneiras neste Estado. Em 1980 a Câmara de Deputados votava matéria que reintroduzia a Filosofia na estrutura de 2o. Grau. Mas quando isso efetivamente aconteceu, no governo Maluf, a proposta foi vetada e arquivada. Atualmente a Filosofia é disciplina do "núcleo diversificado" dos currículos de 2o. Grau. Só é obrigatória em cursos de magistério, e assim mesmo, como Filosofia da Educação. As demais grades curriculares continuam a privilegiar a formação eminentemente técnica e profissionalizante. Em 20 de Maio de 1983 o então Secretário da Educação de São Paulo, Sr. Paulo de Tarso dos Santos declarava à "Folha de São Paulo":

"No segundo grau prevalece a solução simplista dos tecnocratas e o resultado são gerações de jovens sacrificados na sua formação. Profissionalização precoce e o abandono do objetivo superior do segundo grau, que é a formação para a cidadania, são alguns dos defeitos mais graves que a situação apresenta. É necessário repensar a escola de segundo grau nesses aspectos." (13)

Houve então ligeira orientação política, resultante das pressões dos professores e da sociedade em geral, para que houvesse um estudo da volta do ensino de Filosofia e Sociologia para o currículo do 2o. Grau na rede estadual. A partir da resolução 236/83, de 03.10.83, da Secretaria de Educação, que dispõe sobre as diretrizes para a reorganização do ensino de 2o. Grau nas escolas oficiais, as grades curriculares passaram a ser, na sua parte diversificada, discutidas e aprovadas em cada unidade de ensino, isto é, de competência da própria escola. Esta "abertura" é manifestada também no Boletim da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) em seu número especial de outubro de 1983, onde aparecem as orientações necessárias para as possíveis reformulações das grades curriculares nas escolas de 2o. Grau. Expressamente a CENP recomenda: "na parte diversificada, qualquer que seja a modalidade de curso escolhida, deve-se assegurar a visão integral do homem e do mundo, na perspectiva das Ciências Humanas. Assim recomenda-se a inclusão das

disciplinas de Filosofia, Sociologia, Psicologia e outras que concorram para este objetivo."

Tendo presente estes dados será necessário passar da crítica, tanto no seu aspecto atual, como histórico, do modelo educacional implantado a partir de 1971, à proposta de uma metodologia para o ensino da Filosofia, extraíndo as distorções de sua compreensão, anteriormente definidas.

E isso se faz já elaborando uma concepção filosófica, ou então a partir de algumas questões básicas da Filosofia. Será preciso recuperar que, ao mesmo tempo que deve formar bons profissionais e técnicos, deve também a escola realizar uma função social básica, que é preparar para a atuação social consciente e participativa, superando aquilo que Saviani chama de teoria "crítico-reprodutivista". A escola pública consiste numa conquista histórica das classes marginalizadas e deve ser sobre ela que devemos construir novas significações em face de novos momentos históricos. Portanto, isso não se dá de maneira mágica. A simples decretação da volta da Filosofia, como já analisamos, sem mudar a função da escola, sem definir a identidade da Filosofia, não pode ser responsável, como querem, pela definitiva superação do modelo tecnicista atual.

A outra ponta de nossa pesquisa está na crítica ao modelo escolástico e positivista da concepção da Filosofia. Será preciso definir bem o que se entende por isso, principalmente por retomar as tradicionais formas de apresentação histórica da Filosofia no Brasil. A partir disto será preciso definir

que a filosofia tem como objeto a concepção integral do homem e da natureza, homem agente e sujeito da história, não departamentizado e transformado em mero executor de coisas e tarefas.

Que se possa, a partir da Filosofia, e precisamente no seu ensino e exercício, explorar a sua dimensão ética e antropológica. Entendida dentro dos processos históricos e como parte das transformações sociais, a Filosofia será vista como a ciência que permite ao homem espelhar-se no passado e tentar certo controle sobre as condições desta sua realidade. Fornecer uma consciência crítica, libertadora, capaz de recuperar a subjetividade aviltada pela massificação e a compreensão da sociedade como produto objetivo de homens situados, e portanto, passível de mudança. Desenvolver um espírito de observação e de pesquisa, na análise das transformações rápidas por que passa o homem e a sociedade atual. Incentivar cada vez mais a participação política e social do indivíduo, pela escola e todas as entidades sociais, na condução de seu próprio destino.

Tudo isso requer estudo, pesquisa, sistematização e debate. Sobretudo, criatividade. Que não se repita uma Filosofia enfadonha e alienada, nem seja reduzida à biografia de filósofos. Mas que seja disciplina viva a exigir, de antemão, a posição do homem diante de sua própria existência, que não se reduza a um mero teoricismo ou erudição.

Uma teoria por si só não transforma o mundo. Muito menos numa sociedade onde o saber é dividido e departamentizado. Como muito bem define Vasquez:

"A teoria em si (...) não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, por seus atos efetivos e reais, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação." (14)

Compreendendo assim a própria Filosofia, já conseqüentemente vista no seu aspecto global, é que será possível acreditar num papel político para a Filosofia na transformação das condições históricas atuais. E essa transformação passa pela superação do atual modelo das relações de produção e, conseqüentemente, dos caracteres ideológicos onde se define a compreensão e função da escola. cremos que a Filosofia, dentre as Ciências Humanas, toma para

---

14 VAZQUEZ, A. FILOSOFIA DA PRAXIS, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968, pg 206-207.



si o trabalho mediador para a transformação que acima é citado por Vasquez de "educação das consciências". Fassa a ser preciso recuperar a identidade da Filosofia enquanto Ciência da ação do homem. Jaspers define-a como:

"Movimento incessante, que penetra no infinito, em suas relações com tudo quanto existe, o filósofo vê a verdade revelar-se a seus olhos, graças ao intercâmbio com outros pensadores e ao processo que o torna transparente a si mesmo. Quem se dedica à filosofia está à procura do homem, escuta o que ele diz, observa o que ele faz e se interessa por sua palavra e ação." (15)

O fundamento da educação para uma crítica e participação social deve ser o horizonte básico da filosofia numa escola cada vez mais descaracterizada. Ali se encontram contradições ideológicas e, ao mesmo tempo se vivenciam as esperanças das classes populares. Neste sentido cumpre reinventar a própria filosofia na reinvenção da educação. Os alunos percebem, quando estimulados, a eficácia histórica de um discurso crítico, não no sentido superficial nem tão hermético. A filosofia, no dizer de Gramsci, assim se define:

"É preciso destruir o preconceito muito difundido de que a filosofia é qualquer coisa muito difícil pelo fato de ser atividade intelectual própria de uma categoria de cientistas

---

15 JASPERS, K. INTRODUÇÃO AO PENSAR FILOSÓFICO, Ed Cultrix, Rio de Janeiro, 1971, pg 138.

especializados ou filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, pois, demonstrar preliminarmente *que todos os homens são filósofos*. Tendo demonstrado que todos são filósofos, embora cada um a seu modo, inconscientemente, porque mesmo na menor manifestação de qualquer atividade intelectual, como a linguagem, está contida uma certa concepção de mundo, passa-se ao segundo momento, ao da crítica e da consciência, isto é, a questão: é preferível pensar, sem ter disto consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, participar de uma concepção de mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos tantos grupos sociais em que cada um está automaticamente integrado desde a sua entrada no mundo consciente... ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo, consciente e criticamente, em conexão com o trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser guia de si mesmo e não aceitar, passiva e supinamente, do exterior, a marca da própria personalidade." (16)

---

16 GRAMSCI, A. OS INTELLECTUAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA, C. LIVRO, SP, 1988, pg 56.

## 7. A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE DA FILOSOFIA NA ESCOLA DE 2o. GRAU.

A CENP, órgão da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo publicou, no primeiro semestre de 1986 o documento "Relevância Social dos Conteúdos de Ensino" que pretendia abrir amplo debate entre professores e especialistas em Educação da Rede Pública sobre a necessidade irreversível de uma reorganização curricular para a Escola Pública. Participamos ativamente das discussões feitas nas unidades de ensino e nos pareceu que realmente necessitamos, urgentemente, de novas diretrizes educacionais, dado que a própria realidade política conjuntural do Brasil acumulou, nos últimos anos, mudanças que devem acarretar relativas consequências também no próprio papel da Escola e da Educação em geral. O documento oficializava e acolhia as tantas lutas e reivindicações dos professores em geral que, através de organismos de classes, pedidos e manifestações, debates e polêmicas exigiam há muito tal discussão, tanto como forma de participação ativa na definição curricular, como uma participação política; como também pela insuficiência ou fracasso das diretrizes tecnicistas atuais, cada vez mais incompatíveis com os próprios objetivos que deram origem a estas diretrizes. Mas o motivo principal era a percepção da

radical mudança da clientela escolar pública, nos últimos anos. Dizia:

"Estamos tentando reorientar a escola ao aluno. Ao novo aluno - maioria pobre - que hoje está aí. Portanto, seus conteúdos também deverão ser escolhidos em função da mudança da clientela havida. (...) Estamos propondo uma escola que, levando em conta as dificuldades dos pobres, incorpore e traduza de forma compreensível a todos, os conhecimentos mais importantes e avançados da Ciência, da arte e da Cultura."(17)

Dentro desta proposta foram organizados encontros, simpósios e debates sobre conteúdos, objetivos, métodos, planejamento, recursos humanos em diferentes áreas do conhecimento; ou ainda reuniões e debates por diversas disciplinas que hoje fazem parte da grade curricular de 2o. Grau. Procurando enquadrar-nos neste esforço e possibilidade de mudança e reorientação do próprio perfil da escola secundária é que intencionamos colocar este estudo e análise, pensando contribuir desse modo para uma reconstrução eficiente e renovadora da identidade da Filosofia no 2o. Grau.

Talvez seja este o momento de juntos, os profissionais da área: professores, escritores, estudiosos, refletirem sobre as implicações políticas desta mesma filosofia, seus objetivos, clientela, a que se destina, recursos didáticos e

metodológicos, a questão da formação de professores capacitados e ainda sua própria função social. Já se fez, em tempo, a crítica da Escola, como já se fez a crítica das leis tecnicistas, falta-nos, em especial, a crítica da própria Filosofia, tal qual ela logrou fazer tradição no Brasil.

O prof. Moacir Gadotti, ao debater a questão da Filosofia e justamente a necessidade desta nova identidade, critica não só a diversidade de compreensão do que seja filosofia entre nós, como também a inutilidade de um mero "retorno" que não alterasse seu próprio perfil. Diz ele:

"Para que serve afinal a filosofia? Hegel dizia que a filosofia é a única disciplina que coloca o problema de todos os problemas, a questão de todas as questões. Salvo nos seminários Eclesiásticos, onde a filosofia sempre foi uma forma de preparar ideologicamente os futuros ministros para o exercício de sua missão teológica, o ensino da filosofia (concebida sempre como disciplina e não como conjunto de questões) nunca foi nossa maior glória. Aqui, ela nunca teve um passado muito glorioso. Nossas classes de filosofia no segundo grau nunca ocuparam um lugar fundamental. Não formaram gerações. Por isso ela sempre foi inofensiva. Já no ensino superior ela se tornou uma especialidade (em extinção) como qualquer outra, ou pior. O círculo dos "filósofos" estreita-se em

sociedades fechadas. Os filósofos falam aos filósofos. Girando sempre sobre si mesmo não se pode estranhar que hoje a filosofia esteja agonizante. Preocupada em formar discípulos para perpetuar-se, paradoxalmente a filosofia está morrendo asfixiada, sufocada; porque não está servindo, a não ser àqueles que se destinam a uma função filosófica, àqueles que fazem dela uma profissão. Os filósofos que fazem da filosofia uma especialidade estão fechando as portas para asfixiá-la, quando deveriam é derrubar os muros que a separam dos reais problemas dos homens, das massas, enraizando a reflexão na práxis e nutrindo a práxis pela reflexão. A filosofia pode servir para a formação do espírito crítico, com exceção da filosofia dogmática, essencialmente afirmativa; pode servir à análise reflexiva da situação do nosso estudante e do nosso professor e, sobretudo, daqueles a quem é negado pensar ou frequentar a escola. Mas para isso é preciso que ela abandone a tradição de se perder no impessoal, no abstrato em si, para escutar e perceber o trabalho pelo qual o homem se constrói a si e a sociedade. "(18)

Ao mesmo tempo que conclama a uma luta pelo retorno da filosofia aos currículos médios o professor Gadotti expressa a crítica a uma filosofia inócua, formal, descritiva e

elitista, destacando sua origem religiosa e seu hermetismo. Sentimos aí um grande impulso para a nossa prática de ensinar a filosofia como "formação do espírito crítico", superando a interpretação panfletária e simplista que a expressão tem tomado entre nós, educadores, nos últimos tempos. É certo que esta questão ou acusação não é particular da Filosofia, mas de toda a tradição escolar brasileira, onde o saber formal, sistematizado e oficial sempre esteve a serviço da hegemonia dominante.

É como poderia a filosofia, dentro de toda a área das Ciências Humanas excluída como outras disciplinas, pelas últimas reformas educacionais, mormente pela Lei 5692/71 retornar a uma escola que nasceu, propositadamente, para não-pensar e não fazer pensar? Instaure-se a contradição que se torna insolúvel à medida que não abrimos os horizontes da sua própria sustentação como questão política. E cremos que um debate assim pode ser de extremo efeito para a destruição de um mito que só interessa aos mistificadores. Cremos que é dentro desta visão que o trabalho de M. Teresa Cartolano assim já delineava esta questão:

"A questão da necessidade da Filosofia é preciso, então, acrescentar outra mais fundamental: que Filosofia é necessária? Certamente não será a Filosofia especulativa, consolidada em sistemas fixos de idéias. É isso porque esta já serviu, em um outro contexto, onde a idéia de um racional absoluto

e imutável predominava, e as idéias eram a verdade, o fundamento e o fim de todo o conhecimento. Hoje a filosofia volta-se mais para a concreticidade do real, para a materialidade do conhecimento do indivíduo." (19)

Quando procuramos fazer nosso planejamento de ensino de Filosofia, construindo nossas primeiras experiências pedagógicas e profissionais nesta área foram estas nossas preocupações e objetivos fundamentais: apresentar a filosofia a partir da realidade existencial e social do aluno, tendo como parâmetros os condicionamentos históricos, sociais e culturais a que todos estamos submetidos, promovendo, ao mesmo tempo em que apresentamos os conteúdos específicos da disciplina, a partir da explicitação de seus contextos e de sua construção histórica e função política, um resgate da cidadania, da apreensão crítica da condição humana pessoal e social, que crie a base possível de inserir-se na história e nas condições de nosso tempo como sujeitos.

De outro lado, como já expressamos, sentimo-nos preocupados com a questão da formação do professor de Filosofia, já que a dimensão fundamental de nosso estudo centraliza-se na esfera dos conteúdos de ensino de segundo grau. Fundamentalmente torna-se necessária, para a transformação da própria identidade da filosofia neste campo, que se possa produzir novos professores, em uma linha e

---

19 CARTOLANO, M. T. P. op. cit, pg 98



postura que ~~se~~ superem os tradicionais recursos e estratégias herméticas, etéreas e desconectadas da concretude e materialidade da história. O funcionamento ou abertura do curso de graduação em Filosofia na Unicamp, em 1988, promovido pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas passa a representar uma grande esperança neste sentido, visto que no primeiro concurso de ingresso para a rede estadual de 1986 consagrava-se o perfil do professor tradicional e estereotipado, pelos conhecimentos que exigia na prova e bibliografia apresentada.

Muito embora tenhamos resgatado certo espaço com a luta pelo retorno da Filosofia no segundo grau ainda há muito, ou quase tudo, a realizar. A "identidade" ou definição da Filosofia, que é a compreensão estrutural enquanto ciência, permanece estritamente rígida nos pressupostos positivistas que subjazem às diretrizes tecnicistas das últimas reformas educacionais. Analisamos o teor do parecer oficial sobre o ensino da filosofia dado pelo Conselheiro Newton Sucupira que norteia os currículos oficiais da política educacional pós-64 até os nossos dias, que além de também criticar a interpretação tomista tradicional e uma suposta tradição positivista—lógica define o caráter, que não chegou a realizar-se nos governos posteriores, da "formação" de professores de filosofia para a escola secundária. Ao final prevalece uma crença na apresentação da filosofia em duas paralelas: a) a apresentação histórica da Filosofia, sua construção histórica de limites e condicionamentos e b) a

tematização específica da Filosofia, própria de sua identidade, frente ao educando.

Procurando então resgatar a reflexão sobre a própria dialética do estudo e trabalho a filosofia tenta resgatar a fecundidade desta relação no aluno de segundo grau, num período de aquisição potencial tanto dos hábitos de estudo como da inserção e compreensão do trabalho social. Ao propor que a questão do conhecimento, da sociedade e de cultura devem estar relacionados com a prática social dos homens e das classes sociais a filosofia pode ajudar a criar no aluno uma consciência social efetiva. Este pensamento independente não está separado das demais ciências ou ainda das dimensões reais do aluno. Ao construir uma ordenada concepção de mundo que supere o fragmentário **senso comum** o educando pode, dentro do exercício filosófico, educar seus sentimentos, sua vontade desconexa e manipulada, para um projeto de vida que se configura numa real participação social.

Ao criar esta inquietação sobre o mundo, este desejo de saber, a filosofia pode tornar-se o lugar, tanto da reflexão sobre os "determinismos" estruturais como o laboratório de novas práticas, de novas idéias e valores que sejam suporte de novos comportamentos. Neste trabalho o aluno deve ser ativo, desenvolver-se numa postura ativa. cremos ser importante a definição do prof. Saviani do que se define hoje como "pedagogia revolucionária". A filosofia, ao procurar seu lugar na escola, deve ter a coragem de, através de novos

professores, colocar-se numa postura de vanguarda. Esta postura passa pela superação dos vícios de um estudo superficial, espontaneísta e apressado. Principia pela aquisição estruturada da história da filosofia em suas vertentes fundamentais. Só é possível construir com serenidade a passagem do existencial ao social, do subjetivismo à lógica, do "senso comum à consciência filosófica", em consagrada expressão do prof. Saviani no estudo sistematizado da cultura, no trabalho lento de criação e produção de hábitos intelectuais.

### III. "A QUESTÃO DA ENSINABILIDADE DA FILOSOFIA."

*"Quem se dedica à Filosofia, está à procura do homem, escuta o que ele diz, desejoso de participar, com seus concidadãos, dos destinos comuns da humanidade." (K. Jaspers.)*

A presente reflexão sofreu profundas alterações em seu próprio trajeto de construção. Por todos os caminhos e meios de análise da relação entre a identidade da Filosofia e suas formas históricas permeava uma questão que, ao final, se constituiu em tema central do presente trabalho, qual seja, - a ensinabilidade e a natureza do discurso e do saber filosófico. Esta pergunta procurava reenquadrar a pertinência do saber filosófico num mundo e tempo onde triunfa o aparente exercício fácil da técnica e da objetividade matemática contrapondo-se ao mero subjetivismo que frequentemente polariza a questão do conhecimento.

Encontrávamo-nos permanentemente questionados pela necessidade de deixar clara e aberta a afirmação da contribuição da Filosofia ao conhecimento contemporâneo. Marginalizada pelo rumo da trajetória social moderna, a Filosofia viu-se relegada à finalidades e funções secundárias, como corolário ou verniz de uma realidade que lhe era contrária, a saber, o triunfo da pretensão objetivista ou materialista, ou seja, o discurso da especialização

travestido, em muitas de suas formas, como o da exclusiva competência, quando não do monopólio do que se tem por Ciência.

A uma época de descrédito na razão, em nome das múltiplas outras dimensões do saber e da Ciência, período propício para todas as formas de fragmentarismos e modismos, quer sejam subjetivistas, céticos ou sentimentalistas, a Filosofia teria, ainda que como desafio, uma profunda atitude de ousadia, senão de recolocação das bases ontológicas de nossas próprias contradições atuais. Precisamente em sua marginalidade histórica, expurgada das grandes estruturas e movimentos de burocratização da investigação científica que sucederam-se aos séculos da revolução científica, pelo menos enquanto uma metódica investigação das questões fundamentais que sempre marcaram as diversas identidades da Filosofia, a saber, a questão do Homem, a questão da Natureza e da Cultura, a Ética e outras tantas investigações que só encontram adequada forma de expressão dentro da reflexão filosófica, reside a atualidade do redimensionamento desta reflexão. Nisto, precisamente, há uma carência, um vazio fundamental que nos credencia a uma séria consideração: de que a ausência da Filosofia tornou-se uma das maneiras mais claras da desqualificação do pensamento e foi uma das formas mais eficientes para a despolitização e esvaziamento ontológico das bases da Ciência e de suas reais e fundamentais missões ou identidade.

Estas premissas gerais foram nossas formas primárias de investigação e curiosidade. Restava delimitar onde poderíamos apanhar, na complexidade da realidade atual, de maneira mais

clara e transparente, esta contradição estrutural. Parecia-nos que a procura nas estruturas ideológicas mais gerais seria mais frutuosa, mas tal investigação demandaria outros recursos e implicações praticamente impossíveis de alinhar na mesma temática, tanto na apreensão como na interpretação do material que eventualmente poderíamos ter coletado e reconstruído. Entre estas variantes acabamos por definir que o espaço da Escola, sobretudo da escola secundária, seria um fértil campo de investigação, dada a proximidade da escola com todas as demais formas de construção/deconstrução do imaginário social de uma época ou sociedade. Atraía-nos também, o que acabou sendo periférico em nossa investigação, a análise da potencialidade ideológica dos Meios de Comunicação Sociais, a competição explícita com os conteúdos científicos básicos, seu papel e alcance estrutural.

Em diferentes frentes de análise e reflexão, privilegiamos colocar neste capítulo a questão do lugar do discurso filosófico numa escola que, sobretudo nos últimos anos, tem sido o espaço da alienação e da pasteurização comportamental e analítica. E, nesta trajetória, a questão básica que se nos apresenta é sobre a potencialidade ou não da crítica à ideologia, que deveria ser, a nosso ver, uma das principais questões do ensino da filosofia.

Um dos mais tradicionais "inimigos" da Filosofia é justamente uma compreensão simplista e primária da realidade, o nível do conhecimento chamado Senso Comum. Tomamos de Gramsci

tal terminologia, claramente explicitado na obra de Suzanne Langer:

"O senso comum é o uso inconsciente de categorias e conceitos que se ajustam à experiência comum. Desenvolveu-se através dos tempos, desde as mais primitivas formas de pensar, até aquilo que hoje em dia conhecemos como pensamento sensato e lógico. (...) Todavia o senso comum não é um sistema conceitual perfeito, lógico e coerente, por meio do qual se possa compreender tudo. Erige-se uma imaginação espontânea que recorre a muitas fontes, e as imagens que emprega são amiúde incompatíveis; de modo que ele é realmente um instrumento improvisado, propenso a absurdos quando se põe à prova tudo quanto seus conceitos implicam. Tais implicações estão com frequência em flagrante contradição umas com as outras, ou levam a uma mixórdia de quantas crenças extravagantes e desconexas."<sup>20</sup>

Formado por associações primárias sobre as coisas, herdeiro das grandes sínteses do pensamento mitológico-mágico primitivo, o senso comum tem sido o principal lugar da integração social, pela linguagem e suas funções de enquadramento, na transmissão dos papéis sociais tradicionais, na formação de um espírito de adequação, passividade e resignação que possibilite a reprodução das formas de pensar e agir de uma época ou grupo social. O senso comum tem se alimentado ainda mais, em nosso tempo, da irresponsável manipulação dos Meios de

---

<sup>20</sup> Langer, S. Ensaio Filosófico, Ed. Cultrix, SP, 1951, pg. 143.

Comunicação .O senso comum, fragmentário, preconceituoso e frequentemente irracional tem alimentado os determinismos e as conjecturas ,mistificado e desfigurado o pensamento científico, numa panacéia de argumentação que muitas vezes é profundamente sedutora, pois aparentemente baseia-se na liberdade de opinião. JÁ a Filosofia grega nos deixava a primeira incursão crítica contra o pensamento comum, na tradicional definição da "doxa", ou "polimathéia", definida como a antítese do pensamento metódico e rigoroso que encontrou sua mais original formulação na Filosofia, definida, então, como "episteme". O pensamento desconexo, carregado de impressões pessoais primários, reforçado pelos conteúdos religiosos, morais e políticos das estruturas ideológicas de uma sociedade formam a primeira síntese de pensamento e de argumentação que se depara com a Filosofia. Muitas destas supostas reflexões, até confusamente chamadas de "filosóficas" pecam precisamente pela sua base, pois reduzem-se á meras opiniões e associações pessoais, muitas vezes escondidas atrás de uma pretensa liberdade de pensamento que, neste momento, aparece como suporte da mais cabal mediocridade. Este núcleo básico de formação social-ideológica é reforçado pela moral familiar e por uma escola tradicional e enquadradora. O aluno, que no caso torna-se nosso principal objeto de investigação, entra na escola secundária claramente inseguro, dado o abalo que sofre ao postar-se num mundo de múltiplas informações e discursos, mas sua base, apesar de todas as demais contradições, ainda é a opinião dos pais ou as coordenadas básicas



veiculadas pelos mais influentes programas de televisão ou rádio, além do núcleo religioso.

O outro núcleo de confronto com o pensamento de base filosófica é a própria identidade histórica da ciência atual. A primazia da técnica, o empirismo em suas diversas formas históricas, a apropriação particular do conceito de ciência como investigação objetivista, laboratorial, definida em termos de uma suposta capacidade das Ciências Exatas e suas correlatas de apreender a realidade. Diz, nesta direção, o cientista e historiador inglês Bernal que "a filosofia, implícita ou explícita, na ciência atuou no passado como um entrave, em vez de ser um fator libertador do progresso científico. (...) Quanto mais o progresso científico é libertado de tais obstáculos desnecessários, tanto maior é a oportunidade para os homens de talento se dedicarem à solução dos problemas concretos, em vez de se perderem com dificuldades imaginárias, fazendo a ciência avançar de modo regular e planejado, onde havia antes movimentos frequentemente interrompidos."<sup>21</sup>

Se não bastasse esta pretensão, há ainda a confusão de um tipo de igual negação da filosofia, expressa nas formas de outro reduccionismo, quer pela cristalização de um materialismo vulgar, quer pela desqualificação da razão numa atitude de proclamar o triunfo do subjetivismo que se configura, no fundo, de uma mesma fonte, qual seja, a do predomínio de um ceticismo que se confunde com as buscas e soluções particulares, todas

21. Bernal, J. D. Ciência na História, Coleção Movimento, Livros Horizonte, L.A. 1968, pg. 1333.

elas abalizadas na mesma condenação da possibilidade de uma busca global e total da realidade. Esta crítica de uma razão que se constituiu, em muitos momentos, como historicamente tirana e dogmática não pode ser a base de uma efetiva reconstrução da mesma razão que, apesar de suas contradições, é a única forma que possuímos como arma na apropriação e construção de nossa realidade. A Ciência é entendida como o exercício objetivo, despido de qualquer outra dimensão e, neste caso, busca prescindir da filosofia, mas acaba vítima de sua própria pretensão. Assim, a Filosofia tem um campo e uma importante missão nestes tempos de barbárie e ideologias. Abrir seus conteúdos históricos, explicitar e contextualizar suas principais realizações e contradições é uma das mais promissoras tarefas e necessidades de nosso tempo. Neste caminho só a Filosofia pode recuperar as matérias fundamentais, da reflexão e da correlação lógica dos fatos e acontecimentos, capaz, por sua abrangência, de colocar os homens na reconstrução de suas utopias. V. Krapivine afirma que "a Filosofia é a base da visão de mundo. A visão de mundo representa um conjunto de princípios, convicções e conceitos que determinam a atitude do homem para com a realidade e consigo próprio e norteiam as atividades de cada indivíduo, grupo social, classe ou sociedade em geral."<sup>22</sup>

E precisamente enquanto reflexão básica para uma coerente e adequada construção conceitual e ética de uma visão

---

22. Krapivine, V. O que é Materialismo dialético, Ed. Moscou, Ed. Progresso, L.A. #004, 1986, pg. 13.

de mundo que pretendemos abordar a Filosofia, sobretudo em sua forma de apresentar-se na escola de segundo Grau.

## 1 .A Ensinabilidade da Filosofia.

A filosofia engloba, em sua construção como conhecimento, uma discussão toda peculiar, referente à sua própria ensinabilidade. Muitos vêem nessa discussão uma questão de profunda contradição, outros acusam-na de ser um ranço elitista e esotérico. Não entraremos por esta vereda da discussão. Procuraremos tomar os aspectos que envolvem a ensinabilidade da Filosofia como uma dimensão pedagógica e não no sentido moral ou gnoseológico.

Alguns filósofos, na rica trajetória histórica do pensamento, defenderam a idéia de que é impossível ensinar filosofia. Partiam sempre do princípio de que a Filosofia é um conhecimento muito superior e, por isso, fora do alcance comum ou, pelo menos, muito difícil de ser alcançado por requerer muita disciplina intelectual, inventividade e predisposição de espírito. Nesta direção estão Platão e Plotino, como bases arquetípicas, ao defenderem que só espíritos especiais e de elite seriam capazes de compreender os conteúdos e as formas do filosofar. Mas a formulação clássica de tal tese apareceu na filosofia de Sócrates, que define a figura do filósofo e a identidade ou função libertadora da Filosofia como uma ascese rígida e desafiadora:

"É uma coisa bem conhecida dos amigos do saber, que sua alma, quando foi tomada sob os cuidados da Filosofia, se encontrava completamente acorrentada a um corpo e como que colada a ele; que

o corpo constituia para a alma uma espécie de prisão, através da qual ele devia forçosamente encarar as realidades, ao invés de fazê-lo por seus próprios meios e através de si mesma; que, enfim, ela estava submersa numa ignorância absoluta. E o que é maravilhoso nessa prisão, a filosofia bem o percebeu, é que ele é obra do desejo, e quem concorre para apertar ainda mais suas cadeias é a própria pessoa! Assim, digo, o que os amigos do saber não ignoram é que, uma vez tomados sob seus cuidados as almas cujas condições são estas, a filosofia entra com doçura a explicar-lhes as suas razões, a libertá-las, mostrando-lhes para isso de quantas ilusões está carregado o estudo que é feito por intermédio dos olhos, tanto como o que se faz pelos ouvidos e pelos outros sentidos; persuadindo-as ainda a que se livrem deles, a que evitem deles servir-se. (...) Não! ela aclama as paixões, liga-se aos passos do raciocínio e sempre está presente nêle; toma o verdadeiro, o divino, o que escapa à opinião, por espetáculo e também por alimento, firmemente convencida de que assim deve viver enquanto durar sua vida, e que deverá, além disso, após o fim desta existência, ir-se para o que lhe é aparentado e semelhante, desembaraçando-se destarte da humana miséria.!" (Fédon.)

Percebemos o quanto Sócrates define de profundo e essencial na atitude filosófica que, para ele, suporia um afastamento das realidades materiais, a que a maioria dos homens estavam presos. O filósofo seria aquele que ultrapassaria as realidades sensíveis, em suma, alguém de características especiais. Plotino defende que só os espíritos purificados seriam capazes de penetrar na essência da Filosofia, que para ele, tornou-se uma ascese gnoseológica e também moral. Spinoza afirma também que a Filosofia não poderia ser para todos, só as inteligências excepcionais, de natureza profunda e inclinação toda peculiar seriam aptos ao filosofar. Não concebem, todavia, estes autores, a filosofia como um amontoado de teorias ou de formas de pensamento, mas sim como uma investigação abrangente e estrutural capaz de alterar a própria essência das pessoas, daí o seu caráter quase de devotamento e discipulato. É certo que esta interpretação quase sempre revelava uma apropriação particular da compreensão do que seja a filosofia e seus desdobramentos, eram, propriamente, o uso deste conhecimento quase sempre como manipulação e domínio sobre as massas.

Nesta direção encontramos Platão, que pensava a Filosofia a partir de uma vertente elitista, que aparece classicamente na sua célebre alegoria da Caverna. Nesta imagem o filósofo é alguém predestinado, capaz de superar as "trevas" da vida comum e procurar a contemplação da verdadeira essência das coisas. Concebe a Filosofia como uma ascese gnoseológica e

moral, além de um saber. A leitura de inúmeras passagens de Sócrates confirmam a mesma idéia

Já Kant, apesar da confusão que reina sobre seu nome, sua personalidade, vida e produção intelectual, defendia a necessidade de a filosofia dirigir-se a todos os homens. Afirma, em célebre passagem da Crítica da Razão Pura, de 1781:

"A razão humana tem um destino singular em certo gênero de seus conhecimentos: sente-se importunada por questões a que não pode esquivar-se. (...) A razão é pois a condição permanente de todos os atos voluntários pelos quais o homem se manifesta."

Neste pensamento de sua fecunda Filosofia, a atitude de filosofar coincidiria com as bases ontológicas do ser humano, entendido como sujeito pensante e instaurador da própria realidade. Seu trabalho era de ordenar adequadamente um método de analisar as coisas, com o qual todos os homens poderiam e deveriam tornar-se filósofos.

Gramsci também, na trilha inaugurada pelo pensamento filosófico-político de Marx, defende a idéia de um conhecimento filosófico de base popular, que viesse a contrapor-se a uma filosofia das elites, a uma pensamento dominante, entendendo por filosofia tanto uma chave gnoseológica como uma chave de conhecimentos morais e políticos capazes de imprimir novo sentido à sociedade e à vida individual de cada homem. Não custa recordar o vigor de suas afirmações neste sentido:

"Todos os homens são filósofos enquanto pensam, enquanto refletem sobre o mundo que encontraram ao nascer, assumindo-o não de maneira pronta e passiva, mas de maneira crítica e responsável."<sup>23</sup>

Neste século o Existencialismo foi mais além. Sartre tornou-se, enquanto filósofo e homem engajado em tantas lutas e dimensões de sua época, a "consciência trágica" da contemporaneidade e da Europa no pós guerra. Defendia que a Filosofia dever "perder-se" para encontrar-se, no sentido de que deveria ser vivenciada como uma atitude vital, não separando a vida do pensar, pelo homem como um todo, na forma do homem comum. Jaspers, da mesma base filosófica, embora seguisse uma orientação diversa, o que diferencia o Existencialismo cristão do chamado Existencialismo ateu, caminha na mesma trilha. Não vê possibilidade de um pensamento livre a não ser através da filosofia. Critica tanto a literatura, como o jornalismo ou as formas de comunicações modernas, para ele todas apreensões parciais e comprometidas da realidade e do saber. Só a filosofia seria capaz de resolver ou explicitar claramente as múltiplas faces e dificuldades, que ele define como enigmas, da vida contemporânea. A sua luta pessoal e sua trajetória profissional sugerem uma incansável atitude de colocar a filosofia a partir de seu enfoque mais fundamental: o homem histórico.

---

23. A. Gramsci, "Os Intelectuais e a Organização da Cultura", Ed. Circ do Livro, SP, pg 46.



Hoje, entre nós, a filosofia deve ter muitos inimigos e outros postos de oposição a estas afirmações e atitudes. Há inclusive muitos que nem sabem o quanto tornam-se inimigos do pensar e da socialização de um conhecimento filosófico profícuo e cristalino. Há outros que partem de reducionismos e de posturas acabadas e parciais sobre a filosofia, e ainda outros que caem na mais completa forma de ceticismo quando reduzem o pensamento filosófico, rigoroso e metódico, a um amontoado de associações pessoais e a um subjetivismo moral sem precedentes.

Entre nós a defesa da Filosofia tem sido feita com vigor por muitos pensadores. Destacamos a atuação lúcida do eminente Professor J.A. Gianotti, da Faculdade de Filosofia da USP. A apologia da filosofia se faz no sentido de colocar as bases de um pensamento e de uma pesquisa filosófica brasileira, capaz de lançar luzes sobre as contradições de toda espécie que nós, homens históricos vivenciando esta realidade, possuímos hoje. A base argumentativa do prof Gianotti é que a Filosofia é capaz, precisamente por sua marginalidade histórica, de criticar os reducionismos e especialidades que a Ciência, entre nós, construiu sobre si. O resgate do todo só poderia vir a partir de uma apreensão filosófica desta realidade.<sup>24</sup>

Nós, por fim, acreditamos que, consideradas as questões estruturais, podemos racional e equilibradamente construir uma adequada forma de produzir e ensinar a Filosofia, de maneira

---

24. O Prof. Gianotti afirma que a "filosofia tem hoje a capacidade de criticar a identidade das Ciências precisamente por sua marginalidade histórica." A pesquisa Filosófica no Brasil, 1984.

nova e original, comprometida com os desafios e limites de nossa realidade científica e social. A Filosofia tem potencialidade para estar no centro da produção e dos movimentos culturais e políticos do Brasil atual, num momento de discussão tão grande, onde o próprio papel do intelectual e da escola está sendo posto em questão. Talvez a colocação dimensão pedagógica da filosofia, objetivo de nossa reflexão, seja não só a forma de seu reencontro mas a realização de sua própria realidade, numa dialética de superação que supõe genuinamente, sua mais profunda realização. Neste sentido, afirmava Engels:

"Em todos os filósofos, o elemento caduco é precisamente o "sistema"; e justamente porque emana de uma necessidade imortal do espírito humano, a necessidade de remover todas as contradições. Mas, uma vez removidas para sempre todas as contradições, chegamos à chamada verdade absoluta; a história universal acaba, embora seja necessário que ela prossiga, mesmo que não lhe reste mais nada a fazer: o que é uma nova e insuperável contradição. Tão logo conseguimos compreender—e, em última instância, ninguém mais do que o próprio Hegel nos ajudou a fazê-lo, que a tarefa que assim se coloca à filosofia não quer dizer senão que um filósofo individual deve realizar o que só pode ser realizado pelo inteiro gênero humano em seu desenvolvimento gradual, tão logo compreendemos isso, toda a filosofia, no sentido que até então se deu a esta palavra, está terminada. Abandona-se a "verdade absoluta", que não pode ser alcançada por esse caminho nem por

qualquer indivíduo isoladamente; e passa-se a buscar, ao contrário, as verdades relativas acessíveis através das ciências positivas e da síntese de seus resultados por meio do pensamento dialético."<sup>25</sup>

Longe de ser a perda da filosofia, tal pensamento seria a base de sua plena realização, que aparece imbricada na trajetória social e histórica de toda a humanidade. Assim, em Marx, a questão toma ainda maior densidade ao afirmar:

"Quando a filosofia se contrapõe ao mundo da aparência, então o sistema é rebaixado ao nível de uma totalidade abstrata, ou seja, transforma-se num aspecto do mundo que se contrapõe a um outro aspecto. O seu tipo de relação com o mundo é reflexivo. Inspirada pela ânsia de se realizar, ela entra em tensão contra o outro. A plenitude interior e o contentamento de si se quebram. O que era uma luz interior torna-se uma pequena chama consumida, voltada para fora. O resultado é que, enquanto o mundo se torna filosófico, a filosofia se torna mundana; que a sua realização é também a sua perda; que isso contra o que ela se bate no exterior de si é sua própria carência interna; que, na própria luta, ela incorre precisamente em erros do campo adversário; e que só pode superar tais erros incorrendo neles. Isso ao que ela se contrapõe e contra o que se bate coincide com ela própria, ressalvada a inversão dos fatores."<sup>26</sup>

25. Engels, F. "Ludwig Feuerbach", pg 330-331.

26. Marx, K. "Diferença entre a Filosofia de Demócrito e Epicuro", Ed Mega II, pg 9-10.

Em todas estas afirmações aparecem claras as diretrizes de uma filosofia que pode encontrar-se somente quando se abre a outras dimensões da realidade. Talvez, precisamente o espaço desta abertura seja possível no ensino fundamental de suas principais realizações históricas. Desta forma constrói-se a essência mesma da Filosofia que consiste em por adequadamente uma questão, estabelecer suas interrelações e implicações, já que o próprio fato de conhecer se configura na complexa apreensão de um objeto na trama de suas próprias conexões dinâmicas, específicas e históricas.

## 2. O Ensino da Filosofia e sua relação com as Ciências.

Não há como escamotear a relação problemática existente entre a Filosofia e as demais ciências, sobretudo pela forte tradição positivista de reduzir o conceito de ciências ao nível da empiricidade. A Filosofia já foi historicamente definida em oposição à Religião e à Teologia, na modernidade esta oposição se traduziu em Filosofia e Ciências. É certo que as causas e formas desta polarização devem ser encontradas através da pesquisa histórica, com a adequada metodologia de explicitar o terreno histórico e político destas contradições. Mas esta polarização não pode deixar de ser avaliada pela nossa reflexão, no sentido de resgatar uma identidade e qualidade nova para o discurso filosófico, levando em conta os diferentes rumos e dimensões do pensamento científico atual.

Esta dificuldade de estabelecer um conceito amplo de Ciência, aliada à capacidade da ideologia dos mais absurdos reducionismos, já tinha sido apontada por Kant como uma perigosa polarização:

"Não é raro ouvirmos afirmar, para grande escândalo da filosofia, que o que ela pode ter de exato não tem valor para a prática; e, com tom altamente desdenhoso, há quem pretenda reformar a razão mediante a experiência também naquilo que constitui o mais alto título de glória da

razão, com a presunção de ver mais longe e mais seguramente com os olhos de toupeira cravados na experiência do que com os olhos que foram dados a um ser feito para caminhar de modo ereto e para olhar o céu. Essa máxima, que se tornou comum em nossos tempos ricos de palavras e vazios de fatos (...), prepara gravíssimos prejuízos, já que estamos diante do cânone da razão prática, no qual o valor da práxis repousa inteiramente em sua conformidade com a teoria que lhe serve de fundamento; e perde-se tudo quando as condições empíricas e, como tais, contingentes da execução da lei são elevadas a condições da própria lei, de modo que uma prática calculada em relação a um provável sucesso, conforme uma experiência ocorrida até agora, adquire o direito de dominar a teoria, que tem valor para si mesma".<sup>27</sup>

O tom apaixonado do texto denota a apologia de um conhecimento muito mais abrangente do que esta dissociação oportunista entre teoria e prática. Parece-nos, ainda, que transcorridos estes três séculos de modernidade, tenhamos que retornar com mais vigor à mesma questão que preocupava o filósofo de Koenisberg.

Desta consideração pode surgir uma coerente e eficaz perspectiva de ensino da filosofia na escola média, como um dos momentos proeminentes da construção de uma nova prática de filosofar e, conseqüentemente, de compreender a pertinência, os limites e potencialidades do discurso filosófico frente à

---

27. Kant, E. "Crítica da Razão Prática", citado por Pascal, G. in "O Pensamento de Kant", Ed. Vozes, Petrópolis, 1963, pg 24.

nossa realidade. A apresentação das questões fundamentais da Filosofia, junto com a adequada contextualização de seus principais sistemas, tem como diretriz básica propiciar ao aluno e a todo aquele que se dedica a este filosofar, a aquisição de uma capacidade racional de problematizar e questionar o tempo e as estruturas da época em que vivemos. Redescobre-se aí a capacidade radical da filosofia em colocar, nos limites da racionalidade humana em cada época, os principais problemas da mesma condição humana. A Filosofia retoma seu vigor, na amplitude e fecundidade de suas potencialidades, na direção de questionar a existência de cada homem e a multiplicidade de cada forma da realidade. Sobre esta difícil tarefa e perspectiva de ensinar e de se produzir filosofia, dentro da realidade brasileira, diz o prof Paim:

" Os grandes sistemas de filosofia desapareceram ao longo do século XX, dando lugar à ênfase nos problemas. Desde então, onde a filosofia permaneceu fiel a si mesma e não se colocou ao serviço da religião e da política, desenvolveu-se em torno de problemas. Estes configuram um plano essencial da filosofia, que ficara obscurecido em vista da proeminência dos sistemas.

A descoberta da importância dos problemas na história da filosofia pode ser atribuída a Hegel, sem embargo de que o haja feito com intenções

sistemáticas e, por isso mesmo, pouco esclarecedoras de sua verdadeira significação."<sup>28</sup>

Tal perspectiva vem ao encontro de nossa reflexão, no sentido de que somente seja possível apresentar a Filosofia na escola secundária, de maneira renovada e historicamente nova, se pudermos gerar uma nova qualidade de conteúdo e de forma de apresentá-la, explicitando suas principais contradições, que são, ao mesmo tempo, sua maior riqueza, a serviço da luta ampla por uma sociedade onde haja uma real socialização do conhecimento e de suas infinitas possibilidades. Uma das mais fortes e eficientes formas de alienação, da consciência e da vontade, consiste na incapacidade das camadas populares organizarem o conhecimento e a cultura que configura seu universo vital e social. A compreensão destas questões inviabiliza uma apresentação meramente descritiva e estéril de um conteúdo filosófico sistêmico. A correta adequação da filosofia a uma escola que busca redimir-se de sua tradição elitista e, sobretudo, de sua identidade tecnicista falida, passa mesmo pela recuperação da consciência histórica da realidade. Nesse caminho é o prof. Paim que, mais uma vez, elucida a questão com a seguinte argumentação:

"Desse modo, a reconstrução histórica do desenvolvimento da filosofia aparece como o reconhecimento do caminho percorrido pelo processo de formação progressiva da consciência filosófica, vale dizer, como uma conquista da autoconsciência.

---

28. Paim, A. "História das ideias filosóficas no Brasil", Ed. Convívio, SP, 1987, pg 9.



Dessa circunstância se evidencia o erro de toda orientação anti-histórica dos filósofos e a necessidade da reconstrução histórica como fundamento e condição prévia da investigação teórica."<sup>29</sup>

O texto destaca que uma real e eficaz formação teórico-científica, na amplitude do termo, necessariamente passa pela aquisição de uma cultura histórica. Não como o exercício de uma mera erudição, mas como condição prévia para todo e qualquer conhecimento que se pretenda sistemático. Reveste-se, então, a reflexão filosófica de uma identidade toda original e de um alcance inusitado para a barbárie de nossa época. Percebemos a diferença qualitativa entre uma formação eminentemente técnica, fragmentária, descritiva, superficial e aquela nascida da apresentação orgânica dos conteúdos das Ciências humanas em geral. Reconhecer na filosofia uma das mais expressivas formas da cultura humana, a despeito de outras tantas contradições que marcam sua trajetória histórica, faz parte de uma honesta e coerente visão da história. Refletindo sobre a necessidade da formação de um corpo de receptores capazes de entender a agudeza da ausência de uma reflexão filosófica, a ensaísta A. Heller afirma:

"Para o entendedor, a filosofia é componente da cultura. Ele torna-se capaz de apropriar-se dela, conscientemente, como parte orgânica da cultura humana. E compreende e interpreta os sistemas

---

<sup>29</sup>. Faím, A. *idem*, pg 11.

filosóficos como algo inteiro, neles admirando, antes de mais nada, a obra humana. O entendedor formula um "juízo de gosto" filosófico, tem uma agudíssima sensibilidade para as diferenças entre as várias elaborações."<sup>30</sup>

Esta afirmação aponta na direção do que acreditamos ser eficaz e eficiente na construção de um lugar novo para a filosofia na escola média e na cultura como um todo. Ao perceber a filosofia, dentro da cultura humana, como uma das mais expressivas dimensões do pensamento, contextualizando devidamente as suas formas históricas, estaremos superando a identidade alienada e saturada de um saber retórico, dogmático, enfadonho e vazio. Não podemos deixar de reconhecer que muitas destas qualificações foram resultantes das mais genuínas tradições pedagógicas de nossa história cultural- escolar. Não que queiramos uma busca baseada no novidadeísmo e na mera adesão sentimental a um amontoado de associações exóticas e igualmente estereis. É preciso clareza para demonstrar a futilidade desta polarização, justamente a forma mais acabada da desqualificação de um conhecimento, pela subjetivação de seus paradigmas fundamentais. O prof. Adolpho Crippa, neste ponto, nos alerta:

"A originalidade nada tem a ver com primitivismo e novidade. Para criar algo realmente original não se pode ignorar a própria substância espiritual e histórica e, muito menos, renunciar ao

---

<sup>30</sup> Heller, A. "Filosofia Radical" Ed. Brasiliense, SP, 1963 pg 37.

que já foi adquirido no campo das expressões da sensibilidade, da moralidade e da religiosidade.

Concluindo, a Filosofia no Brasil terá que ser antes de mais nada Filosofia. Para ser Filosofia terá que, repensando os problemas que interessam ao homem ou enfrentando a situação do homem no mundo de hoje, partir das formas e das soluções já criadas. Sem nenhum complexo de inferioridade e em absoluta igualdade de condições com os pensadores e filósofos de qualquer tempo e de qualquer parte do mundo",<sup>31</sup>

Questionando a apresentação de um conteúdo voluntarista e vazio o autor nos apresenta uma outra importante consideração, a de que não tenhamos nenhuma outra atitude, frente à tarefa de construir uma filosofia dentro de nossa realidade, senão a de trabalho, rigor e dedicação intelectual. Estas coordenadas, aliás, positivamente permaneceram muito ligadas ao pensamento filosófico, muito próximas até mesmo da identidade mais tradicional do "fazer filosófico" entre nós. Entre as tantas expectativas que encontramos, tanto da escola como instituição como dos alunos em geral, embora infundada e messiânica, está a de adquirir uma capacidade tal de conhecimento e de cultura que lhe possibilite um destaque social. Não desqualificamos esta expectativa. O que não se pode é alimentar que tal possibilidade seja adquirida por revelação

---

31. Crippa, A. et alii, "As Ideias filosóficas no Brasil", Sec. XVIII e XIX, 1987, pg-40

ou magia. A aquisição de uma consciência científica e crítica está muito mais numa atitude de incansável confronto com o senso comum, em suas variadas formas, do que num gesto qualquer, pensado como misteriosamente eficaz .

Se, de um lado, apresenta-se o desafio de reencontrar, sem concessões nem humilhações, o lugar da filosofia entre as ciências, tornando-a capaz de dialogar e de questionar os outros reducionismos que a trajetória histórica e a construção social do conhecimento nos legou como um movimento imenso e único, temos, de outro lado, a dificuldade de recuperar uma qualidade tal para o discurso filosófico que o credencie a dialogar com a crise da modernidade, sendo capaz, em suas dimensões analíticas, de separar o que é conjuntural, da capacidade, sempre única, de o homem encaminhar as principais questões da realidade. Desta polaridade resulta nossa certeza de que seja impossível, sem beirar o charlatanismo, a apologia de uma filosofia apocalíptica e messiânica, confundida como conhecimento soteriológico, muito comum nas expectativas sentimentais e circunstanciais.

Neste outro lado, a Filosofia, como tem feito em diferentes épocas e lugares, deve ser capaz de mostrar sua face mais original, a fecunda dimensão e potencialidade ao diálogo. A própria história da Filosofia está carregada de exemplos , que se tornaram clássicos em toda a história da cultura, de um saber que não se confunde com dogmatismo, presunção ou pretensiosidade. A atitude socrática, por exemplo, constituiu-se numa atitude

arquetípica, num paradigma insuperável e fecundo, que unia o "ethos" do filósofo-atuante e político a um conhecimento cortante e ao mesmo tempo, humilde. Permanece como glória e sabedoria o oráculo de Delos - "Tudo o que sei é que nada sei.", tornado popular por Sócrates.

A modernidade científica proclamou, em seus termos, a morte da filosofia. A esta suposta "morte" da filosofia, sustentada pela apropriação empírica do conceito de ciência, alimentada entre nós pelas tantas cruzadas positivistas que nossa história cultural e institucional veio a conhecer, teremos de responder com a contabilidade histórica de todos os posteriores movimentos culturais. Não se torna tão difícil caminhar por estas contradições. Basta considerar que a falência da crença na razão, acentuada pela crise da modernidade, ao invés de estabelecer novas utopias e buscas racionais, ressurgiu como uma ética do desespero, revestindo-se, em seus movimentos mais gerais, de um retorno à religião e seus desdobramentos ou formas. Haja vista, a título de exemplo, a ênfase dos grandes editores e produtoras atuais de cinema em temas como demonologia, alquimia, satanismo, terror, crenças, bruxarias e magia medieval, próximas, quase sempre, de uma crise aguda da racionalidade.

Não se trata aqui de arvorar uma pretensão de superioridade da Filosofia, como se somente ela fosse capaz de discernir o quociente ou nível de racionalidade ou não de cada época, ou ainda continuar dando-lhe o papel de guardião do

saber, investindo contra as maculações de toda sorte. Seria isso a manutenção do mais cabal maniqueísmo. Se falamos de uma crise da razão histórica é porque tal "ethos" aparece como componente de nossa própria visão de mundo, como um dos conceitos básicos da definição de nossa própria autoconsciência. Não com exclusividade, mas certamente com a mesma propriedade e estatuto que outras dimensões do saber humano, a Filosofia é chamada a decifrar aquilo que se convencionou chamar de pós-modernidade. Considerar os contornos do pós-moderno parece ser uma atraente tarefa para a filosofia, talvez ainda mais gratificante pela sua distância e marginalidade histórica. Pode aproximar-se aí de uma nova relação com a arte, que hoje passa a destituir-se dos fundamentos mais racionais da estética clássica. A arte tenta apreender o pós-moderno, é capaz até de vislumbrar, em flashes, seus traços fundamentais, mas, decididamente, não se tornou ainda capaz de aferir sua profundidade ou sua loucura.

Considerar que tal estrutura de viver e sentir estão presentes nas formas de pensar e ensinar de hoje já requer ampliar, e muito, o conceito do que seja cultura, conhecimento, formação ou até mesmo a escola. Resgatar a possibilidade de se fazer na escola uma reflexão sobre a vida e a cultura, sobre as nossas contradições e desafios, parece ser uma das grandes possibilidades de um novo saber. Insere-se então uma dimensão toda peculiar do filosofar, que é a intensidade da reflexão existencial. Diz isso com vigor a autora de "Filosofia Radical":

"Toda filosofia oferece uma forma de vida; toda filosofia é a crítica de uma forma de vida e, ao mesmo tempo, sugestão de uma outra forma de vida."<sup>32</sup>

Não há como negar que tal reflexão seja potencialmente angustiante, sobretudo para o jovem. Quebrar a cegueira imposta pelas opacas e fragmentadas interpretações das complexas formas de existir, torna-se a atitude fundante do pensamento filosófico, definido como "pathos", por Aristóteles. Não um "espanto" circunstancial e caricato, sentimental e apocalíptico. Mas a real apresentação das contradições da história da humanidade, capaz de relativizar uma compreensão milenarista da história, equacionando, em cada época, as dificuldades estruturais que lhe tomaram a identidade. Nesta atitude, será possível construir uma nova discussão filosófica, que não se assenta em meras opiniões e associações subjetivistas, mas que está embasada em uma concepção científica e dinâmica da história, apesar do peso pessoal que algumas reflexões carregam.

A partir da realidade existencial a filosofia deve fornecer elementos para alcançar a universalidade de algumas situações humanas, sem cair nas armadilhas do idealismo, em suas sedutoras formas de subjetivismo e utopismo, ou ainda de desespero. Pelo contrário, sendo capaz de equacionar o lado existencial de cada situação, com as estruturas da história, abre-se a possibilidade de uma efetiva discussão filosófica. Diz Heller:

---

32. Heller, A. op. cit., pg 31.

" A discussão filosófica, portanto, deve ser uma idéia constitutiva. Devemos tentar, na discussão de valores, nos elevar ao nível filosófico. E, mesmo que não possamos alcançá-lo, devemos sempre querer atingi-lo. A exortação da filosofia deve se dirigir a todos os homens; e, por isso, deve atrair a cada dia um número maior de homens, dirigindo-lhes o seguinte convite: "Reflete sobre como deves viver". O "exercício da filosofia" deve chamar a todos e, por isso, deve dirigir-se a um número cada vez maior de homens, apresentando-lhes o seguinte convite: "vem pensar junto, vem buscar junto a verdade". É um caminho certamente mais árduo, mais trabalhoso. Mas não percorrê-lo significa renunciar a superar a sociedade fundada em relações de subordinação e de domínio."<sup>33</sup>

O vigor deste pensamento é capaz de mostrar claramente as relações entre a consciência e a transformação social e humana que todos procuramos, mesmo quando disto não temos muito clareza. Refazendo o convite socrático—"Uma vida que não é examinada não merece ser vivida", dialéticamente, a filosofia realiza sua mais original identidade e refaz-se eficaz para a contemporaneidade e seus homens.

Se buscamos esta reflexão, na condição de brasileiros do final deste século XX, depois de árdua luta pelo resgate de uma sociedade em bases democráticas efetivas e reais, ainda que

---

<sup>33</sup>. Heller, A. op. cit., pg 136.



estas conservem outras contradições, não podemos deixar de procurar a serena profundidade do pensamento. Falando sobre estas mesmas assertivas, aplicadas à formação de professores e de novas identidades sociais para estes educadores o Prof. Severino assim expressa suas também utópicas opiniões, de cientista social e educador:

"Esta reflexão filosófica, desenvolvida no âmbito teórico da filosofia da educação, deverá dar ao futuro educador a oportunidade da tentativa de explicitação do projeto existencial a se buscar para a comunidade brasileira, na busca de seu destino e de sua civilização. Ou seja, não é possível compreender um projeto educacional fora de um projeto político, nem este fora de um projeto antropológico, isto é, de uma visão de totalidade que articula o destino das pessoas como o destino da comunidade humana.

Assim, cabe à reflexão filosófica explorar o significado da condição humana no mundo. E à filosofia da educação explicitar esse significado para o educador. Vale dizer, pois, que a filosofia da educação deve colocar para o educador a questão antropológica, questão que deve equacionar adequadamente, recorrendo à filosofia social e à filosofia da história, e fundamentando-se numa antropologia, alicerce último de toda reflexão sobre o realizar-se do homem. Obviamente, a explicitação do significado da própria atividade filosófica é tarefa preliminar: o alcance do pensamento

humano, o seu equacionamento epistemológico é questão permanente para a filosofia."<sup>34</sup>

O texto sintetiza plenamente duas tarefas fundamentais para a filosofia como condições para reencontrar-se consigo mesma e tornar-se eficaz historicamente: a dimensão antropológica e epistemológica de seu discurso. Mas se de um lado, tais equacionamentos conferem à Filosofia um vigor de conteúdo e uma ênfase na própria necessidade histórica da Filosofia, os apelos e a complexidade da dimensão política não podem ser olvidados. A reflexão política não se opõe a uma reflexão de ordem filosófica, pelo contrário, a enriquece e complementa, conferindo a esta primeira uma fecundidade realmente transformadora. Na riqueza que o continente histórico constitutivo da filosofia contém, podemos encontrar diferentes e originais formas de correlacionar tais reflexões: sobre a Natureza, sobre o Homem, sobre a Política, a arte, e tantos outros temas. Ao mesmo tempo que dividimos, metodologicamente, estas coordenadas, apresentamos uma semelhança histórica muito grande com a matriz grega do pensamento filosófico. A um período marcado, primordialmente, por rupturas com o pensamento animista e mitológico, dominado pela mitologia, centrado na questão da Natureza e de seus princípios, segue-se um período marcado pela temática antropológica e política, conectada com a hegemonia política, cultural e econômica de Atenas, que configura o período clássico da Filosofia grega e sua mais

---

34. Severino, A. "Educação, Ideologia e Contra-Ideologia", E.F.U. SP, 1968 pg-xv.

rica expressão. Foi em Atenas que os Sofistas questionaram a estrutura aristocrática da educação, que Sócrates abordou a questão ética da existência humana, que Platão investigou o mundo das idéias e o diferenciou das "sombras" da matéria, consagrando um dualismo que atravessou os séculos. Foi neste período que Aristóteles organizou as ciências, dividiu-as, deu-lhes um instrumental básico e um status novo. A questão epistemológica e a questão antropológica tornam-se variantes da questão política, que as fundamenta.

E, no campo político, a Filosofia deve procurar o "continente História" como diz Althusser. Para ele, Marx abriu para a Filosofia o "continente História", tornando-a uma ciência capaz, não só de "descrever o mundo como de transformá-lo", como reza uma das mais discutidas teses de Marx no célebre opúsculo sobre Feuerbach.

Todavia, para construir uma discussão que aproxime Filosofia e Marxismo, é preciso, antes de tudo, estabelecer um nível que permita a superação da identidade vulgar destes dois conceitos. Parece-nos profundamente significativo o trabalho do Prof Karl Korsch, "Marxismo e Filosofia", que se tornou pioneiro e paradigmático para um nível elevado de discussão. Para ele, as discussões filosóficas, ou seja, a colocação de algumas questões com os referenciais da Filosofia, deve ser assim interpretado:

" Também elas não fazem mais que exprimir, na sua forma particular, o todo da sociedade burguesa. E o mesmo fazem a arte, a religião e a filosofia.

Todas juntas, elas constituem a estrutura espiritual da sociedade burguesa, que corresponde à estrutura econômica desta sociedade, no mesmo sentido em que, sobre esta estrutura econômica, se ergue a superestrutura jurídica e política desta sociedade. A crítica social revolucionária do socialismo científico, materialista dialético, que abrange a totalidade da realidade social, tem que criticá-las a todas na teoria e revolucioná-las na prática, tal como à estrutura econômica, jurídica e política da sociedade e ao mesmo tempo que ela. Tal como a ação econômica da classe revolucionária não torna supérflua a ação política, também a ação econômica e política em conjunto não torna supérflua a ação espiritual: ela deve, pelo contrário, ser igualmente levada até ao fim, na teoria como na prática, como crítica científica revolucionária e trabalho de agitação, antes da conquista do poder de Estado pelo proletariado, e como trabalho científico de organização e ditadura ideológica, depois da conquista do poder de Estado. E o que se aplica em geral à ação espiritual contra as formas de consciência da sociedade burguesa tal como a conhecemos, aplica-se também especialmente à ação filosófica. A consciência burguesa, que se julga necessariamente independente do mundo como filosofia crítica e ciência imparcial, tal como o

Estado e o Direito burgueses parecem situar-se autonomamente acima da sociedade, tem que ser também combatida no plano filosófico pela dialética materialista revolucionária, a filosofia da classe proletária, até ser, no fim dessa luta, totalmente superada e suprimida no plano teórico, simultaneamente com a completa transformação prática de toda a sociedade existente junto com as suas bases econômicas. "Não podeis superar a filosofia sem a realizar".<sup>35</sup>

Nesse texto destacam-se alguns pontos fundamentais para a aproximação da Filosofia e do Marxismo; a questão de concepção materialista da história, a superação de uma filosofia idealista e especulativa, a formação cultural e teórica da luta revolucionária e a realização da filosofia. Pode-se questionar hoje o mecanicismo da interpretação marxista, seu dogmatismo, seu caráter romântico, teleológico, prometaico e messiânico, além de múltiplas outras questões que podem ser arroladas na gama de inferências que o pensamento de Marx pode oferecer. Não é esse nosso propósito. Queremos sim, mostrar que, numa adequada concepção do pensamento de Marx e numa correta aplicação de seus axiomas fundamentais, não há incoerência entre a interpretação materialista do mundo e a filosofia como tal. Se

---

35. Korsch, K. "Marxismo e Filosofia", tradução de Antonio Souza Ribeiro, Edições Afrontamento, Porto, Portugal, 1966, pg. 132.

houver incoerência ou um antagonismo estrutural entre ambos é porque há, em algumas destas polaridades, algum reducionismo.

Para deixar clara esta posição nada melhor do que procurar a gênese do pensamento de Marx e resgatar o Marx "filosófico", que antecedeu, perpassou e aquilatou as descobertas do Marx economista e ativista revolucionário. Se, em "A Miséria da Filosofia", de 1847, num estilo de refutação eminentemente iluminista, ferino, analítico e irônico, ele atacava os conceitos fundamentais da economia de Proudhon, ele não abandonava a argúcia que só as mentes familiarizadas com os conceitos clássicos da filosofia poderiam entender. Vejamos o que ele afirma, em uma de suas passagens mais vigorosas:

" Enquanto o proletariado ainda não está bastante desenvolvido para se construir como classe e, conseqüentemente, a sua própria luta com a burguesia não tem ainda um caráter político; enquanto as forças produtivas ainda não estão bastante desenvolvidas, no seio mesmo da burguesia, para possibilitar uma antevisão das condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova, estes teóricos são apenas utopistas que, para amenizar os sofrimentos das classes oprimidas, improvisam sistemas e correm atrás de uma ciência regeneradora. Mas, à medida que a história avança e, com ela, a luta do proletariado se desenha mais claramente, eles não precisam mais procurar a

ciência em seu espírito: basta-lhes dar conta do que se passa ante seus olhos e se tornarem portavozes disto. Enquanto procuram a ciência e apenas formulam sistemas, enquanto se situam nos inícios da luta, eles vêem na miséria somente a miséria, sem observarem nela o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. A partir desta observação, a ciência produzida pelo movimento histórico, e que se vincula a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária."<sup>34</sup>

Marx estabelecia uma diretriz para a Filosofia, ela teria de se tornar uma ciência na marcha da história. Criticava, como já o fizera antes, a filosofia e todo conhecimento abstrato, retórico, dogmático e irracional, porque ahistórico. Ele já havia criticado duramente o obscurantismo e a mistificação da filosofia alemã, tanto nos primeiros capítulos de "A Ideologia Alemã" como mais tarde faria nas "Teses Sobre Feuerbach". A grandeza de sua crítica consiste precisamente em expor as falhas estruturais do pensamento e dos sistemas anteriores, ao mesmo tempo que vislumbrava as novas sínteses que surgiam das estruturas da realidade em que vivia.

A crítica que Marx endereçara à tradição idealista dos jovens hegelianos daquela época acabou por tornar-se modelar para toda crítica às concepções desprovidas de base histórica e de uma metodologia de análise materialista. É certo que tal

---

<sup>34</sup> Marx, K. "A Miséria da Filosofia", Global Editora, SP, trad. José Paulo Netto, pg- 118/117.

crítica fazia avançar o conhecimento, estabelecendo as bases de uma nova ciência e concepção de mundo, mas não podemos deixar de avaliar que, numa apropriação vulgar e reducionista, através dela se pode desqualificar muitas outras formas e conteúdos do pensar filosófico, mesmo quando não estava embasado em teses idealistas. Bastava estar palmilhando diferentes posturas políticas. As palavras de Marx atravessaram este século como uma sentença de morte para a filosofia, quando tomada como mera especulação:

" Até aqui, os homens têm sempre criado representações falsas sobre si próprios, e daquilo que são ou devem ser. Segundo as suas representações de Deus, do homem normal, etc., têm instituído as suas relações. Os filhos da sua cabeça cresceram-lhes acima da cabeça. Curvaram-se, eles que são os criadores, diante das suas criaturas. Libertemo-los das ficções do cérebro, das idéias, dos dogmas, das essências imaginadas sob cujo jugo se atrofiam. Rebelem-nos contra o domínio das idéias. Ensinemo-los a trocar estas fantasias por idéias que correspondem à essência do Homem, diz um; a terem uma atitude crítica face a elas, diz o outro; a expulsá-las da cabeça, diz o terceiro; - e a realidade vigente ruirá."<sup>37</sup>

---

37. Marx. K. " A Ideologia Alemã "Cap. I, Ed. Moraes, SP, 1984 pg 7.



Neste prefácio de "A Ideologia Alemã", Marx esboçava as linhas de uma concepção materialista da história e de toda a atividade humana. E, se no prefácio tinha apresentado suas premissas, durante o transcorrer da obra Marx esquarteja todo idealismo, assimilando suas principais contradições e polarizações. Não se pode dizer, todavia, que Marx tenha criticado toda a Filosofia, ou que lhe tenha atribuído o papel de mera retórica ou mistificação. Em toda sua obra percebemos que Marx, por mais que explore recortes diferentes, da política à economia, das leis à questão do saber, trabalha com as categorias que na época constituíam as bases da análise filosófica, sobretudo pela larga tradição, neste campo, da Alemanha e da França, onde atuou como intelectual:

" Os filósofos têm-se representado como ideal, sob o nome de (o Homem), os indivíduos que já não estão subordinados à divisão do trabalho, e têm tomado todo o processo por nós desenvolvido com o processo de desenvolvimento (do Homem), pelo que até hoje, em todas as etapas históricas, (o Homem) foi substituído aos indivíduos e apresentado como a força motora da história. Todo o processo foi assim tomado como processo de auto-alienação (do Homem) \*, e isto essencialmente porque o indivíduo médio da etapa posterior (foi) sempre substituído à anterior, e a consciência posterior aos indivíduos anteriores. Por meio desta inversão, que desde o princípio abstrai das condições reais, foi possível

transformar toda a história num processo de desenvolvimento da consciência."<sup>38</sup>

Marx estava já fazendo aquilo que se torna o cerne da filosofia, ou seja, sua capacidade de debate e discussão, de apresentar questões sempre novas, de superar sistemas e etapas anteriores. A superação de uma forma de pensar sempre esteve muito presente, de forma muito dinâmica, na constituição da filosofia como saber, desde sua matriz grega e no decorrer de toda sua trajetória histórica. Compreender este processo como sinal de sua riqueza e essência de sua forma de produzir-se como conhecimento faz parte da aquisição adequada de uma consciência efetivamente filosófica.

Em sua apresentação histórica, dentro do currículo de segundo grau, deve-se evitar que a colocação estrutural da filosofia em diferentes posturas e tradições em confronto seja visto como incapacidade de sistematização ou diletantismo. A este respeito convém lembrar o pensamento de um dos mais proeminentes teóricos do marxismo contemporâneo, István Mészáros :

" E a filosofia, em última instância, não é senão a rede complexiva dessas conexões, sem a qual a análise dos campos particulares destina-se a restar fragmentária e irremediavelmente unilateral."<sup>39</sup>

---

38. Marx, K. op. cit., pg 98.

39. Mészáros, I. in "História do Marxismo", volume I, Paz e Terra, trad de Carlos Nelson Coutinho, pg 160.

Nesta perspectiva, a filosofia tinha para Marx uma dimensão muito maior do que se interpretou em suas teses fundamentais neste campo, sobretudo quando se usou o pensamento de Marx para desqualificar todo tipo de pensamento teórico. A filosofia não se realizaria como teoria se não encontrasse na marcha da história, que para ele se configurava na luta do proletariado, e que nos permite alargar este conceito para a emergência das camadas populares, a sua realização política. Desta certeza podemos tirar muitas aplicações pedagógicas para o ensino atual da filosofia, mormente nas atuais condições da sociedade brasileira, onde a abissal carência de uma repolitização urgente se faz presente. Compreender tal processo como parte de um todo humano, social e político, ser capaz de problematizar as multifacetadas da atual realidade em que nos encontramos, pode ser desta maneira que a filosofia venha a constituir-se em um saber revelador, político e politizador.

Extraír destas contradições algumas coordenadas que encaminhem a solução de muitos problemas já se antecipa como uma forma de reflexão filosófica, já que, uma das maiores dificuldades atuais, parece ser a de ter consciência clara das complexas contradições que envolvem cada forma de viver e existir. O próprio Marx sempre se mostrou capaz de conduzir, ao nível de conclusão filosófica, a partir de um exame crítico do material empírico (quer tratasse do estudo de casos legais ou das discussões de processualística civil, de direito penal ou de direito de propriedade) toda e qualquer temática que se lhe

apresentasse como pretexto de reflexão. O prof; István assim pondera sobre o marxismo e sua vocação filosófica:

"Nem seria razoável argumentar que a subsequente crítica marxiana do idealismo especulativo, assim como do materialismo contemplativo, teria modificado radicalmente a sua atitude diante da importância da filosofia enquanto tal. Falar de uma fase filosófica juvenil de Marx como algo contraposto à sua imersão mais tardia na "ciência" e na economia política é uma representação grosseiramente equivocada, por trás da qual oculta-se uma singular ignorância ou distorsão dos fatos mais elementares. O alvo da sua crítica à filosofia foi, desde o início, o distanciamento e a oposição entre a própria filosofia e o mundo real, e a impotência que deriva inevitavelmente de uma tal separação idealista. Por isso, já em 1837, Marx escrevia: "Partindo do idealismo, que entrementes confrontara e alimentara com o idealismo de Kant e de Fichte, cheguei a buscar a idéia na própria realidade". Ele estava consciente do fato de que o desenvolvimento problemático da filosofia, enquanto universalidade alienada, era a manifestação de uma contradição objetiva; e se empenhava no sentido de encontrar uma solução para essa contradição. Assim, quando chegou à conclusão - no repúdio crítico da

impotência das meras interpretações filosóficas - de que o problema não tinha sua origem no interior da própria filosofia, mas no conjunto das relações entre ela e o mundo real, e que a solução residia portanto na transformação desse mundo, não se alinhou em favor de uma capitulação ao fragmentarismo e à parcialidade, nem em favor de um abandono da busca filosófica da universalidade. Ao contrário: sublinhou que a medida da emancipação é dada pela força que tem a práxis social de reconquistar a sua dimensão universal: uma tarefa que chamou também de "realização da filosofia".<sup>40</sup>

Através deste profundo comentário, somente capaz de acontecer na crítica ao marxismo ortodoxo e dogmático, podemos tentar estabelecer a intensa necessidade de uma abordagem mais aprofundada da filosofia marxista entre nós, brasileiros, dada a carência e a ausência de produção teórica proeminente sobre a questão. Não podemos dizer que, além dos quadros militantes dos tantos movimentos de esquerda no Brasil deste século, que tenhamos visto a proeminência de algum pensador marxista ou a eficácia de seu discurso nesta área. É certo que consideramos a estrutura de repressão e de ausência de uma efetiva liberdade de expressão no Brasil como uma das formas mais cabais de nossa sociedade, característica tão fortemente marcante em nossa tradição política. Não desconhecemos a atuação engajada

---

40. Meszáros, I. op. cit. pg 141.

de alguns pensadores, sobretudo aqueles ligados à fundação da USP, como Cruz Costa, Caio Prado, Basbaum, Leandro Konder e outros, chamados de neomarxistas ou marxistas contemporâneos. Mas estamos longe de construir uma tradição de pensamento capaz de fazer frente ao acentuado idealismo e retórica de nossa produção filosófica mais tradicional. Todavia, talvez resida nesta perspectiva a efetiva possibilidade de uma nova identidade estrutural para a filosofia a ser produzida e ensinada no Brasil. Muitas tentativas de uma colocação nestes termos desta questão tem levantado polêmica mesmo entre os mais destacados filósofos brasileiros. Uns afirmam que tal perspectiva é reducionista e superficial, outros que é supérflua. Tratando desta questão recordamos o professor e historiador da ciência J.D. Bernal :

"Começa agora e torna-se bastante evidente que as atitudes em relação ao universo e ao lugar que nele cabe ao homem, que se exprimiam tradicionalmente pela teologia e pela filosofia, não são nem o resultado do pensamento abstrato nem da revelação divina, mas apenas refletem o efeito cumulativo das tradições. A teologia e a filosofia foram construídas pela sociedade, feitas à sua imagem e semelhança. Tal interpretação foi sempre vigorosamente repudiada pelos guardiões da fé e da sabedoria, ostensivamente em nome de uma sabedoria mais alta, completamente afastada das considerações sociais e que é dada pela revelação, intuição ou razão pura, sendo, por isso, objetiva e absoluta. Manter esta posição, que recua até à aurora do pensamento consciente e ignora o progresso humano de

vários séculos de ciências, é apenas mais um aspecto da mistificação geral dos intelectuais de uma sociedade decadente. A razão aparente para a rejeição da interpretação sociológica da filosofia e da religião não é a verdadeira." 41

Tantos caminhos aparecem nesta reflexão. Quais seriam as causas de uma recusa de colocar as bases de uma interpretação sociológica da filosofia ? Entre as tantas possibilidades de respostas acreditamos que é preciso considerar a dificuldade em romper com o passado, com a tradição escolástica e positivista, apropriadas pelas instituições fundamentais de nossa construção cultural, a Igreja e o Estado. Somente com a consciência de que somos um país complexo, existindo dentro das estruturas de classes que marcadamente estão relacionadas com a estrutura do mundo burguês e capitalista pode nos dar a base de análise mais adequada de avaliação.

Se consideramos a dificuldade de tal discussão para a filosofia, nunca poderemos esquecer os paradigmas da modernidade que nos afligem e se fragmentam. A constante apologia da crise da razão, apontada como a crise do marxismo, aparentemente abre caminhos para as mais exóticas posturas subjetivistas, céticas e fragmentárias. Tal atitude tem acompanhado a dificuldade de apresentar a utopia basilar da filosofia, a de aspirar a verdade. Não que seja possível à Filosofia ou a outro conhecimento qualquer, apreender a verdade total, o que negaria sua dinamicidade, mas não se pode cair na falácia do ceticismo, em todas as suas formas, que consiste em

---

41. Bernal, J. D. Ciência na História, 7o volume, Livros Horizonte, Lisboa, 1978, pag 1203.

desacreditar da capacidade humana de encontrar formas racionais para resolver os problemas e as contradições de sua existência histórica. A filosofia ousa aspirar a verdade, põe-se em sua busca. Diz Heller:

" Com efeito, como vimos, a filosofia constrói o seu mundo sobre a argumentação racional. Para ela, só é verdadeiro o que todo homem pode reconhecer como tal, por meio da sua própria razão. Função da filosofia é levar o homem racional, mediante o pensamento racional, ao conhecimento do dever-ser, do Bem e do Verdadeiro que ela, a filosofia, já conhece. O sistema filosófico - o "mundo" da filosofia - deve conter essa "elevação".<sup>42</sup>

Esta busca de colocar equilibradamente a racionalidade de toda situação real e humana faz da filosofia uma privilegiada arma contra o senso comum e todas as demais formas de preconceitos. Ao contrapor pensamentos e posturas, apresentar diferentes formas de ver uma questão, a filosofia deverá estar refazendo ao aluno, o convite que levou todo homem a enveredar pelos caminhos da reflexão mais profunda sobre si e suas história. Nas atuais condições de vida, o existencial, suporte do antropológico, se mistura com o político.

Muitos afirmam ser a filosofia demasiado complexa para aproximar-se do jovem e do homem atual. Isto deve também ser

---

42. Heller, "A Filosofia Radical", pg 19.



desmistificado. Soaria difícil se tivéssemos como filosofia o mesmo referencial tradicional de um conjunto de definições estereis, amontoado de sistemas ou dados detalhistas sobre a vida de alguns heróis-filósofos exóticos. Falar que é demasiadamente difícil pensar filosoficamente aparece hoje como escapismo que deixa passar ao longe a oportunidade de equacionar as principais questões da vida. Ainda nos ajuda nesta reflexão a prof. Heller.

" Dissemos que a filosofia - toda filosofia - pode ser apropriada por quem quer que esteja disposto ao esforço intelectual. Essa formulação, porém, põe um ponto de interrogação por trás da qualidade democrática da filosofia. Sabemos que a maioria da humanidade - a prescindir de momentos muito breves em sua história - jamais foi colocada nem mesmo diante da mera possibilidade de tal disposição."<sup>43</sup>

O pensamento nos remete a considerar, ainda que conjunturalmente, o elitismo que marcou a produção, assimilação e transmissão do conhecimento no Ocidente. Se formos investigar a história, teríamos a contabilidade social de milênios a fazer. Mas nada, em qualquer época, nos seria tão assustador como a confusão provocada pela crise da modernidade, que vivemos e sorvemos no atual cotidiano. Explicitar os contornos desta crise, sem cair naquilo que repudiamos, ou seja, uma leitura

---

<sup>43</sup>. Heller, A., op. cit., pg- 24.

maniqueísta e moralista da história,mas simplesmente considerar as tantas contradições que marcam nosso tempo no compasso de novas sínteses e novos mundo,parece ser esta a perspectiva mais próxima de uma atitude que nos coloca a caminho da verdade sobre nosso tempo.

A filosofia deve provocar conflitos naqueles que a tomam como diretriz e a levam a sério.Não há como não estar aberto para tal tarefa..Aos professores e pesquisadores da filosofia fica a exigência de responder sempre com vigor aos apelos do senso comum e da ideologia.Não podemos nos limitar a um papel de reforço sistemático do senso comum,nem sob a forma de convivência,nem fazendo concessões aos espíritos e discursos modistas e pseudo-científicos que hoje proliferam sob as mais variadas formas,em todas as instâncias da sociedade.Nem mesmo a aspiração a um nome literário,ou o prazer do culto aos intelectuais da moda e do momento podem ser subestimados.A tarefa de justificar a razão nestes tempos de histórica decadência parece ser mais complexa do que podemos imaginar.Mas a tarefa essencial da filosofia é espalhar sementes maduras,vigorosas,potencialmente capazes de frutificar, no pensamento carregado de ingenuidade ,determinismos e preconceitos da juventude, para que aí floresçam através de pensamento autônomo,crítico,consciente e capaz de refazer utopias e desafios. E assim que o filósofo se torna também um mestre. A atuação do filósofo tem efetivamente, traços pedagógicos: constrói argumento por argumento, disciplina o pensamento, tenta eliminar toda

ambiguidade, toda confusão e arbitrariedade das opiniões, distinguindo, em idéias claras e coerentes, as questões essenciais da secundárias. Essa atuação, como mestre, reporta-se ao paradigma socrático, de fazer nascer, pela simbologia da maiêutica, um pensamento autônomo, capaz de expressar por si as contradições de cada vida, pessoal e social. Não se trata de uma atitude de pedantismo, que presume a posse da verdade e resulta em discipulato ou devotamento, mas sim do esforço de propiciar a cada pessoa o encontro com as razões e variáveis, circunstâncias e possibilidades que cercam seu existir. Se há diferenças entre os níveis de produzir e enlear tal relação, elas se igualam nos fins, conquanto ambos, mestre e aluno, são homens dotados de razão, experimentam a mesma solidária responsabilidade perante sua existência e deverão responder pelas estruturas políticas de sua época e grupo social.

Consideramos pertinentes estas colocações filosóficas ante o vazio da modernidade em crise. Experimentamos esta anomia e fragmentação que marcou e marca tão claramente os movimentos filosóficos mais expressivos de nosso século. Assistimos ao "velho", que ainda não morreu, e angustiados vemos a lentidão gestacional do "novo", que ainda não nasceu. Esta tensão entre o real presente e as silhuetas do futuro, marca a fertilidade da filosofia. Estas silhuetas do futuro, que ousamos discernir, não devem ser simplesmente vistas, descobertas ou esperadas, numa atitude de passividade ou torpor que revele apatia e paralisia da esperança e da

ação. Elas devem ser criadas, projetadas pela própria razão humana, empenhada na conquista de uma sociedade mais coerente, mais racional, mais justa e menos opressora. O jovem deve ser convidado ao engajamento ativo nesta tarefa de superar a ilusão e encontrar um novo referencial para si e para a sociedade.

Com tal reflexão suspendemos a ética do desespero ou da contemplação, próprias do cenário atual, da chamada crise da modernidade. Ao refletir sobre este ponto, questionando os paradigmas atuais do discurso filosófico, discutindo a modernidade e o pós-moderno, o prof Luis Gonzaga assim a descreve:

" A pós-modernidade surge em meio a um sentimento de perda, de complexidade cultural e comportamental. Pode ser um edifício majestoso repleto de citações arquitetônicas ou uma pintura hiper-real. Se houver tecnologia presente, melhor. Caixas com fios, botões e telas iridiscentes, leds piscando e luzes de neon ou laser. Pode ser também a leitura de um romance maluco de Thomas Pynchon ou de Tom Wolfe. Histórias que nos deixam perplexos com a indiferença do mundo. Ou indiferentes com a teimosia deste mundo em não se desvelar a nós, nu e puro como um querubim. Pode ser, até mesmo, a leitura do jornal do dia. Tudo isso e muito mais formam o mundo pós-moderno.

Geografia pura dos desertos. Nenhuma história. Desterritorialização. Como nas obras de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1976).

América. Sonho e pesadelo de intelectuais e artistas de todos os lugares. Nome dos ensaios de Baudrillard e das poesias de Ginsberg. Espaço que se desdobra depois dos Apalaches e se projeta por pradarias e planícies e sobe por montanhas rochosas cobertas de neve. Depois surgem os desertos estéreis e finalmente o Pacífico. Fim da estrada. Terminal de Jack Kerouac. Encontro fatal com a imensidão oceânica do Motorcycle boy de Coppola. Espelho aquoso dos viajantes e vagabundos de todo o país, que reflete o nada de sua existência. Vem do nada e vão para lugar nenhum. Perdidos. Faltosos. Vão tão longe que, ao voltar, constatam ter perdido suas raízes ( e as tiveram algum dia ? ). Não se reconhecem mais. Outsiders. E inútil procurar suas origens. Nem mesmo as miragens construídas pelo homem quebram a solidão e o absurdo do deserto. Las Vegas, por exemplo, é o simulacro do imaginário norte-americano. Um delírio de personagens e situações tão artificiais quanto as sopas Campbell e a Diet Coke. Um mundo cinematográfico, de lazer patológico, pós-moderno e louco como só o capitalismo monopolista-financeiro pode elocubrar em seus feitos fantásticos para seres humanos

sedentos de sensações luminosas. Vegas também não possui passado. Aliás, nem presente ou futuro. É sonho, imaginário e fantasia de um povo enfiado, psicologicamente saturado de estímulos. Sem grandes desejos cotidianos. Só o imenso e inacreditável é crível em Las Vegas. Tudo é signo na América. Simulacros. Não se constrói a representação e sim o contrário. Os letreiros altíssimos e as fachadas decoradas representam as construções. Motéis, restaurantes, lanchonetes, lojas, postos de gasolina, tudo igual. Galpões climatizados, modulares, envidraçados e esterilizados, cheios de máquinas e móveis padronizados. Na frente, a fachada colorida com altos letreiros iluminados à noite.

A paisagem das auto-estradas parece um videogame gigante, e as cidades, perdidas no horizonte, confundem-se com os outdoors. O real e o ilusório se confundem. (...) a pós-modernidade é a aceitação da generalidade da ilusão. A perda do referencial. Onde tudo é informação, paradoxalmente nada mais tem sentido ou significado. "44"

Nesta vigorosa descrição consubstancia-se uma reflexão tão fértil quanto trágica, no seu sentido grego, e não menos oportuna. A intensidade desta fragmentação está tanto na

---

44. Trigo, L.G.G. in "Paradigmas Filosóficos da Atualidade", Ed. Papyrus, Campinas, 1987, pg. 204.

consciência e reflexão, que se tornam caminhos em volta, como no vazio das buscas consumistas, ônticas e desesperadas da grande maioria. A filosofia pode aproximar as pessoas que desejarem aproximar-se deste quadro, ela não pode ser imposta ou negada. É preciso recordar Aristóteles, quando diz que o "espanto" também produz o desejo de saber, não tanto como mera deleição, mas como busca ansiosa de decifrar os enigmas que se escondem na multiplicidade de significações desta realidade. Neste caminho, ao colocar-se como convite exigente de reflexão, a filosofia pode, em seu discurso e na mais genuína de suas formas, oferecer, outra vez, alguns paradigmas e normas ao mundo, abalizados na razão e na democracia do pensar e do viver. E na enormidade deste sentimento de perda, deve ser também infinita a possibilidade de se produzir novas perspectivas. Se é grande o desafio, maior deve ser a paixão daqueles que a ele se lançam. Diz sobre isso a ensaísta A. Heller:

"Toda construção filosófica, portanto, é expressão de uma forma de vida, que se torna vinculante para o seu criador no momento em que foi formulada como autêntico saber. Uma das mais eminentes características dos sistemas filosóficos é este tipo de reflexo da personalidade do seu autor. (...) Essa lacuna de beleza, intrínseca à sua essência-da filosofia tem, contudo, a função de corrigi-la, já que não há uma filosofia, existem filosofias. A história da filosofia é uma história

de polêmicas filosóficas. Toda filosofia afirma sua própria validade universal no mesmo momento em que põe a questão da verdade das outras. Todo sistema filosófico se constitui na crítica a outro ou outros sistemas. A crítica filosófica envolve sempre a totalidade da filosofia criticada."<sup>45</sup>

Com tais estruturas de pensar, acreditamos recolocar a filosofia na ordem do dia da época brasileira, na realidade de uma sociedade que vive um de seus mais difíceis períodos, como uma apropriação crítica da cultura humana, a possibilidade de uma consciência científica do mundo e a retomada da luta política e social que resgate a atuação humana sobre as coisas. Não que a filosofia só, considerada como conjunto de pensamentos e pensadores, seja capaz de oferecer uma norma ao mundo que vivemos, Talvez ela possa explicitar e colocar claramente os carecimentos deste mundo, e não seria exagero dizer que tais ausências e lacunas não seriam explicitáveis sem a filosofia. Esta radicalidade de seu pensamento resgata a crença num conceito amplo de razão e ciência, onde não nos percamos no superficialismo e no charlatanismo, conciliatório e piegas, ou ainda mais, num saudosismo muito próximo do conservadorismo mais rançoso. A luta por superar o obscurantismo pessimista, o retorno generalizado aos misticismos, à produção científica dividida e aética, todas estas contradições apontam para a perda de horizontes, mas a

---

45. Heller, A. op cit. pg 31.



filosofia, se quiser ser fiel às suas origens, deve alinhar-se ao lado dos que procuram alternativas, refazem utopias, alcançam, pelo pensamento e pelas atitudes, as formas do futuro do homem. Muito do retrocesso político e científico do século XX, sobretudo neste seu trágico final, assaltado pela hecatombe nuclear, pela miséria, superpopulação, fome, racismo institucionalizado, armamentismo, desrazão, medos, fanatismos religiosos e políticos, agressão à ecologia e à Natureza, descrença generalizada nas instituições e no homem, não se deu simplesmente pelo retorno ao misticismo, hedonismo, individualismo e soluções pessoais, mas sim foi reforçado pela crítica positivista e empirista, aliada a outros apocalípticos filósofos da desrazão, junto com uma apropriação vulgar do materialismo e do marxismo, aos fundamentos de todas as verdades ou da possibilidade dela.

O século XX foi capaz, em seus mais trágicos momentos, de realizar aquilo que os filósofos que semearam a modernidade acreditavam ser impossível, foram capazes de abalar a crença no homem e na razão, muito mais fortemente do que os anteriores tinham feito sobre a religião.

#### IV. FILOSOFIA E ESCOLA.

*"Um instinto vital, ignorado de si mesmo, odeia a filosofia. Se eu a compreendesse, teria que rever meus juízos. Melhor é não pensar filosoficamente. Quanto mais vaidades se ensine, menos estarão os homens arriscados a se deixar tocar pela filosofia. Oxalá desaparecessem as cátedras de filosofia. É preciso impedir que os homens se tornem sensatos. Mais vale, portanto, que a filosofia seja vista como algo entediante."*

*K. Jaspers.*

A questão da Filosofia na escola secundária não pode ser pensada, sem se colocar, anteriormente, a questão da escola como um todo e sua relação com a sociedade. A devida análise do processo escolar e suas contradições numa sociedade de classes deve ser a primeira base de qualquer consideração.

Nesse sentido, temos que definir claramente que a Filosofia, enquanto um tipo de conhecimento com profundas implicações tanto na identidade das ciências como na própria metodologia da escola e seus desdobramentos, não pode ser uma mera disciplina a mais, dentro da miríade de informações e dados que a escola pode oferecer. Ela deve ter uma orientação epistemológica e política definida: pela superação de uma escola tradicional e de uma filosofia pedagógica autoritária. Não podemos fugir da consideração das influências da escola na transformação social. A Filosofia, em sua nova identidade, deve contribuir para alterá-la e não para reproduzi-la.

Esta consideração parte da idéia de que existem diferentes pedagogias e ou formas de educação em conflito numa sociedade como a nossa, marcada por grandiosas diferenças e

contradições. Nesta direção, reportamo-nos ao debate que se tem realizado no Brasil, nas últimas décadas, sobre o papel da escola formal, principalmente após a difusão das obras de Paulo Freire, propondo uma "pedagogia popular" e criticando o modelo tradicional definido, também em sua obra, como "educação bancária". O nível deste debate hoje está particularmente posto em novos termos, da necessidade de um novo saber, na própria escola formal, apropriada pelas camadas e movimentos populares, capaz de tornar-se um instrumento de organização do pensamento e da cultura negada por um saber hegemônico e dominante. Não vamos entrar nesta questão. Trataremos dela como suporte para a compreensão da tensão que se processa na escola entre um saber dominante e uma forma de conhecimento de outras origens sociais.

A escola existe desde os primórdios da Antiguidade e, ao tratar da Filosofia na escola formal, teremos de rever, pelo menos em linhas gerais, as transformações mais importantes da instituição escolar através da história.

Consideramos como o primeiro modelo de educação o chamado processo primitivo, baseado na própria comunidade, que em todas as suas formas de viver e organizar-se, transmitia diretamente sua cultura, num sistema definido como endoculturação, quando ainda não havia a escola-instituição. O saber da comunidade se transmitia através de mecanismos de profunda integração social e cultural, quase sem mediações, neste mundo primitivo.

Esta pedagogia comunitária, imitativa, como memória e mediadora entre os diferentes elementos sociais, organizadora

dos ritos de passagens, definia-se como a estrutura simbólica mais expressiva daquela forma de sociedade.

No mundo Antigo a escola greco-romana toma nova forma, a Paidéia ateniense, centrada na educação do corpo e no adestramento para as funções de guerreiro e atleta, depois orientada para a formação do orador e do cidadão e a escola romana, a princípio doméstica e só depois, na crise desta mesma sociedade, preocupada com a formação da cidadania, acabam por consagrar uma nova instituição social. Em todos estes momentos a escola estava diretamente ligada à reprodução de um conhecimento competente, já que estava a serviço das camadas dominantes destas sociedades.

A escola cristã, catequética e doutrinária, organizada nos primórdios da Idade Média como instituição capaz de enquadrar as novas classes e segmentos sociais, na crise do mundo Antigo, toma, no rumo da história, uma identidade eminentemente reprodutivista, conservadora e elitista ou seletiva. Como um movimento definido e ordenado, foi a Igreja a instituição que primeiro usou, na história, a escola para veicular uma ideologia, que, no caso, era o Cristianismo. A Igreja foi, portanto, a primeira estrutura institucional a usar a escola como veículo ideológico.

A educação cristã aparece vinculada à Idade Média. A Idade Média é um período histórico de profundas contradições. De um lado há interpretações parciais que afirmam ter sido esta época um período de "trevas" e obscurantismo e de outro, sobretudo com as revisões históricas mais recentes, que

afirmam ter sido esta era um tempo onde floresceu uma vigorosa civilização, cheia de esperanças e confiança, triunfante sobre o mundo Antigo decadente.

A Idade Média é um período histórico de profundas contradições. De um lado há interpretações parciais que afirmam ter sido a Idade Média um período de "trevas" e de outro há recentes estudos que mostram uma vigorosa civilização, cheia de esperanças e confiança, triunfante sobre a crise do mundo antigo.

A Idade Média resulta de um conjunto de fatores: a crise do Império Romano, a divisão deste império, a suficiente economia agrária, as sucessivas invasões bárbaras, a expansão islâmica, o sincretismo cultural e o êxito histórico da cosmovisão cristã.

Com o triunfo da concepção cristã e o lugar social ocupado pela Igreja como principal estrutura jurídica, social, moral, política e ideológica a Idade Média torna-se o momento histórico de "fundação" da civilização ocidental.

A aliança da Igreja com os bárbaros obrigava a Igreja a organizar-lhes a cultura, fornecendo a estes povos de constituição social e cultural rudimentar, uma estrutura cultural e moral superior. A Igreja empreende um grande processo de "cristianização" dos bárbaros, através de alguns eminentes pregadores e missionários. A pregação cristã, misturada com elementos do platonismo e do estoicismo clássico, enfatizava a salvação, a fé, o "céu ou paraíso", o

abandono ao mundo material, a conversão do pecado, a penitência e submissão à Igreja.

Depois do sucesso missionário a Igreja, a partir do século VIII passa a organizar a estrutura formal do processo educativo com as chamadas "escolas episcopais" e "escolas palatinas". Estes dois modelos de escola praticamente confluíram num único: a escola cristã. Esta escola tinha a finalidade de universalizar as "verdades cristãs". Baseava-se numa disciplina rígida, na memorização como mecanismo fundamental de aprendizado, na ênfase aos aspectos morais, na leitura das Escrituras e na padronização comportamental. Embora tenha sido o primeiro movimento histórico a romper com o elitismo da escola clássica o cristianismo pretendia, com a escola, não uma propagação da cultura, mas a uniformização das mentalidades. Neste sentido a educação cristã foi a primeira forma de uso ideológico-histórico do processo escolar.

A escola cristã destinava-se principalmente à formação dos futuros sacerdotes ou ministros da própria Igreja. Havia também os mosteiros, que se constituíram em embriões da cultura ocidental, baseados em outras opções religiosas e culturais. Nos mosteiros surgiram as Bibliotecas, instituições fundamentais para a preservação da tradição clássica.

Santo Agostinho, bispo de Hipona, célebre autor cristão do século V escreve um livro dedicado à Educação: "De Magistro". Nele estabelece as bases da educação e pedagogia cristã, consagrando o autoritarismo da relação e até o uso de castigos físicos.

A Educação cristã permanece eficiente e inalterada por vários séculos. Somente por volta do século XIII, com a Escolástica, vem a sofrer algumas variações. A Escolástica consagra a instrução formal clássica, o uso da filosofia, da Retórica e da habilidade de raciocínio. A Escolástica abre-se também aos autores gregos resgatando a obra de Aristóteles e antecipando o racionalismo da modernidade. Com o movimento da Escolástica consagra-se também a instituição das Universidades, que se tornaram o espaço da cultura medieval mais avançada.

Com a crise da Idade Média e a emergência de um novo movimento histórico a educação toma, para a Igreja, uma dimensão ainda maior. A expressão principal deste movimento é a atuação pedagógica social dos Jesuítas, que conservaria as linhas fundamentais da tradição pedagógica-cristã, na apologia da fé católica questionada pela secularidade racional e pelo protestantismo.

É importante retomar esta idéia, pois, no Brasil-colonial, esteve sempre presente este modelo escolar, através da estrutura educacional jesuítica que predominou durante os três primeiros séculos de nossa existência histórica.

Com a Modernidade, através de seus principais movimentos, onde destacamos a Reforma como a que mais diretamente abordava a questão da escola e da Educação, estendida depois nos inúmeros movimentos ideológicos e políticos que marcam a submersão da concepção medieval e a

emergência das estruturas do novo mundo que surgia, a escola passou a ter uma nova função e identidade.

Na França, destaca-se a obra de Rousseau, um dos primeiros filósofos a estender a educação como um direito, a todas as pessoas. Na França revolucionária o novo cidadão teria como promessa a escola para todos, capaz de superar os mecanismos anteriores de seleção e elitização do conhecimento. A burguesia prometia às classes populares o acesso à escola.

Na continuidade de seu projeto político, na Europa, a burguesia, durante o século XIX universalizou o ensino para todos. Soboul, analisando a Revolução Francesa e suas consequências, afirma:

"O Ensino foi objeto de preocupação constante da parte das Assembléias revolucionárias; sua organização não trouxe menos decepção às massa populares. A Constituinte anunciou em boa hora sua intenção de dotar o país de um novo sistema de ensino, e inscreveu entre "as disposições fundamentais garantidas pela Constituição", o princípio de "uma instrução pública comum a todos os cidadãos, gratuita no que se refere à parte do ensino indispensável para todos os homens." (...) A Convenção montanhesa inscreveu a instrução entre os direitos do homem: "A instrução é necessidade comum—segundo o artigo 22 da Declaração de 24 de Junho de 1793.—A sociedade deve favorecer, no que lhe for



possível, os progressos da razão pública e por a instrução ao alcance de todos os cidadãos."<sup>46</sup>

Mas, na realidade, com a organização dos trabalhadores neste mesmo século e sua conseqüente marcha em direção às principais reivindicações sociais, tal intenção política se reverte.

Neste século, a burguesia, com todo esfacelamento que tal conceito hoje apresenta, não defende e nem quer mais esta escola, já que tem outros mecanismos de produção e reprodução de sua ideologia e hegemonia ou representação da realidade, como a televisão, o rádio, a propaganda e outros meios de comunicações. Isto ficou ainda mais claro depois da II Guerra Mundial, na alteração do panorama político do mundo e na complexa estratificação ideológica que em cada sociedade moderna se estabeleceu a partir dos resultados deste conflito. A escola pública foi abandonada, deixou de representar o discurso e elemento do ideário burguês para tornar-se, agora, a reivindicação fundamental das camadas populares.

A história da educação no Brasil é totalmente comprometida com os modelos educacionais dominantes. Contudo, não podemos deixar de reconhecer que há hoje uma nova clientela na escola pública. A desqualificação do ensino demonstra como os grupos sociais que historicamente se apropriaram da escola como forma de manutenção de seu poder tem criado obstáculos que visam barrar o ingresso das camadas populares ao ensino sistematizado. Desta consideração surge uma

---

46. Seuboul, A. "Historia da Revolução Francesa", Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981, pg 541.

das mais expressivas potencialidades de uma filosofia revolucionária, capaz de refazer as condições de um conhecimento político e ético, o resgate da história como possibilidade efetiva de transformações políticas e culturais em direção de uma sociedade mais justa.

A Filosofia, como um espaço privilegiado de discussão das principais questões humanas pode ser o lugar de uma nova ética, do resgate da globalidade do saber e da pessoa humana, espaço de liberdade, através de seus diferentes conteúdos, possibilitando a cada educando níveis diferenciados de intervenção na ordem social. Não se pode fugir do horizonte fundamental da Filosofia, numa dimensão nova, que deve ser a formação do homem democrático.

Neste propósito a Filosofia deve ser uma intervenção radical, no sentido de ser capaz de ir às raízes das questões estruturais, sem abrir mão de suas coordenadas mais destacadas em sua construção como saber : a disciplina intelectual e o espírito de investigação e questionamento, a inventividade e persistência, a formação de pesquisadores competentes e dedicados, a amorosidade à Ciência e aos destinos e rumos de toda a comunidade humana. Não pode a filosofia fugir do partidarismo, considerando a sociedade e todas as suas estruturas , como dividida em classes e contradições. Krapivine assim expressa esta dimensão:

"Através das suas concepções filosóficas, diversas classes e camadas sociais fundamentam teoricamente a sua posição na

sociedade, a sua atitude face à realidade e aos processos que nela ocorrem. Como arma teórica e conceitual de uma ou de outra classe, a filosofia modela o seu modo de pensar, as suas atitudes e ideais."47

A Filosofia pode ser, quando devidamente integrada com as diferentes áreas do conhecimento, o espaço da reflexão sobre uma nova escola e uma nova sociedade. Entre as características desta escola integrada estariam a de ser um espaço democrático, onde se deve exercitar o poder como um colegiado, em formas de competências e responsabilidades escalonadas e solidárias, como um lugar de estímulo à pesquisa científica, de incentivo à atuação e organização política, de resgate de uma consciência histórica e cultural popular e democrática. Daí ser impossível que se possa pensar numa nova apresentação da Filosofia na escola sem discutir o perfil de um novo aluno e cidadão, que deve ser chamado, pela formação científica e filosófica, a uma nova atuação enquanto ser e enquanto cidadão de uma determinada sociedade. Este objetivo está ligado à uma compreensão política da escola e de seus conteúdos, pois só será possível lutarmos pela construção de uma nova escola e de uma nova sociedade se formos capazes de gerar uma nova forma de relação pedagógica, uma nova síntese das diferentes áreas do conhecimento e de um novo espírito de investigação sobre a realidade. A geração de uma nova qualidade

---

47. Krapivine, V. op. cit., pg 27.

de ensino passa fundamentalmente pelo resgate de um pensamento de bases filosóficas.

Só poderá ser nova esta Filosofia se tiver clara sua dimensão e pertinência, capaz tanto de alterar sua tradição elitista e erudita quanto de gerar uma nova qualidade, diferente, principalmente, da concepção alienante criada pelos últimos movimentos educacionais nascidos dentro das concepções autoritárias vividas no Brasil. Nesse caminho deve a Filosofia ser capaz de incorporar as experiências do aluno, organizar paradigmas que lhe possibilite ser sujeito de uma análise fundamentada do mundo e de formas de atuação pessoal e social, de construção significativa de sua existência.

A Filosofia, pela sua densidade humana, pode ser capaz de reparar esta dissociação entre o saber e o viver, entre a cultura e a existência, é potencialmente capaz de reunir estes polos numa segura interpretação. Poderá a Filosofia discutir os fundamentais problemas da vida, em função da sua abrangência e alcance. Esta educação voltada para a vida das pessoas será capaz ainda de realizar uma nova significação para o conhecimento e a formação, superando uma identidade de uso e de troca que faz as pessoas procurarem a escola como forma de capacitação meramente profissional ou econômica. A educação pode ser redimensionada como uma tarefa inacabada, mas dinâmica e permanente, como a busca da construção de pessoas que, na aquisição de uma formação científica, não sejam simples receptáculos de informações mas sejam capazes de dar

significado profundo a seu existir. Que sejam suficientemente capazes de fazer da cultura formas de êxito humano. Onde se criem pessoas, inacabadas, mas humanas.

A Filosofia deve ajudar a mudar a escola secundária por dentro, através de uma pedagogia de qualidade, alegre, competente, afetiva e afetuosa. Resgatar o prazer de aprender, superando a identidade entre aprender e memorizar, através da passagem para o patamar de sínteses significativas sobre o mundo e os conteúdos da cultura humana. Resgatar o prazer em conhecer, elaborar a cultura.

A filosofia deverá encontrar um meio de comunicar-se com a classe operária, para recriar dentro desta classe, sua vinculação e integração social. Só assim será efetivamente nova e legítima, capaz de propor muito mais a base de uma nova qualidade da nova escola, pela solidariedade de classe, muito além do simples conhecimento de classe, venha de onde vier. Não pode ser uma adesão circunstancial e emocional, pois, nesse caso, tão logo mudem as circunstâncias, as pessoas tenderão a mudar seus direcionamentos e adesões apaixonadas e emocionais. Deverá ser uma adesão política definida e dialética, na compreensão de que toda libertação implica na libertação de todos, já que altera a estrutura das relações sociais. Organizar, oferecer instrumentos para organizar a ideologia popular, formar espíritos livres e abertos que possam dar conta das tantas contradições da realidade social brasileira atual parece ser o cerne de uma filosofia engajada..

A Filosofia só logrará este objetivo quando vier a substituir um ensino descritivo-doutrinário por uma apresentação problematizadora e contextual de seus principais paradigmas..Quando puder fazer com que alunos e todos aqueles que se confrontam com seus conteúdos,reflitam com argumentos e formas sobre a realidade em sua globalidade,fazendo do conhecimento um ato de posse política e humana, capaz de redimensionar toda a atitude vital da pessoa.

Neste propósito é ensinável em Filosofia não tanto o equipamento histórico,mas o"espanto" de por-se em busca de uma adequada sistematização, teórica e prática, das principais questões da vida humana e da cultura.Na escola secundária a Filosofia teria o mérito de poder embasar,através do diálogo e riqueza de sua própria história e todas as demais áreas de investigação metódica da ciência.Ao adolescente,vievenciando uma experiência fundamental de sua vida,a Filosofia poderia fornecer elementos que vão desde a organização de suas formas de analisar e compreender o mundo,como a ordenação das experiências do cotidiano para extrair delas uma significação filosófica até a aquisição de postulados,conceitos e teorias que traduzem uma real consciência científica. .Os conteúdos da Filosofia são suficientes para captar o cotidiano e problematizá-lo em busca de uma avaliação e significação qu possibilite, sobre ele, uma reflexão de ordem filosófica.

A presença da Filosofia na escola secundária,num momento em que as camadas populares conquistam espaço na escola pública,a despeito das demais contradições que envolvem este

processo, pode ser um movimento que apenas se inicia. Pode ser o reencontro com a dinamicidade da problematização filosófica e o reencontro com suas energias mais fundamentais, no sentido de reencontrar sua extrema presença na realidade humana. A atitude filosófica sempre supõe uma recusa de prosternar-se diante da realidade. Mas tal missão é por demais grandiosa e complexa, e será tanto mais feliz quanto mais pessoas forem capazes de colocar em marcha esta novidade histórica. Não há crise nos paradigmas da Filosofia, há a crise dos modelos científicos particularizados e fragmentários. Nunca estivemos, ao mesmo tempo, tão próximos e tão ausentes da Filosofia e das condições fundamentais de seu florescimento como agora.

Chatelet afirma que todo homem vive submetido a determinadas regras de ação e hábitos. A filosofia seria a base de análise e discernimento desta visão de mundo que todos compartilhamos.

"Felizmente chega a Filosofia, libertadora e crítica, que ensina a tomar consciência, a argumentar, a interrogar; que recomenda ser livres; que exige de cada um o querer ser pessoa, que direciona ao sujeito humano, todo o peso de suas decisões e responsabilidades."<sup>40</sup>

## 1.Elementos para uma nova forma de ensinar Filosofia na escola de segundo grau.

Ao procurar uma perspectiva de superação da identidade tradicional, tal qual tomou forma em nossa histórica trajetória cultural, a Filosofia deve ser também capaz de propor uma nova realidade para a escola secundária, onde sempre esteve privilegiadamente presente. Neste sentido, pode vir a ser um dos núcleos de renovadas práticas educativas potencialmente capaz de propor uma nova forma de relação entre a escola e a sociedade, no sentido de estabelecer uma relação dialética entre ambas. A escola secundária deve redescobrir aquela que é ou deveria ser, sua atividade fundamental, ou seja, a de encaminhar o jovem para uma investigação abrangente e contextualizada da totalidade do produto cultural humano, antes da experiência mais particularizada da formação superior. O aprendizado criativo das ciências, a maturidade e disciplina intelectual, a abrangência da pesquisa científica e suas contradições, tudo isso deve ser considerado na busca de uma renovada identidade para a escola secundária. A crítica das reformas educacionais recentes passa também pelo resgate de um novo projeto de escola, orientado, sobretudo, para a superação do tecnicismo que se implantou na escola média. Tal crítica deve levar a uma proposta de criativas formas de ensino e de novas práticas que possibilitem mudanças estruturais, onde as



experiências criativas de uma apresentação revigorada da filosofia possam tornar-se iluminadoras e pioneiras.

A crise da escola tecnicista não pode simplesmente ser creditada aos condicionantes que lhe são impostos pelo Estado ou pelas políticas educacionais vigentes. Ainda que estejam sempre, de alguma forma, relacionados e condicionados pela política maior, há outras manifestações degenerativas cujas explicações não se esgotam através da atribuição de culpa ao Estado e sua política educacional. Há uma crise da educação ligada, no seu todo e em suas partes, à crise mais abrangente da sociedade. Refletir sobre isso implica reconhecer este processo relacionado a outras realidades, houve não só uma crise de educação ou de homens, mas uma consideração sobre a complexa condição dos universos sociais produtores desta crise.

Todavia não se deve cair no espontaneísmo da crítica aos métodos e pedagogias tradicionais os quais, apesar de tantas contradições, construíram uma identidade histórica para o ensino da filosofia. haja vista a larga tradição jesuítica e seus resultados. Seria falacioso esperar a recuperação do ensino da filosofia no segundo grau através do simples abandono da austeridade, da motivação, disciplina intelectual e espírito crítico. Cremos, ao contrário, que a melhor forma de se ensinar filosofia seja começando pela sua rigorosa apresentação metódica seguindo, depois, pelo desenrolar crítico e contextualizado de suas principais contradições e movimentos históricos. A história da Filosofia parece ser imprescindível para a compreensão da gênese de todas as ciências, dos

paradigmas fundamentais que marcaram a tradição histórica do Ocidente no campo do conhecimento. O próprio Gramsci, ao discutir as reformas educacionais da Itália e vivendo situação semelhante com a discussão em torno da escola unitária, da escola clássica e do ensino profissionalizante que se tencionava implantar, diz:

"No ensino da filosofia, o novo curso pedagógico (pelo menos para aqueles alunos, a esmagadora maioria, que não recebem ajuda intelectual fora da escola, na família ou no ambiente familiar, e devem se formar tão-somente com as indicações que recebem nas aulas) empobrece o ensino, rebaixando-lhe praticamente o nível, ainda que racionalmente pareça belíssimo, de um belíssimo utopismo. A filosofia descritiva tradicional, reforçada por um curso de história da filosofia e pela leitura de um certo número de filósofos, parece ser praticamente a melhor coisa. A filosofia descritiva pode ser uma abstração dogmática, como a gramática e a matemática, mas é uma necessidade pedagógica e didática."<sup>49</sup>

Gramsci condena uma certa reforma no ensino da filosofia que apresentava uma convencionalidade espontaneísta, criticando demasiadamente as concepções e formas disciplinares da filosofia tradicional. Levando em consideração esta ênfase colocada por Gramsci no "reforço da história da

---

49. Gramsci, A. "Os Intelectuais e a Organização da Cultura", Ed. Circulo do Livro, SP, pg 126.

filosofia", podemos perguntar o que se entende por uma metodologia da história aplicada à filosofia? Poderíamos ensinar o aluno a investigar a história, a tomar-se como sujeito de seus próprios conhecimentos, a construir uma equilibrada síntese autônoma e madura do mundo, superando o pensamento narrativo, descritivo, passivo e dependente da infância, através de um pensamento capaz de relacionar dados, observações e fatos, correlacionando-os numa perspectiva de contrastes e conclusões, extraindo e assimilando informações, enfim, resgatando o ensino como instrução e também apropriação da cultura, com tudo quanto esta possa ter de fertilidade. A História da Filosofia, analisada e apresentada dentro de uma metodologia da história, sob uma correta mediação sócio-analítica, será a chave para a análise das principais formas da consciência filosófica que se busca estimular e construir no novo aluno da escola média popular. Através da apreensão segura dos principais movimentos e contradições da história do pensamento ocidental, tomando ciência de seus limites e de seu alcance e uso político ou ideológico, o educando será capaz de perceber a gênese dos principais movimentos morais e das idéias fundantes do mundo ocidental, resgatando o "espanto" e a suspeita primários que implica todo filosofar. Não que devamos voltar aos esquemas fossilizados de uma apresentação meramente descritiva e dogmática das principais obras e da vida dos mais célebres filósofos; isso redundaria em enorme fracasso. A proposta define-se muito mais pela colocação de pontuações analíticas

que superam as associações mecânicas e idealistas, em direção a um pensamento estruturado, reflexo, verdadeiramente crítico, dialogal, politizado, fecundo e carregado de significações humanas .

A história da filosofia é sua "porta da cozinha", por ela podemos entrar para as principais contradições da construção histórica do que seja filosofar em cada época da humanidade. É certo que tal tarefa sugere uma vigorosa incursão metódica pelos caminhos da história universal, onde se deve colocar a filosofia como privilegiado momento de rupturas estruturais. Não se trata de uma mera contabilidade do passado, ou ainda da conjunção de velhas fórmulas e dogmas, é preciso, sim, considerar o avanço das pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento humano, o que define já uma postura de interdisciplinaridade saudável e dialogal.

A filosofia deve estar relacionada com o resgate de um conceito amplo de ciência, superando uma identidade fragmentada e positivista para uma globalidade e totalidade do conhecimento. Neste sentido deveremos, procurar adequar os conteúdos históricos da filosofia ao alcance do conhecimento e da reflexão dos jovens. Dar-lhes condição e capacidade de problematizar as principais dimensões de sua existência, configurando um conhecimento dinâmico e dialético, potencialmente capaz de fornecer-lhes instrumentos para a tomada da existência como algo pessoal e intransferível, tanto na esfera existencial como na estrutura social. A filosofia

pode abrir-se a estes questionamentos pela sua capacidade e identidade original.

Neste caminho, a história da filosofia pode ser a forma de um contacto contextualizado e analítico dos principais momentos e fundamentos do pensamento ocidental. Superar este conhecimento simplista e fragmentário do senso comum é uma das primeiras consequências de uma reflexão efetivamente filosófica. Não que seja possível uma superação mágica, um ato ou qualquer perspectiva messiânica; mas sim uma atitude frente ao mundo, uma postura permanentemente atenta na busca das razões fundamentais da sociedade, das mentalidades e formas de viver contemporâneas.

Frequentemente, o adolescente encontra-se carregado de impulsos e sentimentos imediatistas, reflexos de uma realidade em crise, como já consideramos. Podemos observar o ceticismo como uma atitude comum, travestida de descrença generalizada nas estruturas do viver atual, uma recusa de acreditar ou engendrar grandes utopias, pessoais ou sociais. Este ceticismo vem acompanhado, quase sempre, por um acentuado consumismo ou adesão, consciente ou inconsciente, aos apelos e mecanismos da sociedade contemporânea. Muitas vezes a atitude cética se reveste de um neurótico hedonismo, ou seja, da redução das significações e sentidos fundamentais da existência e de uma busca irracional e ilimitada de prazer, de compensações e satisfações exclusivamente materiais e reducionistas. De outro lado, o retorno aos discursos místicos, reforçados por nossa tradição cultural, parece

acentuar ainda mais este vazio existencial. Não raro, é comum encontrar uma das mais falaciosas formas de senso comum, ou seja, a forma do reducionismo subjetivista. O subjetivismo parece triunfar sempre que a razão encontra-se prostrada, denotando uma saída aparentemente fácil dos núcleos fundamentais da crise atual.

O subjetivismo, o ceticismo, o hedonismo, o retorno ao misticismo, tudo isso ilustra a crise da razão e a crise da própria modernidade, que podemos encontrar materializada na crise individual de cada adolescente. Neste sentido, a filosofia é capaz de colocar em rigorosas estruturas de análise as principais contradições da vida pessoal e da sociedade. A ativação desta potencialidade será capaz de encaminhar questões e alimentar as buscas capazes de transformar esta realidade. Não há possibilidade de uma coerente apresentação da filosofia sem refazer a atitude matriz que leva o homem a refletir sobre sua existência.

Filosofar, então, passa a ser o caminho de elucidação das principais contradições encontradas e vividas pelo jovem. Tal definição supera a compreensão vulgar de que a filosofia é algo de inusitado e anacrônico. As pessoas que buscam refazer este caminho encontram abundantes referências para compreender a própria vida. Esta compreensão não está desligada da aquisição de novas sínteses ou paradigmas sobre a realidade. A filosofia possibilita, pelo seu conteúdo, a passagem de um pensamento egocêntrico, subjetivista, fragmentário e

narrativo, para um pensamento reflexivo, analítico, hipotético e potencialmente científico.

Tal apresentação da filosofia deve ser feita numa pedagogia participativa, atraente e ao mesmo tempo rigorosa e metódica. Evitar reducionismos superficiais como o dogmatismo tradicional torna-se a linha mestra da questão. É certo que a superação de uma filosofia descritiva e anacrônica supõe a geração de uma qualidade renovada para os principais paradigmas do pensar filosófico. O conteúdo moral e antropológico não pode estar dissociado do conteúdo epistemológico. Estas duas vertentes formam a estrutura mais original de um pensamento que, até por marginalidade histórica, é o único capaz de restabelecer uma reflexão de radicalidade e totalidade.

Há muitas divergências e dificuldades na padronização de uma forma de organizar o conteúdo básico a ser ensinado nas escolas médias. Analisando inúmeros programas de ensino, em pesquisa preliminar para a presente reflexão na região de Campinas<sup>50</sup>, concluímos que a maioria deles continua reproduzindo uma vertente tradicional, na apresentação retórica e descontextualizada de um conhecimento arcaico. Outras iniciativas podem ser reunidas numa vertente crítico-subjetivista, pontuada das mais variadas assertivas e núcleos de interesses. Sem uma abalizada estrutura teórica muitas

---

50. Pudemos analisar os Programas de Ensino de 14 escolas de segundo grau pertencentes à Região de Campinas, entre escolas públicas estaduais e de rede particular, entre os anos de 1984 e 1987.

destas formas de ensinar filosofia reduzem-se a um presentismo cronístico, variando desde a discussão da moda até questões mais esdrúxulas como ufologia, signos, significado de nomes, etc. A miséria destas formas sugere a morte de qualquer sistematização racional.

Defendemos a apresentação preliminar de um curso histórico sobre a construção social da filosofia. Ao tomar contacto com as principais rupturas e movimentos contraditórios e dinâmicos da história da filosofia o aluno terá possibilidades de adquirir uma síntese criativa e estrutural da história aliada, a uma capacidade crítica e argumentativa vigorosa. Aprender por exemplo, que a filosofia grega tornou-se a expressão máxima do pensamento humano na Antiguidade, que ela foi capaz, em suas múltiplas facetas, de superar a consciência animista e mágica primitiva, estabelecendo as bases teóricas do pensamento científico ocidental, criando as estruturas fundamentais para o posterior advento da ciência e da técnica, tudo isso torna-se profundamente questionador, formativo e essencialmente crítico.

Nestes termos é preciso encontrar uma forma adequada para uma apresentação metodológica da história da filosofia. Tal apresentação requer um domínio fundamental sobre os conteúdos e movimentos básicos da filosofia como também um permanente diálogo ou postura de investigação com as demais ciências.



## 2. Perspectivas e Contradições estruturais no ensino da Filosofia.

Desejamos, através do ensino da Filosofia, com sua especificidade, devidamente contextualizada no quadro histórico da construção das Ciências, a superação de uma consciência primária do mundo, colocando em seu lugar uma consciência de base científica e crítica, pelo menos ao nível do conhecimento básico que esquematiza as condições mínimas da dimensão humana, pessoal e social.

Nesta tarefa, a escola secundária pode ser um momento estrutural, dadas as suas funções específicas, conquanto deveria ser a tentativa de apresentar uma síntese da cultura humana, capaz de ser apreendida em suas ricas expressões e diversidades. O que se propõe para a escola secundária é que ela seja um aprendizado crítico da cultura, capaz de viabilizar uma decisão específica para uma área do conhecimento, a ser conquistada no ensino superior, além de possibilitar, ao jovem, uma inserção integral na sociedade, como cidadão e profissional. Superando os reducionismos históricos com que a tradição revestiu a escola secundária, o que se deve buscar, efetivamente, com a organização dos conteúdos e da estrutura de ensino da escola secundária, é a compreensão científica da realidade.

Só o homem é um ser que conhece, que produz, assimila e transmite os conhecimentos adquiridos em sua trajetória histórica. Esta capacidade tem sido a chave da constante superação da condição humana, através da construção sempre dinâmica de paradigmas e esquemas que instrumentalizam possibilita cada homem a procurar uma apropriação crítica da cultura e das estruturas ontológicas mais significativas.

Esta transmissão do conhecimento é processual, histórica e social, realizando-se em diferentes níveis:

a) O nível do senso comum - é um nível primário do conhecimento, formado pelas estruturas básicas da sociabilização; realizado através da transmissão da linguagem, dos papéis sociais e sexuais, dos valores, dos mitos e estereótipos, dos costumes, do imaginário religioso, das crenças e tabus, das instituições e formas de pensar e viver, que envolvem comportamentos e mentalidades.

Apresenta-se com um discurso institucionalizado e normativo. É fragmentário, desconexo, superficial, determinista, geralmente preconceituoso e conservador, integrativo e próximo da irracionalidade. Neste nível, o homem tem sempre uma visão muito simples do mundo e das coisas e torna-se presa fácil das ideologias, dos irracionalismos e de todas as formas de degradação da compreensão do mundo e dos fenômenos e fatos da realidade.

O processo educativo é, camuflada ou assumidamente, um processo de enquadramento social. Não podemos fugir desta certeza básica ao considerar o espaço escolar para análise da

Filosofia e suas contradições. A escola apresenta-se sempre como uma instituição científica e oficial da sociedade, na formação cívica, moral e política do homem. Mas a escola tem frequentemente se transformado na negação da ciência e de seu espírito fundamental, de liberdade analítica, investigativa e crítica. Vemos triunfar na escola uma apresentação fragmentária das ciências, um saber distante do viver da maioria das pessoas, uma domesticação da criatividade e da inventividade em nome de uma suposta ordem comportamental e moral. A desqualificação da escola tem acompanhado a viabilização de uma nova forma de enquadramento e de alienação muito mais eficiente; a televisão. Desta carência de um pensamento crítico, analítico e científico resulta um empobrecimento das consciências das pessoas, incapazes de dar-se conta das principais formas de sua mais completa mediocridade. Ao invés de superar o senso comum, através de uma rigorosa ordenação das diferentes áreas do conhecimento, a escola esgotou-se no reforço mais cabal deste nível de saber, pois o senso comum é o elemento primário das ideologias conservadoras e tradicionais.

A superação do senso comum, todavia, não se reduz a um ato mágico ou messiânico, mas é muito mais uma atitude de permanente confronto, de um esforço sempre constante de reunir elementos para uma análise crítica dos fatos e acontecimentos através da busca coerente e exigente de uma consciência racional e organizada da realidade.

Enquanto seres humanos, condicionados pela realidade natural e histórica, temos, como ponto de partida para uma

inserção significativa no mundo, que perceber de maneira clara as contradições da realidade para interagir com ela.

O filósofo procura uma compreensão científica do comportamento humano, da sociedade, do conhecimento em si, da cultura e da história. O conhecimento científico, que a Filosofia propugna, também é dinâmico e processual. Neste rumo a Filosofia poder contribuir com o resgate de uma visão global do conhecimento humano em toda sua trajetória. A transmissão do conhecimento não pode ser relacionado exclusivamente com escola, ela é apenas um momento. Neste sentido, a Filosofia, presente na escola, realizaria um dos momentos da educação para a liberdade, para a condição plena de ser.

Temos que buscar, pela reflexão potencialmente crítica, o desvendamento das tantas causas da produção da miséria e da alienação atual, com o objetivo de encontrar formas de resolvê-las.

Possuimos uma auto-consciência muito fragmentada. Através da reflexão filosófica, em sua intensidade antropológica, podemos perceber que pensamos ser somos muito mais o que as pessoas dizem que somos,, do que, aquilo que, na verdade somos. Este conflito primário é fundante da atitude filosófica, para além dos casuismos da ciência abstrata. Ao contrapor à consciência ingênua do adolescente, que não é capaz de analisar a realidade de maneira global, dominado pelo fatalismo, pela passividade, pela superficialidade, por uma atitude contemplativa e submissa das coisas, uma consciência aberta e dialética, capaz de dizer as coisas com conteúdo e

vigor, através da recolocação criativa das principais questões e problemas que envolvem nossa existência, o professor de Filosofia refaz o questionamento primário que configura todo o filosofar. Não que sejamos também ingênuos, a ponto de acreditar que possamos nos desvencilhar magicamente do senso comum. Sabemos o quanto ele está sempre presente. A forma de lutar contra o senso comum é a atitude de estar pronto para rejeitá-lo.

A Filosofia quer, portanto, o "status" de uma reflexão científica sobre a realidade. Retoma, nesta busca, os principais elementos que a confrontam com as formas históricas da alienação, desde os tempos primitivos, ou seja, os vários tipos de consciência: mágica, a mitológica, animista, religiosa, idealista, etc...

A ciência é uma conquista histórica do homem, este conseguiu atingir o estado científico através do esforço da organização de tantas observações, dados, experiências e fenômenos de sua trajetória histórica. Não se entende aqui por Ciência uma mera comprovação de fatos, mas uma adequada correlação lógica entre eles, uma teoria, um conjunto de conhecimentos capaz de fornecer ao homem uma explicação plausível e racional da realidade.

O homem assimila estes fatos, observações, dados, experiências e constrói, através do avanço histórico e cultural, a sua identidade racional. O mundo grego construiu a principal forma de consciência racional, materialista e científica da realidade, na superação de uma consciência

mitológico-religiosa do mundo por uma consciência científico-teórica. Esta é a contradição fundante da Filosofia. Depois de construir-se entre diversas expressões e movimentos no mundo grego, em suas diferentes fases históricas, inaugurando as condições fundamentais que possibilitaram, séculos mais tarde o advento da Ciência e da Técnica, a filosofia viu-se reduzida a um sincretismo idealista-religioso, próximo a uma teologia racional durante toda a Idade Média. Apesar de muitas contribuições, entre as quais a de construir todo o imaginário medieval, além de, mesmo sob as formas da teologia, manter o significado da cultura clássica e uma valorização da razão que antecipava, na Escolástica tardia, o racionalismo moderno, a Filosofia só foi resgatar sua mais notável expressão com a emergência da modernidade. A Modernidade, em sua ruptura com o pensamento determinista, clerical, supersticioso, preso aos dogmas de autoridade, aos privilégios e ao poder, conservador e místico, foi, sobretudo, baseado no resgate da identidade temática grega da Filosofia. A consciência científica e racional ressurgiu com vigor nos primórdios do sec. XVI por força das concepções burguesas revolucionárias. Descartes, Bacon, Spinoza, Kant, realizam as rupturas com o medievalismo, propondo novas formas de pensar, de conceber o mundo, o conhecimento, o homem e a sociedade. Separam, de vez, a Filosofia da Religião, afirmando que o conhecimento não é uma iluminação ou revelação, é uma questão de método, de observação, de experimentação. Superam a atitude passiva frente ao mundo, direcionando o homem para a

dessacralização da natureza, colocando-a dentro do projeto de transformação burguesa que se processava. A filosofia moderna torna-se a matriz das ciências modernas que, dentro da divisão e do avanço do projeto econômico-político que se movimentava, separa-se da origem filosófica, adquirindo uma autonomia de objetos específicos, métodos e formas que se constituíram em áreas especializadas e independentes do saber.

No séc. XIX as ciências atingem o seu ápice: acreditava-se que o homem tinha chegado ao "paraíso científico". A identidade do movimento histórico burguês impôs ao desenvolvimento científico uma especialização e fragmentação sem par, a ponto de opor diferentes áreas do conhecimento, burocratizar sua metodologia e condicionar seus objetos e finalidades. A Filosofia, por força desta marcha histórica e pelo triunfo de uma identidade experimentalista, foi relegada a uma função marginal.

A especialização e a fragmentação da produção científica acabaram por separar áreas e campos do conhecimento humano, divorciando o progresso técnico do progresso moral, o progresso técnico da evolução ética. Na superação destas dicotomias reside o vigor do questionamento filosófico. Não se trata de um ato de prepotência ou superioridade, por parte da filosofia, mas sim do reconhecimento histórico de um saber que, por razões essencialmente racionais e históricas, é capaz de trazer a autocrítica e o distanciamento potencial para uma correção de caminhos.

Apesar das inúmeras contradições da consciência científica atual, os maiores problemas da época em que vivemos só poderão ser racionalmente encaminhados através do resgate de uma racional e equilibrada análise da realidade. Não se trata de desqualificar as ciências atuais, mas, questões como os contrastantes desequilíbrios sociais, AIDS, Ecologia, injustiças, miséria, subdesenvolvimento, a crise das ideologias, o papel dos M.C.S., e tantas outras de abrangência estrutural, só poderão ser devidamente abalizadas com o resgate de um conceito amplo de ciência. Daí o vigor do discurso filosófico neste momento. De uma filosofia que se enquadre nas linhas que determinam sua especificidade histórica como saber global, totalizante, dinâmico e científico.

Tal pensamento científico deve ser sistemático, rigoroso, comprovado e legitimado por uma comunidade científica reconhecida. Constroi-se a ciência com métodos, teorias, pesquisas, experiências, hipóteses, dados, observações, generalizações e leis sobre os diversos objetos de estudo ou análise. Não se faz Filosofia sem colocar ou resgatar esta base fundamental que é a investigação ordenada do mundo, como prévia condição para uma vida livre e efetivamente humana. Só assim se pode realizar, dentro dos principais objetivos da escola de segundo grau, que seria a de superar um saber simplista e superficial do senso comum, uma elevação cultural da própria consciência humana.

A Filosofia, ao contrapor-se a este pensamento simplista do senso comum deve ter as formas de uma crítica da



ideologia. A sociedade em que vivemos, capitalista em sua essência, é uma sociedade de classes. Com esta estrutura, o lugar social determina a forma de pensar e de ser. No processo de formação das identidades sociais as classes dominantes inferem os elementos e as formas ideológicas capazes de produzir uma consciência alienada. Nesta sociedade há a atuação de mecanismos de ocultamento da realidade, que produzem uma consciência alienada da realidade e neste processo o enquadramento escolar supera o processo domesticador da família, pois abre estruturas mentais e de análise que se transformam em coordenadas fundamentais para a vida de um novo cidadão.

Estes pressupostos são fundamentais para uma adequada análise do processo educativo, já que é nele que pretendemos inserir a identidade de uma nova Filosofia. O processo educativo é uma das formas de produção da consciência alienada numa sociedade de classes, pois reporta-se, pelos mecanismos do Estado e da sociedade vigente, aos valores das classes dominantes. Como a Filosofia tem por coordenada mais original a crítica das formas alienadas de conhecimento deverá procurar organizar o outro polo desta relação de dominação - a cultura popular. Não que isso seja uma forma de mero mecanicismo político ou uma visão maniqueísta do mundo, pois ao buscar uma consciência coerentemente dialética da realidade pressupõe-se que todo o espaço é contraditoriamente um espaço de tensão entre o enquadramento e a resistência, a legitimação e a rebeldia.

A nossa atuação, como intelectuais, trabalhando com a Filosofia, será sempre nas esferas das significações. Somos profissionais da palavra e do saber. Toda a nossa atuação é política porque supõe uma definição de classe e nossa postura ante uma sociedade dividida, envolve um comportamento e uma realidade.

A Filosofia considera a ideologia como a base da construção de um imaginário social de uma época ou grupo humano. A ideologia é também um conjunto de significações, de idéias e valores que configuram uma determinada visão de mundo, tornando-se o cimento das classes sociais justificando ou legitimando as relações sociais, tornando-se, em suas formas institucionais o mais cabal dos elementos de reprodução social. É o discurso institucional legitimador.

Podemos definir ideologia também de maneira bastante abrangente. Ela pode se apresentar de diferentes formas; quer como coerentes explicações da realidade, como pensamento conservador das estruturas em inversões tão grandiosas quanto eficientes como no pensamento religioso, quando faz parecer divina ou natural aquilo que é humano, social e histórico. Poulantzas define-a como "uma projeção, em um mundo imaginário, da sua essência mistificada, em suma, a reconstituição ideal e alienante da sua essência, objetivada-alienada no real econômico-social. A ideologia, decalcada sobre o esquema da abstração-alienação, identifica-se com a "falsa consciência"<sup>51</sup>

---

51. Poulantzas, N. 1977, pg 190.

Pode ser definida como camuflagem e ocultamento das contradições, como resignação e passividade, com extensão nas expressões mais formais como nos tradicionais discursos institucionalizados. O processo educacional é um dos mais eficientes ou privilegiados mecanismos de reprodução ideológica. Nesta direção Gramsci denuncia a ideologia como "consentimento ativo" das classes dominadas, que incorporam a mentalidade da concepção dominante. Ou ainda, na célebre definição de Althusser, da ideologia como estrutura do Estado, assentada no exercício e na eficiência dos "aparelhos ideológicos". Daí a necessidade de uma Filosofia de largo alcance político, além de seus conteúdos morais e científicos. Prescindir desta análise é reproduzir uma filosofia que já não tem nada a dizer a um mundo complexo e injusto. A Filosofia pode ser um elemento ousado e dinâmico de múltiplas indagações e questionamentos, tanto para a escola como para cada aluno e professor. Através dos conceitos educacionais, das posturas pedagógicas, das relações humanas estabelecidas se reforçam ou se questionam as bases da sociedade em que vivemos.

Ao considerar tantas possibilidades e desafios para o ensino da Filosofia não podemos deixar de analisar as formas e contradições de suas identidades históricas. Podemos afirmar, com trágico destaque, que "A EDUCAÇÃO SEMPRE FOI, NA TRADIÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL, PRIVILEGIADA DAS ELITES." A Filosofia esteve condicionada por esta realidade: ela foi, muitas vezes, a expressão mas acabada deste elitismo. Disto

resulta que ,para uma nova identidade da Filosofia no Brasil,e  
consequentemente de ,uma nova compreensão do papel da educação  
e da escola,torna-se fundamental a luta pela superação de uma  
ordem social onde estas estruturas estão a serviço tanto da  
alienação como das mais eficientes formas de escravidão do  
espírito e da inteligência da maioria de nosso povo.

### 3. A IDENTIDADE HISTÓRICA DA FILOSOFIA NA ESCOLA SECUNDARIA

Já definimos anteriormente que entendemos a filosofia como produto histórico. É a matriz histórica que define seu papel cultural e condiciona as diferentes abordagens das mesmas e básicas questões que se transformam em seu objeto. Desta maneira, ela pode ser apresentada de diferentes formas, já que a riqueza de suas construções históricas e metodológicas isto possibilita. Na tradição cultural brasileira, porém, a Filosofia quase sempre pautou-se por uma identidade conservadora, comprometida com as posturas, valores e formas de pensar das classes dominantes, quase que reduzida à uma mera transposição de discussões e de estruturas de pensar européias, sem muita afinidade com a compreensão de nossa realidade.

Neste sentido, inúmeros estudos já abordaram as diversas e complexas relações históricas e políticas que determinaram esta identidade. A tradição jesuítica foi a primeira grande estrutura educacional do nosso país e, como sabemos, foi marcadamente uma educação elitista, comprometida com a expansão lusitana, dentro do processo maior da expansão européia dos séculos XV e XVI. A educação missionária

jesuítica impunha-se aos povos conquistados, escamoteando ética e juridicamente a empreitada colonialista, prestando-se a uma função ideológica definida. Concernente com a política do mercantilismo, a educação jesuítica voltava-se, não só para o adestramento e domesticação do gentio, mas para a formação das classes e categorias dirigentes da própria colônia, além de outras funções secundárias.

Depois da fase extrativista, os portugueses voltaram-se para a exploração agrícola, que se tornava a "salvação" do pioneirismo mercantil. A colonização do Brasil, montada no século XVII e XVIII, em diversas fases e formas, foi confiada a grandes comerciantes, já que o reino de Portugal não tinha recursos para custear todo o processo colonizador. O objetivo da colonização brasileira era o lucro mercantil e todo o sistema colonial, inclusive a aculturação do indígena sob a justificativa de "propagar a fé católica" era para confirmar este objetivo.

Dentro desta perspectiva, podemos afirmar que a colonização do Brasil enquadra-se no desenvolvimento do capitalismo ibero-europeu, na passagem da fase mercantil para a industrial. A burguesia mercantil portuguesa, que desde os séculos XII e XIII detinha o poder político pela centralização monárquica, é capaz de procurar novos mercados para expansão de seu comércio, o que determina a formidável expansão naval lusitana nos séculos posteriores.

O primeiro ciclo colonizador fora determinado pela extração costeira do pau-brasil. Além do rápido esgotamento e das dificuldades desta empreitada havia os constantes saques de holandeses e franceses nas costas brasileiras, o que inviabilizava a vigilância militar, dada a proporção do território. A solução para a manutenção lucrativa das terras descobertas era mesmo a colonização agrícola, que se estruturou a partir de 1530, com o regime das capitanias hereditárias, que logo consagrava a monocultura açucareira. A Capitania de São Vicente e a de Pernambuco tornaram-se os polos de povoamento e os centros regionais da colonização portuguesa. Em solo fértil, a terra "massapê", a cana-se-açúcar torna-se o motor da primeira estrutura econômica e social do Brasil-Colônia, que pouco a pouco centraliza-se no Nordeste. <sup>52</sup>

Situados, em linhas gerais, neste processo histórico, buscamos considerar o papel da educação jesuítica e, dentro dela, a identidade da Filosofia vivida, pensada e ensinada, formal e informalmente. Recorremos a um texto do professor Saviani, que diz:

"a compreensão da trama da história só será garantida se forem levadas em conta os "dados dos bastidores", vale dizer, se se examina a base material da sociedade, cuja história está sendo reconstituída... implica investigações de ordem

---

52 - CAIO PRADO JR, "HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL", 24ª Ed., SP, Ed Brasiliense, 1980.

econômica, política e social do país em cujo seio se desenvolve o fenômeno educativo que se quer compreender, uma vez que é esse processo de investigação que fará emergir a problemática educacional concreta." 53

Somente dentro desta metodologia temos possibilidade de compreender as diversas contradições do processo colonizador do Brasil e, dentro dele, da questão educacional.

A educação visava, na colonização brasileira, viabilizar a construção dos mecanismos e meios de exploração, dividindo-se em preparação da elite e catequese e instrução religiosa e moral para o nativo, conforme temos historicamente documentado na primeira estrutura educacional jesuítica. O primeiro plano educacional para ao Brasil, organizado pelo Pe. Manoel da Nóbrega, visava catequizar os índios e os filhos dos colonos, incluindo o ensino de português, a doutrina cristã e a "escola de ler e escrever" - como parte obrigatória. Era opcional o estudo de canto, música, aprendizado profissional e, nos casos previstos, a conclusão na Europa. O plano vigorou de 1570 a 1759. Entre outras formas servia também para recrutar vocações sacerdotais entre os nativos. Este plano educacional de Nóbrega divergia da proposta oficial dos jesuítas, que não previa um aprendizado tão estruturado, reduzindo-se a uma formação religiosa. Contudo, lentamente se diferencia, na prática, estes objetivos, transformando-se em uma instrução

---

53. SAVIANI, D. "EDUCAÇÃO DO SENSO COMUM A CONSCIÊNCIA FILOSÓFICA", Ed Cortez - Autores Associados, SP, 1980, pp 126."



dos colonos e seus filhos e reduzindo-se a uma rigorosa catequese aos nativos.

A educação feminina destinava-se ao ensino das habilidades para a desincumbência das tarefas domésticas. Os livros, os instrumentos necessários à educação, as bibliotecas, os primeiros dicionários e a primeira gramática em língua tupi, todos estes meios estavam sob domínio dos Jesuítas. Controlando os Colégios e a formação escolar os Jesuítas rapidamente monopolizam a educação formal. Sabemos que muitas pessoas buscavam a ordem religiosa dos Jesuítas, tanto entre os nativos como entre os filhos dos colonos, não tanto pela vocação religiosa, mas pela promessa de ascensão social.

#### 4.A Filosofia dos Jesuitas.

Percebe-se que a educação é o processo privilegiado de consolidação dos objetivos econômicos e políticos. Pela história percebemos a dependência religiosa de nosso povo, a divisão e elitização da educação, a ignorância, passividade e submissão popular como resultados. O professor Georges Gusdorf assim define as estruturas e as consequências do ensino jesuítico no Brasil:

"O colégio jesuíta, genial invenção pedagógica, nada tem de uma universidade; é um sistema de formação da personalidade conforme a norma humanista das Belas-lettras. Dele saem homens do mundo, capazes de figurar honrosamente no grande jogo social e devotados ao serviço do soberano e da Igreja. A busca da verdade por si mesma não faz parte das finalidades do Colégio, em que se formam por muitos anos as elites do Brasil."<sup>54</sup>

Assim, vemos que nossa tradição cultural, transplantada da Europa, já nasce com uma identidade definida. O prof. Thiago A. Lara afirma, em seu estudo sobre a Filosofia no Brasil, reportando-se à forma com que foi constituída nossa cultura:

<sup>54</sup> - GUSDORF, G. "A FILOSOFIA E A UNIVERSIDADE", in A FILOSOFIA E O ENSINO DA FILOSOFIA - Teses e debates, Ed Convívio, SP, 1979, pag 52.

"Foi um ato de dominação, de desapossamento, de desrazão. E foi um ato constitutivo de periferia.(...) A nossa cultura nasce despossuída de si mesma, dominada. De tal maneira que, traçar os caminhos da razão, na história de nossa Pátria, é traçar os caminhos da dominação cultural."<sup>55</sup>

O monopólio cultural e educacional dos Jesuítas imprime um caráter reacionário e anti-modernista na nascente sociedade colonial, permanecendo até meados do século XVIII. A expulsão dos Jesuítas e o crescente triunfo das idéias iluministas na Europa, produzem eco na pequena aristocracia pensante dos raros centros urbanos do Brasil barroco, vivendo já a decadência do ciclo minerador. Mas mesmo com a expulsão dos jesuítas, dentro do processo de renovação portuguesa, as estruturas educacionais e as formas e estruturas pedagógicas permaneceram basicamente as mesmas do ensino jesuíta. A Profa. Tereza Cartolano assim define este movimento:

"Embora parcelado, fragmentário e de baixo nível, o ensino orientou-se ainda para os mesmos objetivos religiosos e livrescos dos jesuítas; realizou-se através dos mesmos métodos pedagógicos, com apelo à autoridade e à disciplina estreitas, tendendo a impedir a criação individual e a originalidade."<sup>56</sup>

<sup>55</sup> - LARA, T. A. "OS CAMINHOS DA RAZÃO NO OCIDENTE", Ed Vozes, Petrópolis, RJ, 1983, pag 144.

<sup>56</sup> - CARTOLANO, M. T., op. cit., pg 28.

Esta situação permanece inalterada depois da independência, que foi o resultado histórico das transformações do capitalismo europeu, capitaneada pela hegemonia inglesa. O século XIX foi decisivo para a ruptura colonial brasileira, acelerada pelas contradições do colonialismo português frente à crescente industrialização dos países mais avançados. Com a independência em 1822, embora permanecendo uma economia de base agrária, surgia nas cidades uma significativa camada média, prestadora de serviços, formada por bacharéis, comerciantes e funcionários, que tinham tomado importância desde a vinda da família real (1808) para o Rio de Janeiro. Todavia a identidade da escola e a função do sistema educacional não se altera, continua a servir aos interesses das elites agrárias, incorporando agora estes segmentos intermediários, dependentes e serviçais. A criação de colégios e escolas, que se acentua no Império, marca-se por contemplar os interesses desta crescente camada média urbana, reproduzindo curso técnicos em substituição à carência da formação universitária superior.

A Profa. Cartolano afirma que os "cursos de filosofia foram impregnados desse espírito humanístico e universalista"<sup>57</sup> durante este período, próprios do triunfo das idéias iluministas na França. No Colégio D. Pedro II a Filosofia é introduzida em 1838, denotando a manutenção de sua trajetória na escola de segundo grau. A independência política não se traduziu em independência econômica e muito

---

57. Idem, pg. 26.

menos cultural. Embora a literatura tenha ensaiado um movimento nativista, ainda estava por demais presa aos padrões europeus. No campo da filosofia repete-se o fato: os poucos pensadores brasileiros são dominados por um ecletismo superficial e mesquinho que nada acrescentava à pobre tradição filosófica de então.

Ao final do século XIX o círculo intelectual brasileiro desperta para algumas idéias que avassalavam a Europa, numa reação ao liberalismo iluminista: o Positivismo. A profa Cartolano assim define a identidade deste movimento, comentando a reforma de Leôncio de Carvalho em 1879:

"As idéias positivistas já se faziam sentir no interior de nossas escolas e notava-se um interesse acentuado pelas ciências, buscando nelas soluções ou respostas para todos os problemas levantados. Essas idéias surgiam, contudo, não entre os latifundiários e fazendeiros de café, mas dentre os representantes da nova burguesia emergente, de comerciantes e burocratas, que se estabeleciam nos aglomerados urbanos e tinham acesso às faculdades de direito e às escolas técnicas: à Central e à Militar."<sup>58</sup>

Posicionando-se como progressistas, foram estes grupos que ideologicamente construíram as principais teses abolicionistas e republicanas no Brasil novecentista. A proclamação da república, em 1889, marca a junção dos

---

<sup>58</sup> - *Ibidem*, pg 31.

interesses desta camada média pensante e emergente com a aristocracia progressista - liberal liderada pelos cafeicultores paulistas. Mas, tão logo se consolide o novo regime, a aristocracia cafeicultora descarta a influência progressista das camadas intermediárias. A Reforma Benjamin Constant, de 1889, consagrando a gratuidade e laicidade do ensino primário, pauta-se por uma notável inspiração positivista. Na escola média a Filosofia não aparecia como disciplina, era transformada, segundo os princípios positivistas ortodoxos, em uma inspiração ética e pedagógica fundamental supra-científica. A profa. Tereza Cartolano endereça um duro comentário a estas iniciativas de reforma, realizadas por B. Constant, ao afirmar:

"O que ocorreu na realidade, em vez de reforma, foi um mero acréscimo de disciplinas científicas às tradicionais, tornando o ensino ainda mais enciclopédico."<sup>57</sup>

O Positivismo, em suas diversas vertentes, foi fecundo no Brasil, sobretudo na crítica à religião e à metafísica, impondo alguns pressupostos materialistas e evolucionistas próprios da discussão que se travava na Europa. Luis Pereira Barreto, Tobias Barreto, Silvio Romero e Farias Brito, em caminhos diferentes, testemunham este momento. Nenhuma das obras destes autores, em seu desenvolvimento particular, contestava o caráter anti-popular, anti-liberal e autoritário

<sup>57</sup> . CARTOLANO, op. cit., pg 38.

do positivismo, que acabou por engendrar as principais instituições do Estado brasileiro, imprimindo-lhe um caráter aristocrático e anti-social.

Extremamente retórico e eclético, eivado do cientificismo evolucionista e de um acento militar e moralista, o Positivismo embasa a Constituição de 1891, consagrando, outra vez, uma cultura sistematizada, uma filosofia e uma escola alheia aos interesses efetivamente populares e democráticos.

## 5. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA FILOSOFIA NO SEGUNDO GRAU

A filosofia, enquanto uma abordagem científica do conhecimento, historicamente situada, deve ser apresentada, em primeiro lugar, dentro de sua própria dinâmica histórica. Ao apresentar a filosofia, em suas linhas e referenciais históricos, dentro da evolução e constituição das demais ciências, resgatando suas especificidades, abrimos perspectivas para uma efetiva análise de nosso tempo, no papel das ciências e nas perspectivas políticas atuais, que permita ao educando situar-se frente ao mundo tomando consciência de que a sociedade em que vivemos tem uma trajetória histórica e que, nesta sociedade, cada ser, cada pessoa é por si própria

responsável pelo seu tempo, pela sua existência e pela sua época.

Talvez seja este o principal ponto de atração e de identidade da filosofia no ensino médio. Ao trabalhar as questões fundamentais da existência pessoal e social o filósofo faz prevalecer a eficácia de sua condição de marginalidade, como diz o prof. Gianotti:

"Mas essa permeabilidade do filósofo, assim como a de qualquer outro universitário, não deve ofuscar o fato de que a maior utilidade social dele ainda reside na sua marginalidade, espaço onde lhe cabe fazer a crítica do presente e encenar as silhuetas do futuro."<sup>60</sup>

O mesmo estudo do prof. Gianotti, ao contemplar a pesquisa filosófica no Brasil, aponta para "os preconceitos que marginalizam a atividade filosófica ao mesmo tempo que a envolvem numa aura que a projeta para fora da realidade."<sup>61</sup>

Em todo este processo, é preciso quebrar esta dupla contradição de identidade. E, fundamentalmente, ao poder reconstruir sua identidade na escola de segundo grau, bem como na universidade brasileira, a filosofia pode romper com "o caráter artesanal da socialização deste saber filosófico", em consagrada expressão ainda do prof Gianotti. A saída para este

60. GIANOTTI, J. A. A PESQUISA FILOSÓFICA NO BRASIL, in MANUSCRITO, Revista do Centro de Lógica e Filosofia de IFCH- Unicamp, Julho de 1983, pg 125.

61. Idem, pg 124.



hermetismo arrogante tanto quanto improdutivo estaria em encontrar uma forma de se enquadrar criativamente como interlocutora da compreensão da realidade pessoal concreta, numa estreita e vigorosa análise da realidade brasileira. Não se trata de confundir uma filosofia brasileira com uma filosofia que se faz no Brasil. Gianotti é brilhante ao afirmar:

"Por isso uma filosofia se tornará brasileira se brasileiros começarem a se entender por intermédio da filosofia. E na barbárie em que estamos submersos, na crise de qualquer forma tradicional de racionalidade, a Filosofia como crítica radical, movimento do pensar sempre disposto a se dissolver em suas próprias pressuposições, pode ter um papel nuclear no trabalho de tecer novas formas de sociabilidade. "42

Para avaliar a retomada deste viés crítico, que deverá ser a matriz do discurso filosófico, é preciso considerar a situação atual da escola na estrutura do Estado. A Escola já não é mais o veículo apropriado da ideologia, embora conserve sua parcela de poder, neste sentido. O capitalismo monopolista, associado aos nacionalistas de verniz, sobretudo no regime pós-64, através da socialização dos meios de comunicação de massa, já são capazes de dar conta da função

---

42. *Ibidem*, pg 126-127.

ideológica maior, que é a de mascaramento da realidade. Diz o prof. Severino:

"Não é sem razão que os meios de comunicação de massa passam a competir diretamente com as instituições formais de ensino: com efeito, o produto cultural que se quer distribuir, expurgado de qualquer reelaboração personalizada e crítica, inserido apenas num contexto cultural de superfície mas com alto significado ideológico, se torna mais acessível às grandes massas através destes meios formadores da opinião pública".<sup>65</sup>

Compreendendo estas bases estruturais é que podemos situar o trabalho dos filósofos e dos educadores em geral. Não que haja uma capacidade ou qualidade soteriológica no discurso filosófico somente, mas em toda produção científica coerente e honesta. Fatalmente esta posição exige a definição política prévia, pela transformação da realidade e, no caso da Filosofia, se torna esta posição, precisamente, a sua mais realizada identidade e vocação. Diz um fecundo texto ainda do Prof. Severino:

"Esta é uma tarefa solidária e coletiva. Não é obra de um pensador isolado. A reflexão filosófica enquanto processo de pensamento crítico é atividade humana que vem sendo desenvolvida em todos os quadrantes da cultura humana e em todos os momentos

---

<sup>65</sup> - SEVERINO, A. J. "EDUCACAO E IDEOLOGIA E CONTRA-IDEOLOGIA" SP, 1988, pg 93.

da história da humanidade(...) Filósofos, os educadores são também políticos. Impõe-se-lhes uma práxis que seja coerente com seu discurso contra-ideológico.<sup>44</sup>

Fois ao apresentar, frente ao educando da escola média, a Filosofia<sup>45</sup> refaz a atitude mais genuína, que a caracteriza na sua história, como sempre se colocou frente aos tantos interlocutores de sua sustentação. Caio Prado Jr. assim expressa esta realidade:

"Esse o tema central da filosofia, a saber, o desenvolvimento desta dialética do ser humano que, a partir de sua indiferenciação no seio da natureza em que se emparelha com as demais feições e ocorrências, com as quais nela coabita como simples parcela envolvida no conjunto universal em pé de igualdade, e nele arrastado passivamente na mesma determinação geral que é do todo e transcende as suas partes; a partir daí vai o ser humano, progressivamente e de forma cada vez mais acentuada e generalizada, fazendo-se ele próprio, em si e por si."<sup>45</sup>

O despertar para esta dimensão foi de extrema importância em nossa prática pedagógica. E dentro destas diretrizes procuramos desenvolver a proposta de que a

---

<sup>44</sup>. Idem, pg 100.

<sup>45</sup>. CAIO PRADO JR. "O QUE É FILOSOFIA", in COL. Primeiros Passos, Ed Brasiliense, SP, 1984, pg 101.

Filosofia, ao retomar seu lugar tradicional na estrutura curricular de segundo grau, não o faz de maneira meramente burocrática ou legitimada por uma identidade histórica, mas deve construir-se novamente, como uma forma de conhecimento que tenha eficácia e originalidade dentro da realidade e do momento histórico que vivemos, marcado pelas suas peculiares contradições, entre as quais ela própria se situa. Neste processo de construção de sua identidade, sentimos que a Filosofia deve privilegiar três grandes vertentes ou questionamentos:

a. como primeiro questionamento deve a Filosofia passar ao aluno um referencial ético e existencial. Há hoje uma ausência deste discurso e dimensão. De certa maneira reportamo-nos à atitude socrática, ao questionamento vigoroso que Sócrates estabeleceu frente à sociedade de sua época e, transcendente a esta, à cultura da humanidade ocidental. Ao privilegiar esta atitude socrática, resgatá-la com intensidade em nossa prática pedagógica, captamos, muito mais que uma mero conteudismo histórico, a vocação essencialmente humana que é a de gerar sentido sobre sua existência, de responder aos apelos de significação e de compromisso que decorre de cada existir, de cada ser ser frente à sua época, ao seu tempo e frente às estruturas a que todos nos encontramos condicionados.

Assim procuramos, ao mesmo tempo em que apresentamos os limites e condicionamentos que também circunscrevem a atitude socrática, recuperar uma indagação semelhante, consideradas as

proporções e limites de nossa realidade. Acreditamos que, nessa vertente existencial, que parte de um questionamento mais pessoal, é de suma importância uma aproximação à uma hermenêutica de cada existir, quando cada um de nós defronta-se com a realidade de fazer-se no mundo, construir os parâmetros e dimensões de sua existência. De certa maneira, vale dizer, torna-se extremamente rica em significado e exploração pedagógica, a máxima socrática: **"Uma vida que não é examinada não merece ser vivida."** Na estrutura curricular de segundo grau a filosofia é a disciplina, se assim a chamamos, que mais capacidade tem de promover este questionamento. Talvez possa aqui entrar em processo de colaboração com a literatura, também rica em documentos e reflexões que possibilitam ao educando uma indagação existencial. Mas acreditamos que a Filosofia tem a densidade maior de exigir esta indagação por embasá-la na pessoa do educando e não nos textos ou recursos metodológicos.

Os textos, a exigência de uma redação própria, o apelo à uma crítica dos acontecimentos pessoais e sociais, a cobrança de uma postura frente as contradições e fragmentação de nossa época tornam os lugares e formas próprias de renovar este questionamento.

A partir deste referencial antropológico e humanista construímos uma identidade toda peculiar da Filosofia, enquanto exercício de reflexão pessoal, enquanto auto-crítica e busca de sentido, enquanto compreensão dinâmica das diversas

formas que toma a nossa existência histórica. Esta vertente é de tal maneira rica que frequentemente encontramos nos alunos repercussões desta atitude em outras áreas e disciplinas, principalmente naquelas que supostamente menos se preocupam com estas dimensões.

b. Num segundo momento e questionamento voltamo-nos para a perspectiva social. É importante apresentar ao aluno da escola média as concepções teóricas e históricas básicas de interpretação da realidade, para uma compreensão das estruturas sob as quais vivemos e existimos. Nesse vértice, a filosofia se torna a crítica, no seu sentido mais positivo e científico, junto às demais áreas do conhecimento, da injustiça, das opressões, das grandes disparidades sociais de nosso tempo e sistema de vida. Preocupa-se a Filosofia dos questionamentos mais fecundos de nosso tempo, a saber, o Terceiro Mundo, a Ecologia, a Informática, o papel das Ciências, a destruição do ambiente, a solidão do indivíduo na sociedade contemporânea, os dilemas dos países pobres, a fome, a discriminação sexual e racial, a violência e suas dimensões estruturais e pessoais.

Esse referencial ético da filosofia não tem rival na escola média. Não há outra área do conhecimento capaz de sensibilizar e questionar mais os alunos que a filosofia, neste campo. Talvez a literatura, que sempre é convidada a trabalhar com os conteúdos filosóficos fundamentais, mas esta se encontra, por razões de sua trajetória histórica, por demais abstrata ou simbólica. Ao promover a superação do senso comum, do egocentrismo primitivo, das formas fragmentárias de ver e analisar o mundo, a filosofia pode ser um convite e apelo à retomada da construção de um homem novo. Ao passar deste referencial pessoal, sem redundar num subjetivismo, que seria pernicioso, mas operando a segura e científica leitura da realidade social, a filosofia abre ao aluno uma sensibilidade histórica, muitas vezes única, dado que as outras agências de informações, sobretudo a família, a televisão e os meios de comunicação, são omissos nesse aspecto de solidariedade universal ontológica a que, necessariamente, o adolescente se sente sensível.

c. Numa terceira dimensão construímos o questionamento da filosofia frente às demais ciências. Neste sentido é de suma importância um referencial crítico à construção de ciência, à sua identidade empirista, à sua identidade objetiva, pragmática e utilitarista, à perda dos referenciais éticos, à perda das

características humanísticas, sobretudo operada pelo advento do capitalismo avançado .

Ao criticar a ciência, a filosofia relativiza esta crítica no sentido de demonstrar os condicionantes históricos da ciência, a sua identidade positivista e hoje, principalmente, da ciência colocada a serviço das grandes estruturas de poder. De certo modo resgata também uma compreensão abrangente de ciência, fundamentada numa visão aberta do conceito que permite, inclusive, privilegiar as ciências humanas, invertendo a valorização tecnicista e, ao mesmo tempo quantitativa, para colocar o homem e a sua obra, a sua história, a sua dimensão e condição, como centro básico da história das sociedades.

Estas três vertentes são fundamentais para a construção de um planejamento de filosofia. Em primeiro lugar, a busca de um referencial existencial que, de certa maneira, encontra eco na estrutura de vida, na perplexidade do adolescente frente ao existir, na sua própria dimensão existencial. Em segundo, a procura de uma crítica social abrangente, capaz de demonstrar-lhe, ao mesmo tempo, as diversas estruturas sociais e as injustiças que elas implicam como também abrir-lhe perspectivas para um conhecimento operante, um conhecimento que tenha história e eficácia, superando, ainda que de maneira lenta, o egocentrismo primitivo, a atividade egocêntrica de pensamento, incapaz de transcender às próprias condições pessoais, sociais e de classe. Resgata-se aqui a dimensão



utópica, em seu sentido original, da reflexão filosófica. E em terceiro lugar, introduzi-lo numa crítica à direção, à função e ao entendimento do papel das ciências em nossos dias.

Ao mesmo tempo em que insistimos na crítica à ciência ideologizada, à ciência hoje circunscrita à pesquisa tecnológica, às ciências despidas de referenciais humanos, estaremos, neste sentido, abrindo perspectivas para a opção pessoal que o adolescente fará no tão temido e exigente exame vestibular, que passou a ser instituição social de seleção e passagem, para uma carreira acadêmica posterior. De certo modo contribuimos assim para contruir uma síntese tal que, durante o desenvolvimento desde seu momento especial de definição, possa tornar-se fecundo na reflexão pessoal e política que lhe permita assumir com maturidade e plenitude a sua atuação como cidadão, antes da atuação como profissional.

#### 6.A QUESTAO DOS LIVROS DIDATICOS.

Uma das principais e ao mesmo tempo das mais polêmicas questões no ensino da filosofia, diz respeito a definição prévia do que se entende por tal, ou seja, ao referencial social histórico de abordagem. Ao mesmo tempo, e com tamanha importância, delineadas as questões anteriores, encontramos

diante da questão pedagógica. E, dentro desta, não podemos esquecer as questões auxiliares, ou seja, os subsídios, as estruturas, os aparelhamentos didáticos, os textos, aquilo de que dispomos para apresentar a filosofia de maneira acessível sem ser superficial, de maneira segura sem ser presunçosa, ao aluno secundarista.

Uma das críticas importantes a serem ainda fundamentadas é a que é feita ao livro didático de filosofia. Este tema, a questão da ideologia e da função do livro didático em geral, já sofreu uma séria crítica nos seus aspectos estruturais. Já se questionou e pesquisou os mecanismos e dimensões do papel do livro didático, quanto à ideologia subjacente, seu "ativismo" e dirigimos. Se estas críticas foram feitas aos textos de primeiro grau, aos manuais de alfabetização, às técnicas de redação, às formas diversas da construção da atividade pedagógica global, está ainda para ser feita a crítica ao livro didático de filosofia, como hoje chamamos, que poderá ser a crítica aos "manuais" de filosofia conforme historicamente é mais próprio dizer.

Os manuais básicos continuam sendo os manuais tradicionais como Etienne Gilson, François Châtelet, Jacques Chevallier, Abagnano, Bochensky e outros. Sobretudo a partir dos anos setenta, alguns livros tentaram apresentar a filosofia ao aluno secundarista, nos poucos espaços onde ela permaneceu, de uma maneira "renovada", e de acordo com a ideologia tecnocrática que se implantava na estrutura

educacional brasileira de então. De antemão sabemos que estas iniciativas não iriam conseguir e nem propor construção de uma nova identidade.

O famoso compêndio filosófico de Padovani-Castanhola continua a apresentar a mesma visão escolástico-tomista, à semelhança das primeiras formas da filosofia no Brasil, privilegiando sempre a metafísica através de uma metodologia consagrada de divisões, subdivisões, classificações e detalhismos, cheios de lições morais e num tom apologético. Em muitas escolas de Filosofia, sobretudo os seminários católicos, continua a ser este o principal livro de apoio didático da Filosofia. E se de um lado criticamos o tradicionalismo deste texto não poderemos deixar de analisar, ainda que sucintamente, outras obras e textos de filosofia que supostamente viriam a renovar a forma e apresentação tradicional da Filosofia.

Com a volta da Filosofia ao currículo de segundo grau havia necessidade de livros que pudessem subsidiar esta empreitada. A escassez de autores e a dificuldade de delimitar o alcance do mercado preocupava as editoras tradicionais do ramo didático. Algumas delas reeditaram velhos manuais, outras editoras resolveram lançar novos autores. Mas a novidade parou aí, em muitas obras lançadas continuou-se a cometer os mesmos e tradicionais equívocos e erros do passado. Vejamos.

Uma das principais obras lançadas em 1983, para precisamente coincidir com o retorno da filosofia ao ensino de

2o. Grau foi o texto "Primeira Filosofia" 66(34), da Editora Brasiliense, assinada por intelectuais e filósofos de peso como Marilena Chauí e outros da maior maior importância, tanto no estudo como na pesquisa filosófica mais avançada em nosso país. Não nos move aqui o desejo de uma crítica, e nem nos caberia tal empreita, aos pressupostos teóricos de cada autor ali citado.

O ponto que nos interessa é o da aplicação pedagógica destes textos. A "primeira filosofia" acabou sendo um texto de pesquisa, sobretudo pela sua metodologia, pois é um livro monográfico, apresentando temas específicos da Filosofia Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, um capítulo sobre Arte, Cultura etc... Embora seja da maior competência e rigor, não possui e nem se traduz num planejamento escolar, letivo, isto é, não é construído dentro de um planejamento didático-pedagógico para o segundo grau.

Além deste aspecto monográfico, usa uma linguagem academicista, isto é, privilegia demonstrações, colocações e temas próprias de uma pesquisa avançada em filosofia. Esta linguagem e a própria estruturação do texto trai sua intenção de tornar-se subsídio para o segundo grau. Ao mesmo tempo o texto apresenta, na produção sistematizada da reflexão, vigorosos questionamentos, além de possuir uma vasta e rica bibliografia indicativa. Apesar desta sua riqueza é um texto que, embora se destaque na construção de cada um dos

temas monográficos, apresenta-se numa linguagem e com um nível de questionamento inacessíveis e incapazes de sensibilizar ou manter a atenção do aluno de segundo grau.

Neste sentido, podemos dizer que, apesar da intenção dos autores e da própria obra, e independente do seu peso enquanto referencial de pesquisa, a "primeira Filosofia" não pode ser considerada um livro de penetração na escola secundária, mormente a escola pública. Continua a ser um compêndio específico e hermético do ensino da filosofia, a despeito da seriedade da pesquisa e da grandiosidade da intenção de seus autores.

Outro texto que procurou apresentar-se como subsídio didático ao ensino de filosofia foi o livro "Filosofia Básica", lançado em 1984 pela Editora Atual, de autoria do Prof Henrique Nielsen Netto, um dos mais ferrenhos defensores da volta da Filosofia ao segundo grau. A "Filosofia Básica", em linhas gerais, apesar de cometer erros e equívocos semelhantes ao primeiro texto analisado, não se apresenta como um livro estruturado. É um pouco mais didático e bem mais próximo à realidade do segundo grau. Possui, de um lado, uma linguagem fluente e fácil, é equipado com uma bateria de perguntas e uma extensa bibliografia indicativa ao final de cada tema. Divide-se em vários campos da filosofia, moral, cultura, política, estética, teoria do conhecimento e Lógica. Mas acaba por ser abrangente demais, não enquadrando-se na estrutura de ensino, nem se definindo em função das aulas ou

da capacidade dos alunos de assimilação da filosofia ali discutida e apresentada. De certa maneira podemos dizer que o texto "Filosofia Básica" pode ser muito mais bem aproveitado num segundo ano de ensino de Filosofia, depois de uma apresentação inicial, panorâmica, histórica, capaz de situar os diversos campos e dimensões da filosofia.

O texto "Filosofia Básica", por outro lado, é importante dizer, pauta-se pela divisão tradicional da Filosofia, é extremamente volumoso e procura, de certa maneira, apresentar todos os diversos aspectos da filosofia num único ano letivo, limitando sua utilidade didática.

Um outro texto relevante é o livro "Filosofando", das profas. Maria Lúcia de A. Aranha e M. H. Pires, lançado pela Editora Moderna em 1987. Este texto procura também apresentar-se como subsídio ao ensino da Filosofia no segundo grau, mas acaba, ao invés de corrigir os erros do outro, analisado anteriormente, por firmar os erros do primeiro. É igualmente abrangente e volumoso, procurando dar um trato específico e básico a todos os assuntos dos diversos campos da filosofia. A sua abrangência acaba sendo um erro com graves consequências, já que, na maioria das vezes, passa a ser usado, dentro de uma metodologia específica, nos cursos introdutórios universitários, como auxílio na pesquisa de temas tais como ideologia, cultura, adolescência, temas de filosofia política e outros. Por definir-se numa estrutura temática torna-se muitas vezes fragmentário e esparso. Conserva ainda uma

linguagem erudita, o que não significa que estejamos advogando a favor de uma linguagem vulgar e superficial. Prende-se à uma construção demasiado abstrata e teórica, em alguns de seus pontos. A complexidade de muitas abordagens faz com que, muitas vezes, o interesse maior do tema se perca no detalhismo da frase, da oração, ou na imagem e forma de apresentar a idéia.

Estes textos básicos, "Primeira Filosofia", "Filosofia Básica" e "Filosofando", são hoje os livros, ao nosso entendimento e conhecimento, comparando com os manuais tradicionais, os mais próximos de uma temática de segundo grau, cada um com suas contradições, conforme anteriormente apontamos. Existem outros textos de relativa importância, ao alcance dos professores, como por exemplo, o livro "Introdução ao Pensar Filosófico", do Prof. Arcângelo Buzzi, também este muito usado. Apresenta distinções e propostas originais, mas, ao mesmo tempo, reduz-se a uma "teoria do conhecimento", pois descarta uma apresentação histórica da filosofia, ou seja, a construção histórica de seus determinantes estruturais.

Outros textos, como o livro "Os Caminhos da Razão no Ocidente", Ed. Vozes, de autoria do Prof. Tiago Adão Lara, têm menor penetração. Este, especificamente, tem o mérito de apresentar a filosofia numa construção histórica fundamentada e numa divisão nova, a partir do Renascimento, onde o autor principia a discussão sobre a modernidade. Apresenta, a partir daí, a evolução da filosofia moderna e suas contradições, numa

linguagem fácil e atraente, fluente e segura. Poderíamos ser injustos, mas nos parece que, em não poucas vezes, o livro assume uma linguagem uma tanto eclesial, fazendo certa apologia de dimensões como a fé, paz.etc... Trata-se, no entanto, de um livro que já supõe um conhecimento básico de filosofia, história e outras informações.

E de suma importância o estudo apresentado neste livro sobre a Filosofia no Brasil. Diluindo autores clássicos e apresentando títulos sugestivos o prof. Tiago Lara constrói um rico subsídio de pesquisa sobre a trajetória da Filosofia em nosso país.

Um outro texto que se apresenta a escola secundária é o livro "Introdução ao Filosofar", coordenado pelo Prof. Adolpho Crippa e outros da editora Loyola. Apesar de sofrer de uma certa fragilidade estrutural o texto introduz a alguns temas, privilegiando uma apresentação subjetivista em alguns casos, mas mantendo-se na busca de uma linguagem inteligível e próxima do adolescente.

A Editora Papyrus também lançou em 1985 o livro "Filosofia Hoje", assinado pelo Prof. Hélio Cirino e outros. Também o objetivo era tornar-se subsídio à escola média. Mas, neste caso, não tendo uma definição mais rigorosa, procurando focar a filosofia a partir da modernidade, o livro acaba privilegiando uma identificação da filosofia com determinadas concepções oriundas de uma visão da filosofia como teoria do conhecimento..



Vemos por estes pequenos apontamentos que a construção de subsídios para o ensino da filosofia no segundo grau, de maneira realmente nova e original, ainda está por ser feita, e que esta tarefa não é assim tão fácil, como previam muitos otimistas.

## V. CONCLUSÕES

Além desses problemas que levantamos, ao construir a presente reflexão, muitos outros deverão ser acrescentados. E até desnecessário dizer que não podemos separar a discussão do retorno da filosofia ao segundo grau sem toda uma outra reflexão que defina a especificidade e complexidade de uma nova qualidade para o pensar filosófico na escola média.

Juntamente com estas questões estruturais deveremos estar pensando em questões que dizem respeito à praticidade do ensino de filosofia na escola secundária atual, levantando problemas como: qual seria a melhor forma de apresentação da filosofia, quais os subsídios com que contamos, que professores de filosofia temos formado, que clientela encontraremos, quais as funções e limites do discurso filosófico na escola pública contemporânea, entre outros tantos questionamentos. O que aqui fazemos, na presente dissertação, é a ousadia de apontar a questão e sua urgência. Inúmeras críticas devem ser feitas a todo este processo de redefinição da Filosofia, de seu redimensionamento

no currículo de segundo grau, suas contradições estruturais e sobre a operacionalização de uma nova formação filosófica.

Importa-nos, isso sim, que aprendamos a lidar com estas críticas e ao mesmo tempo, procurar elaborar cada vez mais conjuntamente, coletivamente, um projeto de atuação, uma apresentação didática tal da filosofia que justifique nossa luta histórica pelo seu retorno ao segundo grau, bem como seja capaz de contribuir, com sua aceitação e entendimento, seu papel e função, na melhoria da escola secundária.

Assim podemos dizer que a filosofia no segundo grau pode tornar-se, com o esforço conjunto, uma das disciplinas fundamentais, à medida que parte de aspectos fundamentais do próprio existir de cada um construindo-se através da discussão e diálogos comuns, que esta seja capaz de impor seu retorno por sua própria expressão e significado, procurando contribuir para a busca de uma nova identidade para a própria escola secundária geral. Neste sentido somos da opinião que, quanto mais pessoas estiverem juntas, apresentarem propostas, ousarem socializar seus conhecimentos e práticas, muito mais rico será esse processo todo, esta trajetória de retorno, que hoje é a luta de todos nós.

Nesta perspectiva, ainda é de solidária e fundamental importância resgatar o valor das organizações de professores tais como as "associações de professores de filosofia", do Estado de São Paulo e de outros estados, ligadas à associações de professores de filosofia de todo o Brasil. A

atuação desses organismos, nesses últimos anos, foi de fundamental importância, tanto na promoção de encontros e debates quanto ainda na pressão política e ordenada sobre os organismos burocráticos estaduais. Esse esforço não se limita a exigir a presença da filosofia na escola média, mas quer abrir-se à perspectiva de "qual filosofia" deveria ser aplicada, qual seria a dimensão desse retorno, que filosofia deveria retornar e quais seriam as formas de contribuição desta volta ao sacrificado ensino médio atual.

Nosso próprio estudo é decorrente de muitos questionamentos lançados nesses encontros. Estas associações, como a de São Paulo, já tem produzido frutos muito importantes como a criação de uma Editora especializada e a publicação de alguns livros, muitos dos quais pertinentes ao debate atual.<sup>47</sup> Importa-nos ainda lembrar que estes organismos, grupos, movimentos, acabam sendo as formas históricas da construção de uma nova identidade do professor de filosofia. Na tradição histórica brasileira este profissional foi muitas vezes confundido com um bacharel, um funcionário público, numa identidade social de marginalidade e exotismo. A sua figura, no imaginário gestado pelo senso comum, carrega-se de clichês e rótulos de estar fora da realidade, confundir saber com erudição, formalismo e doutrinário. Outras vezes confunde-se o ensino da filosofia

---

47. A Editora Sofia, ligada a Seaf, lançou livros como "A Filosofia e O ensino da Filosofia", em 1967, "Os Profetas da Modernidade" e outras coletâneas de textos referentes e direcionados ao ensino da filosofia no segundo grau.

com uma carreira religiosa, própria da formação de sacerdotes católicos, reforçada pela realidade de que muitos dos que se dedicam ao magistério da filosofia, por razões históricas e circunstanciais, foram egressos de seminários, ou seja, das fileiras e dos quadros eclesiais, que, conforme historicamente podemos notar, foi o espaço mais estável da tradição do ensino da filosofia entre nós.

Podemos perceber que hoje temos como algo tipificado, como construção do imaginário social, que hoje é seguramente alimentado pela indústria cultural, uma identidade cristalizada da filosofia e dos professores de filosofia. Muitos estudiosos do assunto estão avançando, buscando a superação destas imagens obsoletas. Na sala de aula, militando nos partidos, na universidade, na produção de textos de análise, livros, entrevistas, tais profissionais colocam a filosofia dentro da construção da história, e a transformam em importante elemento de compreensão de nós próprios. Estes expoentes, ao mesmo tempo em que mudam a identidade do senso comum estereotipado do "filósofo", resgatam a importância maior da filosofia, exigindo de todos nós, em primeira instância, a ousadia e coerência de construir uma nova identidade.

Queremos ainda ressaltar que o ensino da filosofia, ainda por fazer, já tem hoje um quadro e uma estrutura extremamente significativa. No Estado de São Paulo mais de mil professores, em mais de mil escolas secundárias são hoje

o contingente do magistério de filosofia. Este número, que cresceu com o concurso de ingresso de filosofia para o segundo grau de 1986, é anualmente aumentado com os formandos dos nove cursos superiores do Estado que anualmente lançam novos professores, ou profissionais, no mercado de trabalho. E, recentemente, tivemos a inauguração do curso de filosofia da UNICAMP, cuja proposta, isto é, perfil básico do curso, define-se pela formação de novos professores, sobretudo para as escolas secundárias. Este contingente, que continua crescendo, assume a responsabilidade de refletir sobre sua prática, de refletir sobre sua identidade, de refletir sobre seus pressupostos e função histórica. Não nos poderíamos furtar a estes questionamentos e a estas preocupações.

Assim, acreditamos que todo estudo que venha a reportar-se a estas questões será capaz de enriquecer o debate. Interessa-nos ainda, para além desta análise e como extensão dela, a tentativa de compreender o ensino da filosofia na universidade, visto que o segundo grau, na tradição histórica escolar do Brasil reporta-se profundamente à estrutura acadêmica universitária. A maior parte dos cursos de Ciências Sociais e os cursos ligados às Ciências Humanas mantêm, sobretudo no seu primeiro ano, uma propedêutica filosófica muitas vezes sob o nome de "introdução ao filosofar" ou "Iniciação Filosófica" e até "Introdução à Filosofia". Estes cursos, seu alcance e pertinência, mereceriam um sério estudo, pois acabam por ser insuficientes

para uma real e profunda apresentação dos conteúdos da Filosofia para as diversas áreas do conhecimento humano e, ainda mais, terminam por deixar uma imagem estritamente parcial e reduzida da pesquisa e da identidade da filosofia.

No nos cabe aqui um discurso ou estudo sobre a origem de tal procedimento. Cabe-nos porém, esperar que se produzam reformas necessárias nas estruturas de ensino, em todos os níveis, visando superar a divisão e oposição de interesses e valorização unilateral de determinadas áreas do saber. Com uma efetiva reforma estrutural, capaz de readequar as especificidades das diversas áreas do conhecimento e as peculiaridades de todo saber, a filosofia poderia contribuir para o resgate do aspecto global do conhecimento, seus desdobramentos éticos, auxiliando na superação do espírito tecnicista e fragmentário da produção científica contemporânea, em suas divisões históricas em áreas tais como, humanas, biológicas, ciências médicas e tecnológicas, estas últimas sempre destacadas. O Professor Régis de Moraes, num artigo recente, louvava este campo, da interdisciplinaridade, como um campo de atuação nova e inusitada do "filósofo profissional".

Importa-nos ainda criticar certo hermetismo da pesquisa filosófica, que não raro acaba por referendar a construção imaginária do senso comum, de alguém fora da realidade, sempre perdido e alienado na extrema complexidade e no alto nível das próprias reflexões. Os filósofos acabam

falando aos filósofos, numa sociedade fechada sobre si mesmos. Não que queiramos negar o valor das discussões filosóficas mais avançadas, presas a seus pressupostos, suas próprias perspectivas e questionamentos, à qualidade progressiva do próprio exercício de pensar. Há hoje pouquíssimos exemplos, mas poderemos supor e desejar que fosse possível uma pesquisa filosófica conectada com a realidade brasileira, com suas necessidades históricas, voltada para a compreensão dos movimentos que hoje se esboçam no seio e na trajetória de nosso povo e dos segmentos mais importantes de nossa sociedade.

Isto requer muitas vezes, o papel atuante, forte e questionador do filósofo, enquanto um homem capaz de decodificar a ideologia, compreender o "ethos", os princípios básicos do conhecimento social, dar-lhe a sua compreensão crítica e ao mesmo tempo cobrar coerência, cobrar as conclusões e o direcionamento ético. Esta atuação decidida poderá contribuir para explicitar ainda mais o conjunto de transformações por que passa a nossa sociedade neste tempo fragmentário e difícil de se viver. Que a Filosofia possa produzir interlocutores de peso com o conjunto da sociedade, assim como outras áreas tais como a Política, o Direito, a Poesia e a Sociologia.

Da atuação na Universidade, na escola de segundo grau, na imprensa, nos Meios de Comunicação de massa, estes novos profissionais, fundamentados na busca de uma nova identidade



para a Filosofia, a tornar-se presente no movimento histórico intenso por que passamos. Aplicar as ricas dimensões da filosofia, da Estética à Epistemologia, do realismo à utopia, eis uma tarefa a se fazer em conjunto e com urgência.

A emergência histórica de novas realidades, as lutas populares, os movimentos de resistência social e política desafiam a filosofia a colocar-se na marcha e rumos das transformações que, em última instância, determinarão nossa sobrevivência e realidade no futuro.

Passa esta atitude pela superação do ingenuísmo inconsequente, que conjunturalmente até teve seu sentido, de acreditar que a mera "presença" da filosofia na escola secundária ou em qualquer outro nível do ensino formal, pudesse produzir alterações estruturais. Era absolutamente necessário fazer o que fizemos. Mas agora é preciso discutir nossa tarefa histórica, voltarmo-nos para a avaliação do que temos feito e do que há por fazer. Este estudo quer colocar-se nesta perspectiva. Temos ensinado filosofia na escola de segundo grau. As dificuldades são grandes, mas temos visto também quão rica e encantadora é a Filosofia, quando apresentada com justeza, a estas novas realidades e sujeitos.

Enquanto lutamos para a construção desta nova identidade da filosofia estamos também produzindo um conhecimento capaz de compreender e auxiliar as urgentes transformações que a sociedade brasileira necessita realizar. Isto requer um resgate do pensamento criativo, da cidadania, da

responsabilidade social e da reconstrução da dignidade humana, ética e social. As Ciências Humanas devem ser chamadas a esta tarefa, junto às demais áreas do conhecimento. Não há como fugir à sedução e força do discurso ideológico e da tarefa da alienação e mistificação a não ser pelo rigoroso e sistemático exame da realidade, só conquistado coletivamente e dentro dos limites do saber da ciência.

Recordamos, com paixão, que frequentemente nos sequestra a modéstia, o texto -horizonte de Suzanne Langer <sup>68</sup>:

"A Filosofia deve ir para frente-ousadamente, sobre todos os obstáculos-a fim de tornar adequada a linguagem, possibilitar o pensamento literal e torná-lo novamente eficaz. Nos domínios em que a teoria é mais fraca, e em que os termos do discurso são mais indistintos, é aí que está a maior e mais urgente obra a ser realizada. Temos que construir a moralidade de uma nova época, de um novo mundo, e isto significa uma nova moralidade. Tal não se pode fazer adotando uma nova idéia simples e fazendo dela um "ismo"-humanismo, existencialismo, freudianismo-nem estabelecendo uns quantos princípios gerais pelos quais todas as leis e éticas devam ser aferidas. Só pode ser feito analisando e, quiça, redefinindo não apenas os óbvios aspectos éticos da vida, mas a própria natureza da vida, a vida

---

<sup>68</sup> S. Langer, S. K. "Ensaio Filosófico", Ed. Cultrix, 1971, pg. 160.

individual, mentalidade, sociedade e muitos outros assuntos. Somente de tão longa e livre reflexão podem surgir os conceitos abstratos que tornarão o pensamento social tão vivo quanto a ciência física, e tão vigoroso quanto ela. Somente por via de trabalho assim infatigável podemos ter a esperança de engendrar "ciências sociais".

O problema de restaurar o equilíbrio mental que a Humanidade perdeu nestes tempos não é psiquiátrico, nem religioso, nem pedagógico, mas sim filosófico. É a impropriedade de nossos conceitos que acabou por levar todo o pensamento ético e político a decompor-se em ideologias desabusadas. O único antídoto da ideologia é a ideação ativa, resoluta e confiante: eis a tarefa do filósofo."

## BIBLIOGRAFIA

1. ALVES, R. **Filosofia da Ciência**, Ed. Brasiliense, 12ª Ed. SP. 1989.
2. ACERBONI, L. **A Filosofia Contemporânea no Brasil**, SP. Grijalbo, 1979.
3. AZEVEDO, F. **A Cultura Brasileira**, SP, Melhoramentos - Edusp, 1971, 5ª. Ed.
4. ARAPIRACA, J. **A USAID e a Educação Brasileira**, SP, Cortez e Autores Associados, 1982.
5. AJDUKIEWICZ, K. **Problemas e Teorias da Filosofia**, SP. Ciências Humanas, 1979.
6. BAZARIN, J. **O Problema da Verdade - Teoria do Conhecimento**, SP. Alfa Omega. 1984
7. BARRETO, E. S. (et alii) **Ensino de 1º. e 2º. Graus: Intenção e realidade**. In *Cadernos de Pesquisa*. USP nº. 30, Set/79.
8. BERNAL, J. D. **Ciências na História**, Livros Horizonte Ltda, Lisboa, 1978, Vol. I e III.
9. BERGER, P. **A Construção Social da Realidade**, Ed. Vozes, Petrópolis, 1973.
10. BORHEIM, G. **Introdução ao filosofar**, Ed. Globo, Porto Alegre, 1970.

11. BEISIEGEL, C. R. Estado e Educação Popular, SP. Pioneira, 1960.
12. BUZZI, A. R. Introdução ao Pensar filosófico, Petrópolis: Vozes, 1988.
13. BUFFA, E. Ideologias em Conflito, SP, Cortez/Moraes, 1979.
14. CARVALHO, M.C. (org.) Paradigmas Filosóficos da Atualidade, Ed. Papyrus, Campinas-SP. 1989.
15. CESAR, C.M. Filosofia na América Latina - SP., Paulinas, 1988.
16. CHAUI, M. Primeira Filosofia, SP, Ed. Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_, Da Realidade sem Mistérios ao Mistério do Mundo, SP. Brasiliense, 1982.
17. CHAGAS, V. Educação Brasileira: o ensino de 1º. e 2º. graus. SP, Saraiva, 1978.
18. COSTA, J. C. Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio, Civilização Brasileira, 1967.
19. CHATELET, F. La filosofia de los profesores, Madri, Ed. Fundamentos, 1971.
- \_\_\_\_\_, História da Filosofia, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

20. COLLI, G. *O Nascimento da Filosofia*, Campinas Ed. Unicamp, 1988.
21. CURY, C. R. J. *Ideologia e Educação Brasileira*, SP, Cortez e Moraes, 1978.
22. CORBISIER, R. *Filosofia e Crítica Radical*, SP, Duas Cidades, 1976.
23. CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
24. COVRE, M. L. *A Fala Dos homens-Análise do pensamento tecnocrático 64-81*, SP, Brasiliense, 1983.
25. CRIPPA, A. (org.) *As Idéias Filosóficas no Brasil*, Ed. Convívio, SP. 1978 III Vol.
- \_\_\_\_\_, *A Filosofia e o Ensino da Filosofia*, Ed. Convívio, SP. 1979.
26. DESCARTES, R. *O Pensadores*, Abril-Cultural, SP. 1979.
27. FAUSTO, R. *Marx: Lógica e Política*, SP. Brasiliense, 1987.
28. FAZENDA, I. (org.) *Metodologia da Pesquisa Educacional*, Cortez Editora, 1989.
29. FERNANDES, F. *Educação e Sociedade no Brasil*, SP, Dominus/EDUSP.

30. FLICKINGER, H.G. *Marx e Hegel: O Porão de uma Filosofia Social* - Porto Alegre: L&PM, CNPq, 1986.
31. FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*, SP, Cortez/Moraes, 1979.
32. FRANÇA, L. *O Método Pedagógico dos Jesuítas*, Rio, Agir, 1960.
33. FURTADO, C. *Formação Econômica da América Latina*, Lia Editor S.A. RJ. 1969.
34. GADOTTI, M. *Idéias diretrizes para uma filosofia da Educação*, Reflexão, revista do Inst. Fil. Puccamp, Abril 79.  
\_\_\_\_\_, *Comunicação Docente* - SP. Ed. Loyola, 1981.
35. GOLDMANN, L. *Ciências Humanas e filosofia, o que é sociologia* SP. Difel, 1979.  
\_\_\_\_\_, *Dialética e Cultura*, RJ., Paz e Terra, 1979.
36. GARDINER, P. *Teorias da História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.
37. GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio,  
*Civilização Brasileira*, 1978.  
\_\_\_\_\_, *A Concepção Dialética da História*, RJ.  
*Civilização Brasileira*, 1978.

38. GILOT, F. *Do Ensino da Filosofia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.
39. GIANOTTI, J.A., in *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 5/1973, Unicamp, 1973.
- \_\_\_\_\_, *Filosofia Miúda*, SP. Ed. Brasiliense, 1985.
40. GUSDORF, G. *A Agonia de Nossa Civilização*, Ed. Convívio 2ª Ed. SP. 1982.
41. GRANGER, G.G. *Por um Conhecimento Filosófico*, Papyrus Editora, Campinas-SP. 1989.
42. KORSCH, K. *Marxismo e Filosofia*, Ed. Afrontamento, Porto, Portugal, 1977.
43. KOPNIN, P.V. *A Dialética como Lógica e Teoria do Conhecimento*, RJ, Civilização Brasileira, 1978.
44. KRAPIVINE, V. *O que é Materialismo Dialético*, Ed. Moscou: Progresso, 1986.
45. KUJAWSKI, G.M., *A Crise do Século XX*, Ed. Atica. 1988.
46. HABERMAS, J. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*, SP. Brasiliense, 1983
47. HEGEL, G.W.F. *Textos Dialéticos*, Zahar Editores, RJ. 1969.
48. HOBBSAWM, E.(org.) *História do Marxismo*, Ed. Paz e Terra RJ. 1983, Vols. I, II, III.



- \_\_\_\_\_, *A Era dos Impérios*, RJ. Paz e Terra, 1989.
49. HUHNE, L.M., (org.) *Profetas da Modernidade*, São Paulo, SP. Sofia Ed. SEAF, 1986.
50. HELLER, A. *A Filosofia Radical*, SP. Brasiliense, 1983.
51. LARA, T. A. *Os Caminhos da Razão no Ocidente*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1985.
52. LANGER, S.K. *Ensaio Filosófico*, SP. Ed. Cultrix.
53. LACROIX, J. *Marxismo, Existencialismo, Personalismo*. RJ. Ed. Paz e Terra, 1972
54. LOWY, M. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Munchausen*, Ed. Busca Vida, 1987 - SP.
55. MACIEL, C. *Um estudo-pesquisa sobre o ensino secundário da filosofia*, Recife, Mec/Inep, 1959.
56. MABBOTT, J.D. *O Estado e o Cidadão*, Zahar Editores, RJ. 1968.
57. MOTTA, C. G. *Ideologia da Cultura Brasileira*, SP, Atica. 1977.
58. MORAES FILHO, E. *O ensino da filosofia no Brasil*. Decimália, Rio, Mec, 1959.
59. MARX, K. *A Miséria da Filosofia*, São Paulo, SP., Global, 1985.

- \_\_\_\_\_, *A Ideologia Alemã*, Ed. Moraes, São Paulo, SP., 1984.
60. MELLO, F.R. *Os Intelectuais e o Poder Soviético*, Ed. Afrodite, 1976, Lisboa.
61. MORAIS, R. *Entre a Educação e a Barbárie*, Campinas, SP. Papyrus, 1982.
62. MORAES, R. *Filosofia da Ciência e da Tecnologia* 5ª Ed. Ed. Papyrus Campinas SP., 1988.
63. NETO, H.N.(org.) *O Ensino da Filosofia no 2º Grau*, Seaf, Editora Sofia, SP, 1986.
64. NAGLE, J. *Educação e Sociedade na primeira república*. SP, EPU/EDUSP, 1974.
65. PAIM, A. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, 4ª Ed. SP, Editora Convivio, 1987.
66. PRADO, B. (org.) *A Filosofia e a Visão Comum do Mundo*, SP. Brasiliense, 1982. B.FE/Unicamp.
67. PRADO, Jr, C. *História Econômica do Brasil*, SP, Brasiliense, 1980.
68. POLITZER, G. *Princípios Elementares de Filosofia*, Editora Prelo, Lisboa, 1979.
- \_\_\_\_\_, *Curso de Filosofia*, Editorial Antes, Rio, 1957.

69. RIBEIRO, M. L. História da Educação no Brasil, SP, Cortez, 1983.
70. ROSTOVTZEFF, M. História da Grécia, Zahar Editores, RJ. 1973.
71. SAVIANI, D. Educação: Do Senso Comum à Consciência filosófica, SP, Cortez, 1980.
- \_\_\_\_\_, Correntes e Tendências da educação Brasileira, in MENDES, D. (org) FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, Rio, Civilização Brasileira, 1983.
72. PASCAL, G. O Pensamento de Kant, Ed. Vozes Petrópolis, 1983.
73. PLATAO, Diálogos, Tradução de Jorge Paleikat e Cruz Costa, Biblioteca dos Séculos, Ed. Globo Porto Alegre, 1955.
74. PENHA, J. - O que é Existencialismo. SP. Ed. Brasiliense, 1987.
75. PLEKHANOV, Reflexões Sobre a História, Editorial Presença, 1970.
76. REICH, W., O que é a Consciência de Classe?, Martins Fontes, SP. 1976.
77. ROMANELLI, O.O. - História da Educação no Brasil. SP. Ed. Vozes, 1978.
78. ROUSSEAU, J.J. Os Pensadores, Nova Cultural SP. Vol. II,

79. SANFELICE (Coord.), *A Universidade e o Ensino de 1º e 2º Graus*, Ed. Papirus, Campinas-SP. 1988.
80. SARUP, M. *Marxismo e Educação*, Zahar Editores, RJ. 1980.
81. SARTRE, J.P. *Os Pensadores*, Nova Cultural, SP. 1987.
82. SEVERINO, A. J. *Educação, ideologia e contra-ideologia*, SP, E.P.U., 1986
- \_\_\_\_\_, *O papel da filosofia no Brasil: compromissos e desafios atuais*. in REFLEXÃO, PUCCAMP, maio de 1980.
83. SOCRATES, *Os Pensadores*, Nova Cultural, 1987.
84. SODRE, N. W. *Síntese de História da Cultura brasileira*, Rio, Civ. Bras., 1974.
85. THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*, Zahar RJ. 1981.
86. TOYNBEE, A., *Helenismo*, Zahar Editores, RJ. 1975.
87. VAZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1968.
88. VERNANT, J.P. *As Origens do Pensamento Grego*, Difel SP. 1981.
89. VIEIRA, E. A. *Estado e Miséria Social no Brasil*. SP, Cortez, 1983.